

PRISCILLA RODENBUSCH POLETTTO CORRÊA

**PROPOSTA DE AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL PARA
A UNIDADE SUL DA ILHA - UFSC**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Administração do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Administração.

Orientadora: Prof. Dra. Clerilei Aparecida Bier

FLORIANÓPOLIS
2018

C824 Corrêa, Priscilla Rodenbusch Poletto
Proposta de ações de desenvolvimento local sustentável para a unidade sul da ilha
– UFSC / Priscilla Rodenbusch Poletto Corrêa. - 2018.
185 p. il. ; 29 cm

Orientadora: Clerilei Aparecida Bier

Bibliografia: p. 170-180

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas, Programa de Pós-Graduação Profissional em Administração, Florianópolis, 2018.

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Universidade. 3. Gestão participativa. I. Bier, Clerilei Aparecida. II. Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação Profissional em Administração. III. Título.

CDD: 333.715 - 20.ed.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UDESC

PRISCILLA RODENBUSCH POLETTI CORRÊA

**PROPOSTA DE AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL PARA
A UNIDADE SUL DA ILHA - UFSC**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Administração do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Administração

Banca Examinadora

Orientadora:

Profa. Clerilei Aparecida Bier, Dra.
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membros:

Prof. Dr. Nério Amboni
Universidade do Estado de Santa Catarina

Prof. Dr. Hans Michael Van Bellen
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 27 de novembro de 2017.

Dedico essa dissertação aos meus pais, Christiane e Jocelin, a minha avó Neuza, por todo cuidado, apoio e amor incondicional. E a minha avó Norma, que mesmo não estando presente fisicamente, está sempre comigo.

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as pessoas que de alguma forma contribuíram para a concretude desta pesquisa.

Primeiramente agradeço a minha orientadora, Clerilei, por ter sido uma grande parceira durante todo o decorrer da pesquisa e, que mesmo nos momentos mais difíceis e desanimadores, sempre acreditou no meu potencial, tornando todo o processo mais leve. Sem a sua amizade e companheirismo nada disso seria possível, muito obrigada pela paciência e por todos os ensinamentos, não só acadêmicos.

A Universidade Federal de Santa Catarina pela abertura para efetivação dessa pesquisa, em especial ao Centro de Ciência Agrárias, seus técnicos, professores, alunos, por terem me recebido e me dado a liberdade de acesso às informações tornando possível esse estudo.

A Universidade do Estado de Santa Catarina, seu corpo docente e técnico por proporcionarem os alicerces teóricos e práticos para concretização desta pesquisa.

Ao grupo de pesquisa Sapiientia, principalmente, aos inicialmente colegas, Carlos Carubelli, Isabella Dabrowski e Rogério Simões, que no decorrer do tempo se tornaram amigos. Muito obrigada por todos os ensinamentos, apoio, ajuda e especialmente, companhia em tantos momentos. Ao Carlos ainda agradeço por ter me apresentado a Unidade Sul da Ilha, sem ele essa pesquisa não teria se iniciado.

Aos meus pais, Christiane e Jocelin, meu irmão Henrique, por serem minha base, meu orgulho e me darem o aconchego sempre que necessário, além da paciência diária, compreensão e amor.

Ao meu namorado, Murilo, pelo amor e por me dar o suporte e as palavras necessárias para me fazer seguir em frente.

Aos meus tios e primos pela companhia, pelos momentos de distração e por todo o amor,

A Heloísa, Gecy, Gustavo e Isabela por terem se tornado minha família.

Aos meus amigos pela companhia, compreensão, pelos momentos de descontração, por me ajudarem a tornar tudo mais fácil e ainda escutarem minhas lamentações. E dentre eles especialmente Julia Miguel, que além da amizade proporcionou os suportes técnicos indispensáveis para finalização da pesquisa.

RESUMO

A presente pesquisa se propôs a apresentar um diagnóstico, análise e avaliação de um case específico, o da Unidade Sul da Ilha - UFSC, considerando a triangulação dos dados baseada na percepção dos atores sociais envolvidos escolhidos intencionalmente obtida por meio de entrevistas semiestruturadas, análise documental, observação não participante e ainda nas revisões bibliográficas da sustentabilidade, da gestão participativa e do papel da universidade e sistemática do desenvolvimento local sustentável, com o intuito de verificar a possibilidade de formulação, gestão e implementação de programas e projetos voltados para a promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades locais e regionais, da conservação ambiental e da cidadania. Foram utilizadas quatro grandes dimensões de análise: percepção do espaço, gestão, sustentabilidade e universidade, que também nortearam as propostas para as ações. Prevaleceu a concepção de que para transformar os saberes locais em projetos e ações que sirvam de base ao desenvolvimento do local se faz necessário qualificar os agentes sociais capazes de promover o intercâmbio de informações intra-comunidade e entre ela e a universidade que, portanto, seria a responsável pela inclusão do plano de transformações e seus alicerces em sua agenda institucional.

Palavras-chave: desenvolvimento local. sustentabilidade. universidade.

ABSTRACT

The present research presents a diagnosis, analysis and evaluation of a specific case, the Unidade Sul da Ilha - UFSC, considering the data triangulation based on the perception of the involved social actors intentionally chosen through semi-structured interviews, documentary analysis, non-participatory observation and also bibliographic reviews of sustainability, participative management and the role of the university, in order to verify the possibility of formulating, managing and implementing programs and projects aimed at promoting the sustainable development of local communities environmental protection and citizenship. Four major dimensions of analysis were used: space perception, management, sustainability and university, which also guided the proposals for actions. The idea that prevailed was that to transform local knowledge into projects and actions that serve as a basis for the development of the place, it is necessary to qualify the social agents capable of promoting the exchange of information within the community and between it and the university, which would therefore be responsible for including the transformation plan and its foundations in the institutional agenda.

Keywords: local development. sustainability. university.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Atores Sociais do Desenvolvimento Local	43
Figura 2 - A Reforma RSU na Universidade	73
Figura 3 - Etapas da pesquisa.....	81
Figura 4 - Dimensões para as ações de desenvolvimento local sustentável	88
Figura 5 - Categorias divididas pelas dimensões analisadas	88
Figura 6 - Técnica de Triangulação de Dados.....	91
Figura 7 - Organograma da Estrutura Organizacional do CCA.	96
Figura 8 - Dimensões e categorias utilizadas para triangulação dos dados.....	138
Figura 9 - Dimensões consideradas na proposta de ações.	152
Figura 10 - Esquema das ações.....	162

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resumo do Design Metodológico da Pesquisa.....	78
Quadro 2 - Quadro resumido da delimitação da pesquisa	81
Quadro 3 - Bases de dados e procedimentos realizados	82
Quadro 4 - Bases de dados e artigos encontrados	83
Quadro 5 - Categorias utilizadas para a análise das entrevistas.....	87
Quadro 6 - Objetivos, técnicas de coleta, resultados e análise de dados.	93
Quadro 7 - Percepção dos servidores e professores em relação ao modelo de gestão ideal para o local.	128
Quadro 8 - Visão dos servidores e professores sobre a gestão participativa.....	130
Quadro 9 - Demandas da comunidade e dos discentes.....	155

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCA	Centro de Ciências Agrárias
CCB	Centro de Ciências Biológicas
CCE	Centro de Comunicação e Expressão
CCJ	Centro de Ciências Jurídicas
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CDS	Centro de Desportos
CED	Centro de Ciências da Educação
CeFA	Centro de Formação e Aperfeiçoamento
CFH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CFM	Centro de Ciências Físicas e Matemáticas
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CMMAD	Comissão Mundial sobre o Ambiente e Desenvolvimento
CSE	Centro Socioeconômico
CTC	Centro Tecnológico
CUn	Conselho Universitário
DESEG	Departamento de Segurança
DL	Desenvolvimento Local
DLS	Desenvolvimento Local e Sustentável
FER/CCA	Fazenda Experimental da Ressacada do Centro de Ciências Agrárias
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ONGS	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRAE	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento
PU	Prefeitura Universitária
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	RESUMO EXECUTIVO	21
2	INTRODUÇÃO	23
2.1	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	24
2.2	Objetivos.....	27
2.2.1	Objetivo Geral	27
2.2.2	Objetivos Específicos	27
2.3	CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO.....	27
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	31
3.1	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	31
3.1.1	Desenvolvimento local sustentável	38
3.2	GESTÃO PARTICIPATIVA.....	48
3.3	PAPEL DAS UNIVERSIDADES	56
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	77
4.1	PRESSUPOSTOS DA PESQUISA.....	77
4.2	ABORDAGEM DA PESQUISA	79
4.3	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	80
4.4	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	80
4.5	ETAPAS PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA: TÉCNICA DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	81
5	DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PROBLEMA	95
5.1	CONTEXTO DA PESQUISA	95
5.2	UNIDADE SUL DA ILHA – UFSC.....	97
6	RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS.....	105
6.1	APRESENTAÇÃO DOS DADOS COLETADOS.....	105
6.1.1	Evolução do espaço e desenvolvimento da área	106
6.1.2	Percepção da área pela diretoria.....	112
6.1.3	Papel da reitoria e do CCA.....	113
6.1.4	Expectativas para a área e necessidades	115
6.1.5	Ações.....	117
6.1.5.1	<i>Ações desenvolvidas para utilização do espaço</i>	<i>118</i>
6.1.5.2	<i>Ações desenvolvidas para envolvimento dos alunos</i>	<i>119</i>

6.1.5.3	<i>Ações desenvolvidas para interação com as comunidades</i>	<i>122</i>
6.1.6	Ideias de ações.....	125
6.1.7	Gestão atual.....	127
6.1.8	Gestão participativa.....	129
6.1.9	Projeto de sustentabilidade depois do vazamento	133
6.1.10	Mudança do CCA para o CEFA	134
6.2	RESULTADO E ANÁLISE.....	137
6.2.1	Percepção do espaço	138
6.2.2	Gestão.....	143
6.2.3	Universidade.....	147
6.2.4	Sustentabilidade	149
7	PROPOSTA DE AÇÕES	151
7.1	UNIVERSIDADE	152
7.2	SUSTENTABILIDADE.....	157
7.3	GESTÃO	159
8	CONCLUSÕES.....	163
	REFERÊNCIAS	169
	APÊNDICES.....	181

1 RESUMO EXECUTIVO

A presente dissertação teve como objetivo realizar um diagnóstico, análise e avaliação de um case específico, o da Unidade Sul da Ilha - UFSC, com o intuito de verificar a possibilidade de formulação, gestão e implementação de programas e projetos voltados para a conservação ambiental e o desenvolvimento local.

A pesquisa teve seu foco principal no desenvolvimento local sustentável amparado ainda pelos conceitos de gestão participativa e papel da universidade nesse contexto, permeados pelo paradigma interpretativista com abordagem qualitativa, realizada por meio de: revisões bibliográficas e sistemática, análise documental, coleta de dados com atores sociais escolhidos intencionalmente, observação não participativa; visitas a campo e aplicação de entrevistas semiestruturadas, que buscaram demonstrar a importância que ações nesse sentido têm na formação dos cidadãos e na promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades locais e regionais.

As categorias de análise foram englobadas nas quatro grandes dimensões utilizadas: percepção do espaço, gestão, sustentabilidade e universidade, e nortearam as propostas para as ações, buscando ressaltar a importância do papel da Universidade na promoção para o desenvolvimento de ações que deem respostas às demandas sociais diagnosticadas pela pesquisa, por meio de uma melhor articulação entre comunidade e instituição de ensino e que possam ser implementadas por meio de projetos de gestão participativa visando integrar e fortalecer as capacidades dos diversos atores envolvidos – acadêmicos, gestores e servidores da UFSC e comunidade do entorno.

Depois dos resultados das análises, prevalece a concepção de que para transformar os saberes locais em projetos e ações que sirvam de base ao desenvolvimento do local se faz necessário qualificar os agentes sociais capazes de promover o intercâmbio de informações intra-comunidade e entre ela e a universidade que, portanto, seria a responsável pela inclusão do plano de transformações e seus alicerces em sua agenda institucional.

2 INTRODUÇÃO

Em tempos de transição de paradigmas, o desenvolvimento local sustentável se mostra como uma possibilidade em ascensão capaz de resgatar a dignidade social, propiciando a convergência entre o aumento da qualidade de vida, o crescimento econômico e a preservação ambiental.

A aplicação deste conceito deve ser operacionalizada de maneira holística e sistêmica, reconhecendo e integrando todas as pessoas envolvidas como protagonistas essenciais das mudanças sociais.

Nesse sentido, a universidade pública, por sua prerrogativa institucional, pode ser vista como um dos agentes capazes de colocar em prática conceitos, como o desenvolvimento local sustentável, que só se instrumentalizam através de entidades regidas pela ética e pela solidariedade, iniciando processos prospectivos.

Conforme a Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional (Lei nº 9.494/1996), a educação superior possui um evidente papel político e social perante a coletividade. É o que se depreende do inciso VI do art. 43 da lei:

A educação superior tem por finalidade: estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.

Assim, fica evidente a importância das instituições de ensino superior como agentes da promoção de soluções para os problemas sociais e como disseminadoras de conhecimento em prol do empoderamento do cidadão. Segundo Vallaey (2006) as universidades são os principais atores no sentido de orientar a formação geral e especializada dos estudantes, com a finalidade de promover um desenvolvimento justo e sustentável.

Face ao exposto, intencionou-se com a pesquisa relatar a situação da Unidade Sul da Ilha – UFSC por meio da realização de diagnóstico com os atores sociais para verificar a relevância de se implementarem ações para a promoção do desenvolvimento local sustentável na Unidade Sul da Ilha. Partindo da percepção dos atores sociais envolvidos, aos quais foram aplicadas entrevistas semiestruturadas, buscou-se, portanto, caracterizar as necessidades e demandas dos gestores do espaço, dos profissionais da UFSC e das comunidades localizadas

no entorno e, a partir disso, buscar experiências e práticas de desenvolvimento local sustentável, que possam ser implementadas por intermédio de projetos de gestão participativa ou de projetos individuais para departamentos da instituição.

Neste diapasão, a pesquisa foi direcionada de maneira a fortalecer as capacidades dos acadêmicos, gestores e servidores da UFSC e da comunidade do entorno para formulação, gestão e efetivação de programas e projetos voltados para o desenvolvimento local sustentável. Assim, com o intuito de integrar os esforços para concretizá-los, além de propagar ideais de sustentabilidade, de participação e de empoderamento cidadão dentro da universidade e nas comunidades.

Os principais balizadores da construção desta pesquisa foram os conceitos teóricos sobre desenvolvimento local sustentável, gestão participativa e universidades, assim como boas práticas encontradas sobre o assunto. Além disso, o desenvolvimento local sustentável alicerçado pela importância do conhecimento e do papel social das instituições de ensino como fomentadoras da participação foram os fundamentos para o estudo.

A operacionalização de propostas de desenvolvimento local sustentável no âmbito da universidade é uma tarefa complexa. No entanto, a necessidade de desenvolver de forma sustentável os espaços que envolvem as comunidades internas e externas à universidade torna-se cada vez mais evidente diante das problemáticas sociais existentes.

2.1 DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO

Atualmente a área em análise neste estudo pertencente a UFSC, localizada no bairro Tapera, conhecida como Unidade Sul da Ilha e que teoricamente corresponde ao espaço da Fazenda Ressacada e do antigo CeFA, sendo este último não só subutilizado, como apresentando desinformação em relação às possibilidades de sua utilização.

No entanto, a Unidade Sul da Ilha não é pacificamente conhecida dentro da instituição e atualmente o uso do espaço tem sido destinado para administração da FER/CCA, para uso da Secretaria de Desportos e para outras ações pontuais.

O antigo CeFA, espaço em que a pesquisa se concentrou apresenta diversos riscos potenciais à integridade física dos servidores, funcionários terceirizados, estudantes e comunidade, bem como riscos ao meio ambiente, riscos à saúde

pública e falta de segurança. A má utilização do espaço e de edificações do entorno, está impedindo o aproveitamento da área para atender as demandas da Universidade e seus Centros, bem como da comunidade onde está inserida, em que o espaço poderia auxiliá-la a mitigar os problemas de alta criminalidade e violência enfrentados.

Os principais problemas encontrados na área a partir dos documentos verificados foram: necessidade de regularização de suas instalações junto aos órgãos competentes; revitalização das edificações e seu entorno, uma vez que os veículos abandonados e sucateados acabam servindo de criadouros de mosquitos e de vetores para diversas doenças; incertezas na administração do local, não havendo um responsável oficial que possa gerir os conflitos de gestão; inexistência de documentações, especialmente referentes aos acordos realizados após o vazamento de óleo e ao desastre ambiental que se seguiu (órgãos envolvidos, decisões acordadas, medidas pendentes, etc.), gerando uma instabilidade administrativa; restauração da rede hidráulica de distribuição interna que é muito antiga e possui vazamentos, sendo comum aparecerem canos rompidos e torneiras danificadas, fazendo-se necessário um estudo nas tubulações de água e esgoto, pois nem mesmo foram encontradas as plantas do projeto hidráulico. Faz-se necessário por fim, realizar uma avaliação geral de todas as edificações e áreas do entorno para sua adequada utilização.

Assim sendo, é imprescindível que ações sejam tomadas para que haja a possibilidade de se oportunizarem melhorias nesta unidade, para posteriormente ensejar a definição da autonomia financeira e administrativa, a realização de um planejamento estratégico para a área e a gestão dos conflitos da unidade.

Sem embargo, e pese a que a utilização de muitas das instalações da Unidade Sul da Ilha- UFSC foi feita de maneira inadequada e tendo em vista o potencial da localidade que além de ter já um número considerável de edificações, possui uma grande área. Surgiu então a oportunidade de se realizar um estudo diagnóstico que intentasse a criação de uma proposta de desenvolvimento local sustentável para a Unidade Sul da Ilha por intermédio da percepção de alguns atores sociais envolvidos e que pudessem ser implementadas por meio de projetos de gestão participativa ou de projetos individuais dos departamentos da instituição, aproximando-a da cultura, do lazer, da educação e da segurança.

Os objetivos, de criação desse projeto, são os de fortalecer as capacidades dos acadêmicos, gestores e servidores da UFSC e da comunidade do entorno para formulação, gestão e efetivação de programas e projetos voltados para a conservação ambiental e para o desenvolvimento local sustentável (DLS), tendo em vista integrar os esforços para concretizá-lo, além de propagar ideais de sustentabilidade, de participação e empoderamento cidadão dentro da universidade e nas comunidades.

Essa participação pode ser aplicada por meio de diversas metodologias, dentre elas a metodologia para Cocriação de Conhecimento e de Valor apresentada por Ritto (2010), que reconhece o uso da gestão participativa integrada, onde nos locais é obrigatória a identificação de ativos, conhecimentos, instrumentos.

A importância do uso da gestão participativa integrada é reforçada por Ritto (2010, p. 49), onde

Nos locais é mandatório identificar ativos, conhecimentos, instrumentos, metodologias, constrangimentos e oportunidades que possam ser integrados e usados em sinergia entre si e com conhecimentos disciplinares, científicos, visando ao desenvolvimento de projetos que promovam inclusão social e criam trabalho e renda.

O autor ainda ressalta que o engajamento com as comunidades motiva a urgência de um novo contrato social entre a sociedade e a ciência, em particular, a ciência universitária, que vem sendo estruturada primeiramente em termos da forma de produção de conhecimento - ciência básica, educação, tecnologia e treinamento.

Neste sentido, também Pateman (1992) acrescenta que em grupos com condições socioeconômicas mais baixas há um menor índice de atividade política, que é o caso de algumas das comunidades do entorno, reforçando o fato de que as instituições universitárias, no caso a UFSC, podem ter um papel fundamental no empoderamento dos cidadãos.

A importância de se empoderar os cidadãos, de proporcionar maiores condições para que eles se desenvolvam tanto economicamente quanto socialmente em conjunto com a importância que as universidades têm nesse papel reforçam o que se pretende alcançar com a pesquisa, que teve como objetivo diagnosticar e analisar a possibilidade de se implementarem ações de desenvolvimento local sustentável na área da Unidade do Sul da Ilha e, além de, indicar ações para transformação de maneira participativa ou iniciativas isoladas que busquem o

desenvolvimento local sustentável para comunidades da região, levando em consideração algumas das necessidades visualizadas a partir das diversas percepções observadas.

Buscou-se também ampliar as discussões sobre a temática dentro e fora da UFSC, colocando em voga os principais problemas encontrados no local com o intuito de que se delibere com toda a comunidade interna e externa à universidade sobre as possíveis soluções para a problemática identificada com o diagnóstico proposto, tornando visíveis as condições do local, propondo ações que possam nortear os gestores do espaço e ainda estimular novos estudos sobre o tema nas mais diferentes áreas.

2.2 OBJETIVOS

2.2.1 Objetivo Geral

Propor ações segundo a percepção dos pesquisados para o desenvolvimento local sustentável na Unidade Sul da Ilha – UFSC.

2.2.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar os principais atores sociais responsáveis pela gestão do espaço.
- b) Caracterizar as necessidades dos gestores do espaço, dos profissionais da UFSC e das comunidades localizadas no entorno;
- c) Realizar Diagnóstico com os atores sociais para verificar a relevância de se implementar no antigo CeFA ações de desenvolvimento local sustentável;

2.3 CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO

A proposta desse estudo colabora, inicialmente, para com a UFSC que receberá um diagnóstico abrangente com a atual situação da Unidade Sul da Ilha – UFSC, pautado não só na análise dos documentos da instituição, que relata as principais ações já realizadas como as por realizar, como na percepção dos atores sociais envolvidos, que relatam os principais problemas encontrados na área, bem como suas demandas e necessidades. O mesmo permitirá que os gestores da instituição tenham uma orientação sobre a forma adequada de atuar em cada situação inerente, e possa ainda elaborar um planejamento estratégico, que respeite a análise da vocação para a área e as demandas do Centro de Ciências Agrárias (CCA) e dos demais setores da UFSC interessados em investir no espaço, por intermédio do uso compartilhado da sede administrativa da Unidade Sul da Ilha e da Fazenda Experimental Ressacada nos prédios do antigo CeFA.

Em relação as proposta de ações realizadas neste trabalho para o desenvolvimento de atividades no Unidade Sul da Ilha, as mesmas poderão proporcionar uma oportunidade de utilização mais eficiente e eficaz para esta unidade e seu entorno, fomentando ações, experiências e práticas que possam ser implementadas por meio de uma gestão participativa ou de projetos individuais, departamentais ou inter-centros da instituição, e que permitam aperfeiçoar não só as competências da universidade para criar, transmitir e disseminar o conhecimento, como colaborar para aproximar a instituição e a sociedade e, dessa forma, ampliar e fortalecer os espaços democráticos, fomentando uma atuação da universidade socialmente responsável que proporcione a transformação social do conjunto da sociedade.

Tais ações contribuem para ampliar o relacionamento existente entre a sociedade e as instituições de educação superior, fortalecendo a relevância do seu papel estratégico, que passa de ser mero garantidor da conservação de formas de conhecimento para formador de agentes altamente qualificados dedicados à satisfação das necessidades de desenvolvimento e da transformação social, onde a sociedade como um todo se utiliza e se beneficia dos resultados dessas ações que se refletem diretamente na prestação de serviços públicos aos cidadãos.

E finalmente, no âmbito acadêmico, também existem contribuições porque as pesquisas sobre desenvolvimento local sustentável e o papel das Universidades e sua função essencial para a estruturação e transformação da realidade social (por meio de sua contribuição ao desenvolvimento humano e social, produção de

conhecimentos, formação de cidadãos) têm crescido de forma expressiva, e este estudo pode colaborar para com a discussão sobre o tema e para com o aprimoramento das práticas existentes.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo pretende através do estudo do estado da arte, fazer uma breve retrospectiva das concepções de desenvolvimento até chegar ao que se conhece como desenvolvimento local sustentável. Abordará ainda, as temáticas de Gestão Participativa e do Papel das Universidades nesse contexto, com foco na função social exercida por essas instituições.

3.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Quando tratamos do tema desenvolvimento sustentável perpassamos necessariamente por uma análise temporal que trata da evolução do tema. O desenvolvimento é um fenômeno complexo e multidimensional, e por isso não se tem um conceito unânime entre os autores, seus contributos são diversos e no decorrer do tempo surgiram uma gama de adjetivos associados a ele, como por exemplo: desenvolvimento sustentável, local, participativo, humano e social (RIGUEIRO, 2014).

Por décadas houve uma hegemonia do pensamento econômico, o que fez com que o conceito de desenvolvimento fosse fortemente relacionado com o fenômeno da dinamização do crescimento econômico. Até o início dos anos 60 não havia a necessidade de diferenciar desenvolvimento de crescimento econômico, devido ao fato de que as poucas nações desenvolvidas eram as mesmas que haviam se tornado ricas pela industrialização e os países que haviam permanecido subdesenvolvidos continuavam pobres e com um processo de industrialização incipiente ou inexistente. Tendo isso, o crescimento econômico é necessário, mas não suficiente para que o processo de desenvolvimento ocorra (DE PAULA, 2005; VEIGA, 2010).

Neste sentido, foram surgindo evidências de que um intenso crescimento econômico de países considerados subdesenvolvidos não necessariamente permitia que as populações pobres tivessem acesso a bens materiais e culturais e que não necessariamente gerava uma transformação qualitativa em uma nação, o que corrobora o entendimento de que o desenvolvimento inclui outros fatores como o acesso à renda, à riqueza, ao conhecimento e ao poder, pressupondo, num contexto

histórico, a expiação e a compensação de desigualdades passadas (VEIGA, 2010; FRANCO, 2000; SACHS, 2008).

Há diferentes formas de se conceituar o desenvolvimento, conforme o entendimento de Veiga (2007; 2010), teríamos três tipos básicos: o primeiro e mais comum é aquele que o vincula ao aumento da riqueza e o trata como sinônimo de crescimento econômico e que pode vir a ser mensurado através de indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*; o segundo tipo é o da corrente do “pós-desenvolvimentismo”, em que os adeptos se apresentam como “objetantes de crescimento”; e por fim, uma última corrente cujo expoente máximo é o Prêmio Nobel Amartya Sen, que vê o desenvolvimento como um fenômeno histórico, no qual a humanidade foi conseguindo expandir sua liberdade.

O crescimento econômico não pode coerentemente ser considerado um fim em si mesmo e Sen (2010) faz uma distinção entre duas perspectivas do processo de desenvolvimento encontradas na análise econômica profissional e em discussões e debates públicos. A primeira considera o desenvolvimento como um processo “feroz”, com muito “sangue, suor e lágrimas” e requer que algumas preocupações sejam negligenciadas. Essa perspectiva contrasta com aquela que o vê como um processo “amigável”, sendo o desenvolvimento um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam, considerando a expansão da liberdade o fim primordial e o principal meio para o desenvolvimento.

As constatações da insuficiência do modelo cartesiano de desenvolvimento ao longo das últimas décadas, acrescida da progressiva compreensão sobre a temática da crise ecológica, fizeram com que se buscassem novas alternativas aos modelos já existentes de desenvolvimento. Corroborando com isso, a publicação Nosso Futuro Comum, também conhecida como Relatório de Brundtland, complementa que o desenvolvimento e o meio ambiente não são desafios separados, eles estão “inevitavelmente interligados” (CMMAD, 1991, p. 40).

Segundo Sachs (2009), a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, ocorrida em Estocolmo em 1972, foi quem colocou a dimensão do meio ambiente na agenda internacional dos argumentos sobre desenvolvimento. Durante a sua preparação, duas posições profundamente opostas foram reconhecidas: a primeira considerava que a problemática com o meio ambiente era descabida, pois atrasaria e inibiria os países em desenvolvimento em direção à industrialização; já do lado oposto estavam os pessimistas, que anunciavam o apocalipse se o

crescimento demográfico – ou pelo menos o crescimento do consumo – não fossem instantaneamente estagnados. Veiga (2007) ressalta a primeira posição acrescentando que a mudança da mentalidade sobre o meio ambiente e a sua relação com o desenvolvimento vem sendo rápida.

Na percepção de Sachs (2009) o objetivo do desenvolvimento teria que ser o de determinar um aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em prol das populações locais, fazendo com que integrem a preocupação com a conservação da biodiversidade aos seus interesses próprios, incluindo-os à estratégia de desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu em meio às diversas alternativas de modelos de desenvolvimento – endógeno, humano, local – propostos nos inúmeros debates e reflexões inseridos na cena política e técnico-científica internacional, como modelo capaz de enfrentar os desafios e os problemas econômicos, sociais e ambientais contemporâneos (BUARQUE, 1999, 2008). Segundo este autor, as proposições contemporâneas de desenvolvimento – tal qual o desenvolvimento sustentável – conduzem-se no sentido de ampliar a importância e necessidade do planejamento como um instrumento fundamental para orientação do futuro.

O conceito habitual de sustentabilidade é decorrente das Ciências Biológicas e refere-se aos recursos renováveis, que podem vir a acabar devido a uma exploração desenfreada, como as espécies vegetais das florestas naturais. A sustentabilidade nesse conceito apoia-se na exploração restrita unicamente ao incremento do período, proporcionando que a base inicial do recurso seja mantida. Esse limite é definido com base nos: estudos sobre dinâmica populacional, ciclos de reprodução, instrumentos de exploração (BARBIERI, 2009).

De acordo com Bursztyn (1993) a elaboração do conceito de desenvolvimento sustentável possui dois lados: primeiro, uma animadora investida de se pacificar a procura do bem-estar presente com a segurança de condições de vida adequadas no futuro; segundo, há uma predisposta preocupação de que ele é só uma “panaceia salvacionista que ilude os alarmados e inibe os alarmistas”, sem de fato solucionar a problemática que suscitou o alarde.

Segundo Veiga (2007), existem três concepções da sustentabilidade: a primeira é a que relaciona a melhora das condições ambientais de um país ao seu enriquecimento mensurado pela renda *per capita*; a segunda ressalta que o conceito

da sustentabilidade não pode ser confundido com a ilusão de perenidade; por fim, a terceira é buscada por analistas que contestam um dos postulados fundamentais da primeira corrente, mas que concomitantemente também resistem à ideia de que os países mais desenvolvidos devam abdicar do seu crescimento econômico.

Franco (2000, p. 81) conceitua a sustentabilidade como sendo a capacidade de “auto-organização, de reprodução, de autocriação das condições para a continuidade de um determinado ente ou processo”. Para ele o desenvolvimento sustentável é aquele que gera a organização de comunidades humanas sustentáveis, que buscam conquistar um molde de organização em rede.

De acordo com o relatório Nosso Futuro Comum (CMMAD, 1991, p. 49),

Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.

Segundo Camargo (2005), neste conceito está implícito que tal desenvolvimento seria capaz de manter o progresso humano sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas necessidades, o qual não se manteria, de acordo com Barbieri (2009) ao analisar o conceito do relatório Nosso Futuro Comum, se a base de recursos ambientais se deteriora. O meio ambiente não poderia ser protegido se o crescimento não leva em conta as consequências da destruição ambiental, e essa problemática deve ser tratada como um sistema complexo de causa e efeito. Esse relatório, ainda segundo Camargo (2005), levanta quatro questões importantes para a compreensão da sustentabilidade: (1) os desgastes do meio ambiente estão interligados; (2) os desgastes ambientais e padrões de desenvolvimento possuem conexão entre si; (3) os problemas ambientais e econômicos possuem ligação com fatores sociais e políticos. (4) os ecossistemas ultrapassam as fronteiras nacionais.

E ainda segundo Barbieri (2009), este conceito de desenvolvimento sustentável deve propor uma herança permanente de uma geração para a outra, com o intuito de que todas as suas necessidades sejam atendidas. Assim o atributo de tudo aquilo que é sustentável de fato passa a incluir a definição de manutenção e conservação eterna dos recursos naturais, além de depender da forma como eles são explorados, e as condições políticas, econômicas e culturais, que explicitam a

forma como a sociedade os utilizará, ou seja, depende do tipo de desenvolvimento praticado. E isso implica que as melhorias científicas e tecnológicas aprimorem de forma permanente a predisposição de se utilizar, recuperar e conservar os recursos, assim como as novas concepções de carências humanas para amenizar a pressão da sociedade sobre eles.

Também neste sentido, Silva et al. (2005) afirmam que a estruturação histórica da conceituação da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável está relacionada com o aumento da atenção dada à manutenção e à existência dos recursos naturais e ao ambiente benéfico para prosseguimento das gerações futuras, debatendo o ritmo e a forma como o sistema capitalista propunha o desenvolvimento das sociedades.

Segundo Brunstein, Godoy e Silva (2014), a publicação do documento Nosso Futuro Comum, reflete um ponto de inflexão na discussão sobre o desenvolvimento, abordando-o

[...] em torno da complexidade das causas que originam os problemas socioeconômicos e ecológicos da sociedade global, tal documento não só reforça as necessárias relações entre economia, tecnologia, sociedade e política, mas também chama a atenção para a necessidade do reforço de uma nova postura ética em relação à preservação do meio ambiente, caracterizada pelo desafio de uma responsabilidade tanto entre as gerações quanto entre os integrantes da sociedade dos nossos tempos (p. 123).

Buarque (1999) acrescenta que a definição de desenvolvimento sustentável da Comissão Brundtland (CMMAD, 1991) veio em argumentação às problemáticas e às desigualdades sociais, que assolam parte da população mundial, e ao processo de degradação ambiental advindo do modelo de “crescimento”, que tende a restringir as possibilidades das próximas gerações.

O foco no desenvolvimento humano e na melhora das condições de vida devem ser prioridades, pois são as dimensões que verdadeiramente potencializam a existência do desenvolvimento sustentável e duradouro, entretanto, a promoção desse desenvolvimento requer uma governabilidade com participação comunitária, tanto na sua forma como no conteúdo da participação dos cidadãos (RODRÍGUEZ; SUÁREZ, 2014).

Na mesma vertente participativa, para Bursztyn (1993) a ascensão do meio de vida sustentável deve estar na orientação básica para a estratégia de

desenvolvimento e não será bem-sucedida se não houver a participação dos grupos e comunidades locais.

Sen (2010), uma das precursoras da ideia de que não há desenvolvimento real quando o crescimento não vem acompanhado do desenvolvimento social, complementa que existe a desigualdade de oportunidades quando há a privação de liberdades fundamentais, quando os indivíduos não têm autonomia para viver, não tem acesso às condições básicas de estudo, saúde, saneamento básico, alimentos, lazer. Sem o uso desse tipo de liberdade o desenvolvimento capitalista pode ficar fortemente prejudicado. E é nesse enfoque que se deveria pensar ao realizar ações de responsabilidade social nas comunidades, se há melhoria nas condições de necessidades básicas há futuramente uma provável melhora no desenvolvimento local.

Nesse diapasão, a necessidade de se revisar as ações humanas com o intuito de se conceberem novas teorias e práticas que proporcionem um desenvolvimento com equidade e compatível com a capacidade limitada dos recursos da Terra, leva ao entendimento da impossibilidade de um desenvolvimento que se queira humano, social e sustentável sem a combinação simultânea de elevados níveis de capital humano, capital social e boa governança (BARBIERI, 2009; DE PAULA, 2005).

Rigueiro (2014, p. 7) considera ainda que o desenvolvimento deve incluir os aspectos locais significativos de um dado território, seu processo perpassa questões relativas com “[...] a qualificação das populações, dinâmica demográfica de determinado território, preservação do patrimônio, dinâmica empresarial e o bem-estar social”.

Para que o desenvolvimento seja um processo consistente e sustentável, ele deve ascender às oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, elevando a renda e as formas de riqueza, sem esquecer-se de assegurar a conservação dos recursos naturais (BUARQUE, 1999).

Veiga (2010), nesse mesmo sentido, acrescenta que a nova concepção de desenvolvimento possui um novo quesito: o da sustentabilidade ambiental, do crescimento e do avanço da qualidade de vida, podendo inclusive ser tratado como um imperativo global, por razão da assimilação de que a biosfera, em níveis global, regional, nacional e local, está sendo exposta a pressões que podem vir a ser prejudiciais para o próprio desenvolvimento e para as condições de vida.

Inicialmente o conceito de sustentabilidade foi muito relacionado apenas aos aspectos ambientais e ecológicos, entretanto no decorrer das discussões acadêmicas acrescentaram-se outros domínios como: econômico; social; cultural; tecnológico; e político (TONKOVIĆ; ZLATAR, 2014).

Buarque (1999) complementa ainda que essas novas percepções do desenvolvimento e, nesse caso o sustentável, permeiam relacionamentos bastante complexos entre as diversas dimensões da realidade além da ambiental, como a econômica, a social, a tecnológica e a institucional e os processos e dinâmicas nem sempre convergem e combinam no tempo e no espaço.

No entanto, o autor Veiga (2010) considera que a temática do desenvolvimento sustentável deve aliar estreitamente o crescimento econômico ao meio ambiente e para que se entenda essa relação alguns conhecimentos são necessários como: o dos comportamentos humanos, econômicos e sociais; o da evolução da natureza; e o da configuração social do território.

Em meio às diversas correntes no debate do que seriam os fatores de e para o desenvolvimento, Franco (2010) opina que ele é determinado ou condicionado pelo comparecimento das seguintes dimensões: econômica, social, cultural, ambiental e físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológica, em que uma em relação às outras preserva certo grau de autonomia.

As inovações tecnológicas, como intermediadoras principais do relacionamento economia/sociedade/natureza, ainda possibilitam que haja uma conformação entre as finalidades sociais, econômicas e ambientais com a consciência ambiental. Essa compatibilização entre as dimensões reforma o próprio estilo de desenvolvimento, o sustentável, que proporciona que a economia e a sociedade se estruturam de maneira diferente perante a natureza, em prol da equidade social e conservação ambiental, enfrentando e redesenhando as limitações estruturais, através de iniciativas que demandam tempo e modificam o sustentáculo de organização da sociedade e da economia (BUARQUE, 1999).

De acordo com Silva e Mendes (2005), o planejamento e execução de ações visando à sustentabilidade poderão ser efetivados na medida em que as variáveis intrínsecas à dinâmica econômica, social e ambiental forem condicionadas à conduta da inter-relação e interdependência delas próprias e das questões culturais, espaciais e institucionais, devendo, portanto, compreendê-las e entender suas inter-relações.

Essa interação entre as dimensões para o desenvolvimento sustentável compreende ainda tensões e conflitos (*trade-offs*), que dependendo das circunstâncias estruturais do estilo de desenvolvimento pode vir a gerar ganhos em alguma dimensão e ao mesmo tempo propiciar perdas e abatimentos em outras. Um exemplo disso é a ligação entre a economia e o meio ambiente, em que há fortes limitações estruturais, resultando em ganhos e perdas, dificultando as decisões e exigindo alterações nos modelos de crescimento. Por isso é que a conscientização ambiental é tão importante, pois estrutura alicerces políticos para as transformações juntamente com as inovações tecnológicas e científicas, que redimensionam e moderam os *trade-offs* entre a economia e a natureza (BUARQUE, 1999).

Por fim, o desenvolvimento sustentável deve ser considerado como um objetivo comum das nações, no entanto cada uma delas, devido às suas peculiaridades, devem desenvolver estes objetivos a sua maneira (BARBIERI, 2009).

O contexto do desenvolvimento sustentável e suas diversas dimensões devem ser entendidos e implantados de acordo com as realidades de cada contexto, de cada uma das particularidades da comunidade, partindo de um panorama global para o local, no próximo tópico trataremos mais especificamente do desenvolvimento local sustentável.

3.1.1 Desenvolvimento local sustentável

Levando em consideração a perspectiva de um panorama local, deve-se trazer ao primeiro plano a importância da participação da comunidade em relação aos problemas sociais, ambientais e econômicos locais. Ferrarini (2012) ressalta que “desglobalizar” o local proporciona o globalismo localizado, ou seja, a incorporação ou globalização de conhecimentos, tecnologias ou metodologias concebidas em âmbito local, surgindo então na discussão os conceitos de desenvolvimento local. Entretanto, o autor acrescenta que esse localismo não quer dizer isolacionismo.

Augusto de Franco (2000) acrescenta que são as visões mais “sistêmicas” do desenvolvimento local, que acabam por questionar o modelo de desenvolvimento atual, considerando o local como base. Essa visão surgiu por intermédio da contribuição de experiências que vão desde as comunidades alternativas, movimento socioambiental e por fim experiências da chamada ação cidadã.

Organizações da sociedade civil possuem um papel importante ao trabalharem a ideia de cidadania em sentido amplo, no qual buscam enfrentar o fenômeno da exclusão social.

Segundo Kisman e Ventel (2015), o desenvolvimento local passou a ser conhecido em meio à década de 80, como consequência de combinações econômicas, que envolviam o desemprego e as crises industriais. Navarro (2001) acrescenta que a multiplicação de ONGs e a descentralização dos Estados, que passaram a valorizar mais o local também reforçaram o uso da recente expressão “desenvolvimento local”. Tal fato é reforçado por Bercu (2015), que cita que no direito internacional do desenvolvimento local, o documento internacional fundamental é a Carta Europeia, traduzida como “exercer o poder local autônomo”, assinada em 1985. Nela os signatários julgam que

O local é um dos principais fundamentos de qualquer democracia, é o direito dos cidadãos a participarem na gestão dos assuntos públicos, que parte dos princípios democráticos comuns a todos os Estados-Membros do Conselho e este direito pode ser exercido mais diretamente ao nível local pelas autoridades locais empoderadas da existência real de responsabilidades, podendo prover eficiência administrativa e proximidade com os cidadãos (BERCU, 2015, p. 145, tradução nossa).

O local refere-se a uma parte do espaço, pequeno e referenciado a uma estrutura maior (ALONSO, 2013) e cada vez mais passa a sofrer influência e ser impactado por processos globais de mudança econômica, tecnológica e institucional que determinam seu futuro, suas dificuldades, mas também suas oportunidades. Buarque (2008, p. 34) ainda acrescenta que a globalização e o desenvolvimento local não são alternativas opostas e excludentes, mas que constituem como

[...] dois polos de um mesmo processo complexo e contraditório, exercendo forças de integração e desagregação e ao mesmo tempo em que a economia se globaliza, integrando a economia mundial surgem novas e crescentes iniciativas locais, com ou sem integração na dinâmica internacional, que viabilizam processos diferenciados de desenvolvimento no espaço.

Para Franco (2000, p. 27) “todo desenvolvimento é local” e o conceito de local cumpre “[...] a conotação de alvo socioterritorial das ações e passa a ser retro definido como o âmbito abrangido por um processo de desenvolvimento em curso, em geral esse processo é pensado, planejado, promovido ou induzido”.

Assim, para atingir um desenvolvimento sustentável faz-se necessário não só alianças em âmbito global, nas quais seriam levadas em consideração a diversidade das sociedades em geral, mas também aspectos e peculiaridades de cada localidade.

O desenvolvimento local sustentável é, portanto, um processo que leva a um continuado aumento da qualidade de vida com base numa economia eficiente e competitiva, com relativa autonomia das finanças públicas, combinado com a conservação dos recursos naturais e do meio ambiente (BUARQUE, 1999, p. 32).

Alonso (2013) acrescenta que há diferentes significados para o termo “desenvolvimento local”, entretanto, há aspectos que se repetem em todas elas, como o fato de o desenvolvimento ser um processo apoiado nas forças endógenas e comprovado pelos indivíduos em sua esfera pessoal ou local. Para Ferrarini (2012) esse localismo nada mais é que a concepção de espaços sociais de pequena escala, comunitários e guiados por lógicas cooperativas e participativas.

Buarque (1999) resume que o processo de desenvolvimento local representa a repercussão do desejo simultâneo dos atores participantes da sociedade, que podem proporcionar a base para as iniciativas capazes de transformar a sociedade.

Segundo Franco (2000, p. 31) “[...] o desenvolvimento local é um modo de promover o desenvolvimento que leva em conta o papel de todos esses fatores para tornar dinâmicas potencialidades que podem ser identificadas quando olhamos para uma unidade socioterritorial delimitada”. O local é um resultado do olhar, que distingue uma potencialidade quando apontado para um subconjunto, já a potencialidade identificada diz respeito às vantagens comparativas quando se leva em consideração a diversidade de cada localidade.

Já para Buarque (1999), o desenvolvimento local é um processo endógeno percebido em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos, aplicados nos mais diferentes cortes territoriais e que podem suscitar o dinamismo econômico, o progresso na qualidade de vida da população, além de representar uma mudança singular nas bases econômicas e na organização social em nível local, como consequência à mobilização de esforços da sociedade, através do uso das suas capacidades e potencialidades específicas. Filho (1999), nessa mesma linha, acrescenta que o desenvolvimento local é uma estratégia de valorização dos

potenciais presentes no local, com o intuito de impulsionar um novo padrão de crescimento econômico provido de sustentabilidade socioambiental.

Para Ferrarini (2012) é necessário que se reflita o local sem pensar na existência do global, para que se pense de dentro para fora, possibilitando assim a emergência de experiências singulares.

Mesmo com as inexatidões e ambiguidades por trás do conceito de desenvolvimento sustentável, grande parte das iniciativas recentes de desenvolvimento local e municipal têm englobado o princípio da sustentabilidade, com o intuito de no médio e longo prazo perenizar as evoluções e melhorias na qualidade de vida, na organização econômica e na preservação do meio ambiente (BUARQUE, 1999, p. 29).

O desenvolvimento local é influenciado pela capacidade que os atores e as sociedades locais têm de se estruturarem e se mobilizarem, ou seja, exige que haja articulação entre diversos atores e esferas de poder, em que cada um desses atores tem um papel importante na contribuição para o desenvolvimento local. O viés da sustentabilidade fortalece as ações locais em diferentes esferas, além de considerar de forma ecologicamente sustentável e socialmente justa a organização e ocupação do espaço territorial, a garantia da vida de todas as pessoas que habitam em determinado território, a emancipação e crescimento humano de cada cidadão (BUARQUE, 2008).

De acordo com De Paula (2005), para o desenvolvimento ser humano, social e sustentável ele exige o protagonismo local, já que os maiores responsáveis pelo desenvolvimento de uma localidade são as pessoas que nela vivem. Sem que haja o interesse, o envolvimento, o compromisso e a adesão da comunidade local, nenhuma das políticas de indução ou promoção do desenvolvimento terá sucesso. Para que esse nível de participação da comunidade local ocorra é necessário que se adotem estratégias de planejamento e gestão compartilhada do processo de desenvolvimento. Franco (2000) acrescenta que não há processo de desenvolvimento se não houver melhora na vida das pessoas (desenvolvimento humano), de todas as pessoas (desenvolvimento social), das que estão vivas hoje e das que viverão amanhã (desenvolvimento sustentável).

As experiências de desenvolvimento local (endógeno) bem-sucedidas, em geral, estão contextualizadas em um ambiente político e social favorável e exigem que exista alguma mobilização e iniciativa de convergência importante dos atores

locais em prol de um projeto coletivo, pautado por prioridades e orientações básicas de desenvolvimento, mesmo nos casos em que decisões externas (políticas ou econômicas) exerçam papel decisório na reestruturação socioeconômica da localidade. Caso o processo não ocorra dessa forma, corre-se o risco de que as transformações geradas não proporcionem efetivamente o desenvolvimento e não se internalizem na estrutura social, econômica e cultural local ou municipal (BUARQUE, 1999).

O conceito de desenvolvimento local sustentável, que tem por base o processo de mudança social, que proporciona um aumento de oportunidades, contém três grandes alicerces associados e com peculiaridades e posições diversas no processo do desenvolvimento, que são:

- a) A elevação da qualidade de vida e a equidade social constituem objetivos centrais do modelo de desenvolvimento, orientação e propósito final de todo esforço de desenvolvimento no curto, médio e longo prazos;
- b) A eficiência e o crescimento econômicos constituem pré-requisitos fundamentais, sem os quais não é possível elevar a qualidade de vida com equidade – de forma sustentável e continuada –, representando uma condição necessária, embora não suficiente, do desenvolvimento sustentável;
- c) A conservação ambiental é um condicionante decisivo da sustentabilidade do desenvolvimento e da manutenção no longo prazo, sem a qual não é possível assegurar qualidade de vida para as gerações futuras e equidade social de forma sustentável e contínua no tempo e no espaço (BUARQUE, 1999, p. 31 e 32).

Segundo Knopp (2001) o desenvolvimento local envolve a capacidade cultural e a habilidade que uma sociedade possui de organizar o seu método de desenvolvimento, considerando sua realidade socioterritorial e com base nas prioridades definidas por ela. De acordo com Buarque (2008, p. 25) pode-se conceituar o desenvolvimento local como:

Um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria de qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para qualidade de vida da população local.

Ritto (2010) exemplifica na Figura 1 a maneira como o desenvolvimento local precisa ser estruturado a partir dos atores sociais, levando em consideração

aspectos relacionados com a capacitação das pessoas; capital social; ontologia, cultura e meio ambiente; infraestruturas; órgãos do Governo (Gestão Local); Avaliação de políticas públicas; tecnologias e assistência técnica e fontes de recursos. Para tanto nas intervenções em prol do desenvolvimento local deve se levar em consideração a capacitação das pessoas, o capital social, a ontologia, cultura e meio ambiente, infraestruturas, as tecnologias e assistência técnica, os órgãos do governo local no funcionamento da gestão local, além disso, as iniciativas de políticas públicas devem passar por controle e serem avaliadas.

Figura 1- Atores Sociais do Desenvolvimento Local



Fonte: Elaborado pela autora (2017) por adaptação do autor RITTO (2010).

A mudança do modelo de desenvolvimento, gerada pelo processo do desenvolvimento local sustentável buscado através de ações de médio e longo prazos, proporciona que a base estrutural de ordem da economia, da sociedade e das suas interações com o meio ambiente natural seja redefinida, demandando

transformações em três partes do estilo de desenvolvimento, levando em consideração sua lógica e autonomia particulares, sem deixar de lado suas interações de intercâmbio e influência recíproca. Os componentes são: “[...] padrão de consumo da sociedade, base tecnológica dominante no processo produtivo e estrutura de distribuição de rendas” (BUARQUE, 1999, p. 33).

Franco (2000) ainda traz o fato de que o desenvolvimento local acaba por “produzir” comunidades ou criar contextos em que se exteriorizam um *ethos* de comunidade, ou seja, extraíndo comunidade (*gemeinschaft*) de sociedade (*gesellschaft*). O autor ainda acrescenta que as comunidades se desenvolvem quando conseguem tornar dinâmicas suas potencialidades. Entretanto, esse desenvolvimento só ocorre de fato se houver a junção de diversos fatores como: nível educacional da população, pessoas com capacidade para tomar iniciativas, assumir responsabilidades e empreender em novos negócios, decisão do poder local e de outros níveis de governo de apostar nas mudanças, capacidade de atrair investimentos.

O desenvolvimento local tem relação com as iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, que articula as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto externo além de que é um movimento que deve crescer de maneira gradativa, integrando e sendo aprendido pelos atores locais numa óptica educadora, emancipadora, geradora de autoestima e autoconfiança. Ele tem de ser vivido, entendido, assumido e aperfeiçoado pelos atores envolvidos, com base em suas potencialidades e na sua matriz cultural, para que possa então definir e explorar suas prioridades e especificidades e ser sustentável (BUARQUE, 2008; FILHO, 1999).

Segundo Filimon, Filimon e Nemes (2014), na procura de alternativas para os modelos de desenvolvimento, tem se buscado estratégias de desenvolvimento diferenciadas utilizando como base o potencial territorial, em particular nos aspectos que podem vir a proporcionar um papel importante na concretização dos objetivos de crescimento econômico e desenvolvimento territorial.

Nesse contexto o território desempenha a relação que a coletividade expressa com o exterior, ou seja, está relacionado com a identidade dada a ele pelos seres que ali habitam, aos modos como a sociedade se organiza. Considera-se o território pelo capital social que ali reside, pelo conhecimento coletivo, o que muitas vezes

diferencia o desenvolvimento ou não de certas regiões (FILIMON; FILIMON; NEMES, 2014; VILLELA; COSTA; CANÇADO, 2014).

Alonso (2013) acrescenta também que a localização geográfica interfere no desenvolvimento da população ali residente, entretanto, nem sempre se efetiva esse determinismo geográfico, pois processos históricos, disponibilidade de recursos naturais, concentração de poder e capacidade de adaptação às adversidades também determinam o desenvolvimento do local.

No processo de desenvolvimento local essa identidade é compartilhada e demonstrada pelas interações sociais e contribui para que sejam organizadas as vontades desses atores sociais em busca de objetivos comuns, portanto não se pode abdicar das capacidades, conhecimentos e habilidades dos atores sociais, que acabam por modificar e fornecer critérios para a tomada de decisão, além de possuir a capacidade de intervir nos processos socioeconômicos locais (FILIMON; FILIMON; NEMES, 2014; VILLELA; COSTA; CANÇADO, 2014; GARCÉS; HURTADO, 2015).

Santiago (2002) defende o efetivo protagonismo dos atores locais no processo de implementação do desenvolvimento local e para que haja essa participação exige-se que as instituições envolvidas no processo deem alicerces para a formação e treinamento que conduzam uma participação efetiva e eficaz, levando em consideração as particularidades de cada local. Não existe uma estratégia padronizada para ser aplicada a qualquer cenário, ao contrário, vem se exigindo cada vez mais estudos complexos e diagnósticos completos para se pensar em planos de atuação (GARCÉS; HURTADO, 2015).

Bercu (2015, p. 150, tradução nossa) ressalta o fato de que a capacitação da comunidade deve incluir

[...] acesso à informação, participação na tomada de decisão local, responsabilização das instituições públicas e capacidade de auto-organização local. As ações que podem ser realizadas neste sentido são: fortalecimento das capacidades dos grupos de iniciativa locais por meio da participação nas reuniões do Conselho Municipal, exposição às questões do governo local e organização de reuniões públicas que estão acostumadas a participar na tomada de decisões.

A autora ainda sugere ideias como a de reforçar a ação do capital humano através da organização de ações de formação em gestão de projetos, desenvolvimento de parcerias microrregionais e criação de mecanismos de participação local na administração pública local (melhor comunicação entre

instituições públicas e comunidade); a apresentação de boas práticas noutras comunidades; promover a transparência é um último recurso para a sua eficiência.

Garcés e Hurtado (2015, p. 221, tradução nossa) ainda acrescentam que para que as comunidades se desenvolvam localmente devem convergir as dinâmicas e potencialidades daqueles que ali habitam, o que demanda

[...] uma maior formação da população sobre o assunto; a existência de pessoas formadas e com possibilidades de promover iniciativas, assumir a responsabilidade e trazer novas propostas sob a forma de projetos; autoridades municipais com vontade política, a capacidade de ligar e compreender a dialética da tarefa; a participação real da sociedade através dos seus vínculos em redes de atores sociais; capacidade de atrair recursos para ajudar a desenvolver o potencial local expressado racionalmente em projetos concretos.

Quando se fala em atores locais, demonstra-se claramente a importância de se envolverem todos aqueles partícipes na manutenção do local para se implementarem modelos de desenvolvimento local.

As estratégias de desenvolvimento local devem ser inclusivas e considerarem a relação entre participação privada, pública e participação cidadã (JEKABSONE; SLOKA, 2015), além de serem passos feitos buscando resultados de médio e longo prazo, uma projeção futura para a comunidade, sendo também uma boa maneira de se conduzir a comunidade para a direção desejada, ou seja, toda a comunidade deve partilhar os objetivos buscados e o plano de ação deve ser claro (BERCU, 2015). Piontek e Piontek (2014) acrescentam que para que esse desenvolvimento seja sustentável ele deve se centrar no potencial local para servirem de estímulos aos crescimentos e desenvolvimentos do local, sem excluir a participação de terceiros no processo. Além disso, cada modelo pode ser diferente para o atingimento dos objetivos operacionais, das prioridades, dos meios de ação, das condições e das medidas de avaliação. Cabral Santos e Gomes (2015) compreendem que o desenvolvimento local sustentável deve ser um resultado aos desenvolvimentos social, econômico e da preservação ambiental.

Kisman e Ventel (2015, p. 880, tradução nossa) ressaltam que

As iniciativas de desenvolvimento local são definidas como estratégias integradas, como por exemplo, as parcerias. E esta definição é bastante delicada em relação aos objetivos estratégicos porque são vitais para os parceiros locais, especialmente em termos de resultados socioeconômicos e melhoria das condições de vida. Isso deve incluir o desenvolvimento da

estratégia, objetivo de longo prazo das mudanças estruturais que podem ser alcançados (resultados).

Schmitt e Moretto Neto (2011, p. 326) nessa mesma linha acrescentam que a formação e participação das parcerias e associações entre atores na condução dos processos são requisitos para que haja a sustentabilidade territorial. “Essa parceria deve preservar a pluralidade de comportamentos que guiam as dinâmicas sociais, integrando os segmentos sociais até então não inseridos”.

Para Franco (2000) a consciência de comunidade envolve a interdependência atribuível àquelas comunidades que assumem a universalização da cidadania como norteadora da prática social.

Bercu (2015, p. 150) acrescenta que

[...] as estratégias de desenvolvimento local permitem conduzir os processos de desenvolvimento que ocorrem no território, levando em conta as características locais, as mudanças no ambiente externo e possibilitando uma abordagem proativa, desenvolvida em processos de desenvolvimento territorial inovadores. Desenvolver estratégias é uma das etapas mais importantes que apoiam processos de desenvolvimento local e regional, edificante a médio e longo prazo; são direções e campos que são orientados para o esforço de desenvolvimento.

Segundo Dowbor e Pochmann (2010, p. 107), o sucesso das ações institucionais tanto públicas quanto privadas no que diz respeito ao impacto sobre a qualidade de vida da sociedade, está relacionado de maneira direta com a participação da mesma no “processo de planejamento, gestão, operacionalização e monitoramento dos programas, ações e instrumentos ativados para a promoção do desenvolvimento”. E se o desenvolvimento local é resultado

[...] da ação integrada e sinérgica da rede institucional local, discutida e definida por meio de instrumentos participativos adequados de definição dos destinos do território e planejamento da trajetória para alcançá-lo, pelo incremento e pela valorização de seu capital social, todos os atores devem inserir-se e integrar-se a essa nova cultura (DOWBOR e POCHMANN, 2010, p. 107).

Ferrarini (2012, p. 236) interpreta a dimensão local por intermédio dos preceitos de uma monocultura dominante, “[...] segundo a qual os países desenvolvidos, empresas e universidades se impõem sobre as comunidades, pois possuem recursos financeiros, conhecimento e poder”.

Franco (2000) aborda que o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) é uma metodologia que busca a promoção do desenvolvimento de unidades socioterritoriais balizadas através de um composto de práticas de diagnóstico e planejamento participativos, que se baseia na identificação das potencialidades de cada local, conforme existam demandas públicas da localidade e na oferta articulada e convergente de programas e ações governamentais ou não que tenham o intuito de dinamizar essas potencialidades por intermédio do atendimento às demandas. Além de que com o DLIS é possível favorecer e constituir nexos conotativos entre sustentabilidade, democracia e cidadania e que se faz necessário um “cardápio” mínimo de ações, endógenas e exógenas, para que as iniciativas possam ser enquadradas em tal conceito, como

[...] capacitação da gestão local; criação de uma nova institucionalidade participativa (conselho, fórum, agência ou órgão similar, de caráter multisetorial, plural, democrático, encarregado de coordenar o processo de desenvolvimento na localidade); diagnóstico e planejamento participativos; construção negociada de uma demanda pública da localidade (em geral materializada na forma de uma agenda local de prioridades de desenvolvimento); articulação da oferta estatal e não estatal de programas e ações com a demanda pública da localidade; celebração de um pacto de desenvolvimento na localidade (ou similar, tendo por base a agenda local pactuada); o fortalecimento da sociedade civil (por meio do estímulo à ação cidadã, do apoio à construção de organizações sem fins lucrativos, sobretudo de caráter público, da celebração de parcerias entre os poderes constituídos e tais organizações e da promoção do voluntariado); o fomento ao empreendedorismo e a instalação de sistemas de monitoramento e avaliação. (FRANCO, 2000, p. 60 e 61)

Portanto, tendo em vista as particularidades referentes ao desenvolvimento local sustentável, que além de todas as dimensões incluídas na sustentabilidade devem ainda considerar o fomento ao conhecimento em prol da participação dos debates, suscitando conceitos democráticos por intermédio de uma maior cidadania para o empoderamento e sentimento de pertencimento perante o local em que as comunidades estão situadas, é que a continuação será tratada de forma breve sobre a gestão participativa.

3.2 GESTÃO PARTICIPATIVA

Segundo Ferreira et al. (2009), o contexto atual das sociedades é em torno das organizações, sejam elas privadas ou públicas. O bom funcionamento delas é imprescindível para o desenvolvimento humano, econômico e cultural. Com base

nisso, a escolha do modelo de gestão mais adequado para cada situação se faz fundamental no alcance de níveis elevados de eficiência, eficácia, efetividade e que atendam de fato às necessidades organizacionais, sem esquecer os valores coletivos, cooperativos e solidários, somando esforços para a reconstrução dos valores humanos e societários. Os autores acrescentam ainda que os modelos são direcionamentos que se encaixam em determinadas situações e contextos.

Sendo assim, o contexto das estratégias de desenvolvimento local deve incluir as relações entre participação privada, pública e cidadã (JEKABSONE; SLOKA, 2015), defendendo que exista o protagonismo da tomada de decisão dos atores envolvidos nas temáticas (SANTIAGO, 2002) e para que isso se concretize as instituições envolvidas no processo devem proporcionar sustentações que conduzam uma participação efetiva e eficaz, levando em consideração as especificidades de cada contexto (GARCÉS; HURTADO, 2015).

E nesse ambiente de transformações, Predebon e Sousa (2003) iniciam seu artigo falando sobre as mudanças no cenário mundial, envolvendo as crises econômicas, as evoluções sociais, culturais e tecnológicas, a globalização, a internacionalização das atividades, abertura dos mercados, além da competitividade e das incertezas organizacionais, que acabam por gerar frustrações nos ambientes das organizações. Essa insatisfação em conjunto com as transformações econômicas e sociais no cenário mundial passa a reivindicar por novos modelos inovadores de gerenciamento, novos instrumentos, procedimentos e formas de ação (FREY, 2003).

Nessa conjuntura o tema da Gestão Participativa vem à tona. Nela há o envolvimento dos atores participantes do processo, que passam a participar ativamente de decisões, assumindo um compromisso maior com as organizações em que atuam (PREDEBON; SOUSA, 2003).

Essas transições interferem também no setor público, que está passando por mudanças, sofrendo uma crescente perda de governabilidade e um aumento da dependência das decisões de outros agentes devido à complexidade dos processos locais de tomada de decisão e de uma agenda urbana cada vez maior, o qual não está conseguindo lidar com esses novos desafios para as políticas públicas locais, demandando que haja uma maior participação dos atores sociais envolvidos para se tornarem efetivas e perenizadas (FREY, 2003).

O novo pensar sobre os modelos de desenvolvimento trouxe à tona, segundo Franco (2000), a convicção da necessidade de se fazer acometer a ação cidadã nas coletividades, onde vivem os excluídos, constituindo espaços ético-políticos alternativos de desenvolvimento local, coadunáveis com a escala humana, das pessoas, capacitados em tornar possível a consumação dos laços de solidariedade que podem oportunizar melhores condições de vida.

Entretanto, há uma carência de estruturas e de instituições de governança local adequadas para encorajar as ações coletivas e articular os atores locais em prol de objetivos comuns de desenvolvimento local, além da escassez de condições e de ferramentas adequadas de gestão que efetivem iniciativas de desenvolvimento local, que sejam capacitadas na promoção do desenvolvimento sustentável, na esfera das comunidades locais, e respeitem as exigências de justiça social (FREY, 2003).

Franco (2000) acrescenta que os governos vêm rompendo a maneira tradicional na resolução dos problemas, inserindo em suas estratégias e em seus programas, ideias de descentralização, articulação, convergência e focalização das ações em locais determinados, reconhecendo a importância das parcerias entre empresariado, sociedade civil, participação das comunidades e estimulando e incentivando debates entre os atores envolvidos nas problemáticas.

O conceito de participação denota um conjunto de regras ou procedimentos para a tomada de decisões coletivas, criando oportunidades para o envolvimento mais amplo possível dos interessados, especialmente daqueles diretamente ligados às questões objeto dos processos decisórios (BOBBIO, 1997).

Leal Filho (2007) ressalta que a participação estimula a inteligência da organização, destaca o potencial das pessoas, possibilitando que elas expressem suas ideias e emoções e desenvolvam relações pessoais e organizacionais. Baylão, Cherrine e Schettino (2014) acrescentam que se refere, portanto, à habilidade de articular e conciliar novas ideias e interesses para produzir alternativas à ação organizacional.

Segundo Ritto (2010), o pensamento em rede transdisciplinar pondera a diversidade e a autonomia de cada um dos atores e procura uma lógica nova para a coexistência das divergências e da procura pelo bem comum.

Franco (2000) traz ainda que as relações de parceria – manifestadas através da vocação para formar associações, estabelecer ligações, cooperar – podem ser

melhor concretizadas em comunidades, em que cada parceiro compreende mais acertadamente as possibilidades e necessidades de seus pares.

Nas localidades onde ocorrem processos de desenvolvimento baseados em parcerias entre múltiplos atores governamentais, empresariais e sociais, pode-se dizer, metaforicamente, é claro, que os parceiros *coevoluem*, estabelecendo entre si relações em que todos ganham (FRANCO, 2000, p. 55).

A participação pode expor duas faces: a primeira demonstra a sociedade em contato com o Estado; a segunda “[...] a reconcentra em si, buscando seu fortalecimento e desenvolvimento autônomo” (JACOBI, 2005, p. 8).

Arnstein (1969) acrescenta que a participação cidadã está amplamente relacionada ao poder do cidadão, ou seja, é uma forma de redistribuição do poder que possibilita aos cidadãos que, muitas vezes, são excluídos dos processos políticos e econômicos, serem incluídos nas deliberações sobre os assuntos do qual fazem parte, induzindo uma reforma social significativa que lhes permite compartilhar os benefícios da sociedade afluyente.

Segundo De Paula (2005) o modelo de gestão integrada leva em consideração a necessidade de se articular todos os atores que interagem no âmbito local, como também os diversos fatores que interferem no desenvolvimento (por exemplo, os fatores econômicos, sociais, culturais, político-institucionais, físico-territoriais, científico-tecnológicos) acrescentando ainda que

[...] as estratégias de planejamento e gestão compartilhada, por serem participativas, contribuem para o crescimento do capital humano e do capital social, ampliando as possibilidades de empoderamento da população local e facilitando a conquista da boa governança, que são algumas das condições necessárias para o desenvolvimento sustentável (p. 6).

De acordo com Baylão, Cherrine e Schettino (2014), o processo de participação é formado por diferentes atores, como, universidades, agentes políticos, ONGs, comunidades, associações, empresas e etc. Segundo Motta (2004), participação envolve as diversas formas e meios nas quais os membros de uma organização, como indivíduos ou coletividade, podem vir a influenciar os destinos de uma organização. Leal Filho (2002) complementa que um primeiro indicador de participação é a oportunidade, através da participação no processo de preparação,

formulação e implementação das decisões por diferentes forças e grupos de poder inseridos na organização.

A Gestão Participativa pode ser compreendida como a maneira de gerir em que um ou poucos administram, aplicando um grupo de trabalho ou o coletivo como um todo. E dependendo da maneira como é administrada ou das pessoas que a administram ela pode ser: consultiva, grupal ou representativa (PREDEBON; SOUSA, 2003).

De acordo com Robirosa (2005), primeiro a participação é desejável na medida em que serve de base para expandir as informações dos gestores na tomada de decisões, que muitas vezes não possuem todas as informações em quantidade, cobertura e qualidade necessárias para que tomem a decisão mais acertada. A participação acaba por ampliar a quantidade de informações, com observações, ideias, opiniões, interpretações dos participantes. Em segundo lugar, a participação é benéfica em proporcionar que a aceitação das decisões seja maior por aqueles encarregados de colocar em prática, diminuindo sua resistência e oposição e até alguma forma de “sabotar” a decisão. Por fim, a participação nos processos de decisão tende a construir e fortalecer o compromisso que as pessoas e os grupos têm com as instituições, seus objetivos e suas ações.

Entretanto, Robirosa (2005) também acrescenta que muitas vezes o processo de participação nas decisões gera discussões tão profundas que acabam levando muito tempo e não geram nenhuma ação na prática, prejudicando a eficiência da tomada de decisão da instituição. Outro fato negativo é que acaba existindo uma manipulação de cenários, ou seja, determinadas pessoas ou grupos optam por não discutir sobre aquelas ideias em que são contrários.

Rodríguez e Suárez (2014) consideram que a participação, orientada ao desenvolvimento humano, salienta as forças, as capacidades e os recursos das pessoas, famílias, grupos e comunidades, desenvolvendo assim suas potencialidades, propiciando que se gerem mecanismos pessoais, institucionais e ambientais de prevenção e de resolução das problemáticas que podem vir a ocorrer. Os indivíduos e comunidades devem fazer parte das decisões que influenciam nas suas vidas.

Para Robirosa (2005), a participação não pode ser imposta, deve ser voluntária, ela exige uma dedicação de tempo para tal, deve incluir e convidar todos os envolvidos.

Franco (2000) ressalta, entretanto, que se os excluídos não possuíam condições de participarem de espaços democráticos de decisão sobre assuntos relevantes do contexto em que fazem parte, a menos que sejam capacitados para tal, sua participação não passará de mera formalidade. Neste sentido o autor afirma que

A participação sem qualificação é apenas parte de uma manobra para cooptar e envolver, e que os processos de constituição de fóruns, conselhos ou agências de desenvolvimento com a participação dos excluídos não passarão de uma formalidade, se estes excluídos não forem sujeitos de processos pedagógicos libertadores nos quais tomem consciência do seu papel, das suas necessidades, dos seus direitos e das suas potencialidades (p. 71).

Rodríguez e Suárez (2014) acrescentam que os indivíduos e comunidades devem ter autonomia e estabilidade para tomarem decisões, devem conhecer as problemáticas do contexto em que vivem, devem ter conhecimento para escolherem as opções mais acertadas e, se não forem dadas oportunidades de participação, será dificultada a formação e o desenvolvimento de capacidades e de autonomias que influenciem na competência objetiva e percebida nas relações. A participação acaba por se tornar o objetivo do desenvolvimento humano, uma vez que é um meio para que seu progresso exista, por isso os cidadãos devem ser o centro dos projetos e ações. Ou seja, deve-se empoderar indivíduos e comunidades para que consigam se autogerir a frente de problemas que possam vir a ocorrer.

O empoderamento comunitário, focado na geração do talento social local, considera três dimensões estratégicas participativas, que possuem um início e fim bem definidos e que são consolidadas e implementadas com base nos interesses que desejam alcançar, no número de atores sociais envolvidos, nas interações existentes, nas táticas de exercer influências, nos valores comunitários, entre outras peculiaridades existentes em cada contexto. As estratégias são: criar e fortalecer as redes de relações inclusivas, interpessoais e sociais abertas, comunicativas, sólidas e efetivas, funcionando como motivador e sendo acessível; gerar um compromisso coletivo em torno das necessidades sentidas pela coordenação interinstitucional e interdisciplinar, com o intuito de favorecer o desenvolvimento local, gerando nas comunidades um sentimento de pertencimento, de identificação, permitindo que se desenvolvam valores e capacidades que possam impulsionar compromissos individuais e coletivos; promoção e organização de processos descentralizados na

tomada de decisões de baixo para cima, através do progresso de canais acessíveis que possibilitem que as redes de cidadãos e organizações participem ativamente na tomada de decisões que afetam os interesses das comunidades (RODRÍGUEZ; SUÁREZ, 2014). Os autores acrescentam

A participação pode ser considerada e gerida de diferentes formas e intensidades: de forma substantiva ou como processo, através da promoção do acesso real dos homens e mulheres na tomada de decisão, elaboração, execução, avaliação das políticas e programas sociais locais; ou subordinada às ações profissionais e diretrizes políticas, sendo um meio simples para legitimar políticas, programas e atuações profissionais (p. 3, tradução nossa).

Uma comunidade e cada uma das pessoas dessa comunidade são agentes da transformação e não meros objetos dela. Os modelos e o futuro não podem ser construídos alheios às comunidades, cenário onde se produzem, recriam, renovam as essências dos seres humanos e onde se constroem, se expressam e se transformam suas representações individuais e do seu entorno, desenvolvendo sua existência. Portanto, todos os atores devem ser considerados para a tomada de decisão nas problemáticas locais (RITTO, 2010; ALONSO; ACOSTA, 2014).

Alonso e Acosta (2014) corroboram com essa afirmativa, dizendo que o progresso e a transformação social só são possíveis se as metodologias utilizadas priorizem a participação e confiem na capacidade transformadora que as comunidades têm, através da participação articulada entre os cidadãos, e que eles possuam consciência do contexto e da realidade em que vivem e da prática que exercem, a fim de possibilitar uma mudança em sua realidade.

Uma estratégia de consulta, consenso e gestão comunitária envolve quatro aspectos: integração dos interlocutores (atores sociais, como cidadãos, governo, universidades, empresas, etc.); abertura ao global, conscientização da complexidade e limitações dos parceiros; atitudes e comportamentos de confiança, respeito mútuo e reconhecimento das possibilidades e limitações dos atores sociais; e a sinergia criada a partir dos diálogos, alianças e intercâmbio de experiências e competências. Para que os problemas possam ser investigados e percebidos e as estratégias de soluções e transformações possam ser criadas nos contextos comunitários deve se embasar em processos comunicativos (RODRÍGUEZ; SUÁREZ, 2014).

A participação pode se dar em diferentes níveis e formas: nível de informação e formação; nível de consulta e debate; nível de decisão; nível de controle; nível de cogestão (RODRÍGUEZ; SUÁREZ, 2014).

Ainda no que diz respeito aos níveis de participação, Rowe e Frewer (2000) os níveis mais altos de participação exigem maior grau de contribuição pública, como na solicitação da opinião pública ou na participação ativa de representantes públicos no próprio processo de tomada de decisão. O nível mais baixo envolve comunicação de cima para baixo e um fluxo de informação unidirecional, enquanto o nível mais alto é caracterizado por diálogo e intercâmbio de informações nos dois sentidos. Os autores acrescentam que o método mais apropriado de envolvimento público depende das especificidades de cada uma das comunidades.

As comunidades que desenvolvem suas ações em uma determinada área geográfica convergem, mesmo possuindo integrantes com pensamentos diversos, devido ao fato de ser uma unidade social, um agrupamento de pessoas com um determinado modo de organização, que se vinculam as necessidades e interesses comuns e que constrói representações e valores, relações e responsabilidades, ações e anseios e é o local onde os indivíduos se satisfazem e se sentem parte do todo (ALONSO; ACOSTA, 2014).

Essa representatividade nas comunidades, segundo Leal Filho (2002), advoga a participação dos representantes legítimos de segmentos organizacionais, que reproduzem os valores, interesses e expectativas e que receberam autorização do grupo a que pertencem, a responderem por eles no processo de planejamento. Já a responsabilidade nas comunidades retrata a obrigação que o indivíduo tem de responder por um ato próprio ou em nome de outro, ou seja, é atribuída a ele a responsabilidade do participante envolvido na decisão de responder perante o segmento organizacional pelos efeitos e impactos das ações decididas e implementadas. O autor ainda acrescenta que essa interação entre os dois perfis de gestão descritos possibilita a elaboração de um quadro de referências, em que a ênfase é a de potencializar a participação da maioria das pessoas no processo de gestão.

Tendo o que foi dito, infere-se que os conceitos de participação estão intimamente relacionados com as ações para promoção do DLS, pois tornam factível o protagonismo local por meio do envolvimento daqueles que efetivamente pertencem à situação.

3.3 PAPEL DAS UNIVERSIDADES

Tendo em vista a importância do conhecimento dado pelas instituições de ensino como replicadoras do ambiente vivido nas sociedades e como condutora das questões sociais relativas à participação em benefício ao desenvolvimento local sustentável é que se inicia com Trindade (2000, p. 122) uma breve retrospectiva relativa às instituições universitárias, estabelecendo quatro períodos:

O primeiro, do século XII até o Renascimento, foi o período da invenção da universidade na Idade Média em que se constituiu o modelo da universidade tradicional, a partir das experiências precursoras de Paris e Bolonha, da sua implantação em todo território europeu sob a proteção da Igreja; O segundo iniciou-se no século XV, época em que a universidade renascentista recebe o impacto das transformações comerciais do capitalismo e do humanismo literário e artístico, mas sofre também os efeitos da Reforma e da Contra-Reforma; O terceiro, a partir do século XVII, marcado por descobertas científicas em vários campos do saber, e do Iluminismo do século XVIII, a universidade começou a institucionalizar a ciência, não sem resistências, numa transição para os novos modelos; No quarto período, no século XIX, implantou-se a universidade estatal moderna, e essa etapa, que se desdobra até os nossos dias, introduz uma nova relação entre Estado e universidade, estabelecendo suas principais variantes institucionais.

Trindade (2000) acrescenta que a universidade renascentista sucedeu de uma imensa transformação que teve início no século XV, derivado do fortalecimento do poder real, da afirmação do Estado nacional e da expansão ultramarina. Com tais acontecimentos a universidade, vista como instituição social, se abre ao humanismo e às ciências e, posteriormente, inclusive as que se alinharam com a Contra Reforma, abandonaram seu padrão tradicional teológico-jurídico-filosófico.

Na breve retrospectiva feita por Santos (2011), o conhecimento universitário, ou mais especificamente o conceito científico, que é produzido nas universidades ou instituições afins possuidoras do “*ethos*” universitário, foi no decorrer do século XX um conhecimento com predominância disciplinar, em que a autonomia determinou um processo de produção relativamente descontextualizado em relação às necessidades das sociedades.

A datar de sua concepção, a educação universitária tem procurado o resultado de criar, transmitir e disseminar conhecimento, e por trabalharem com e sobre o conhecimento, essas instituições acabam ocupando papel central nos processos que caracterizam a sociedade contemporânea (BERNHEIM; CHAUI, 2008).

Esse protagonismo resultou em uma nova análise a respeito do relacionamento existente entre a sociedade e as instituições de educação superior, fortalecendo a relevância do seu papel estratégico passando de mera garantidora da conservação de formas de conhecimento culturalmente reverenciadas ou fonte de pessoal altamente qualificado e investigadores dedicados à satisfação das necessidades puramente econômicas para agentes do desenvolvimento e da transformação social (PINTO, 2008).

Em nível mundial vem se observando uma busca contínua por novas formas de organização acadêmica que propiciem à educação superior reagir melhor às exigências da sociedade, além de melhor adaptá-la ao seu papel em correspondência à natureza da ciência contemporânea. As tradicionais atividades acadêmicas disciplinares veem-se derrotadas por novas práticas de conhecimento (BERNHEIM; CHAUI, 2008; LA JARA; FONTECILLA; TRONCOSO, 2006).

Santos (2011) defende que a sociedade deve deixar de ser um objeto das interpelações da ciência para se tornar aquela que faz interpelações à ciência, entretanto nem sempre esse conhecimento passa a ser aplicado na sociedade. “À medida que a ciência se insere mais na sociedade, esta se insere mais na ciência” (SANTOS, 2011, p. 44). A relação interna ou expressiva vivenciada entre a universidade e a sociedade é o que explicita a universidade pública como instituição social (BERNHEIM; CHAUI, 2008).

Bernheim e Chauí (2008) acrescentam ainda o preâmbulo da Declaração Mundial sobre Educação Superior que reconhece a importância estratégica da educação do terceiro nível na sociedade contemporânea, salientando que

[...] há uma demanda sem precedentes e uma grande diversificação na educação superior, bem como maior consciência sobre a sua importância vital tanto para o desenvolvimento sociocultural e econômico como para a construção do futuro, diante do qual as novas gerações deverão estar preparadas com novas habilitações, conhecimentos e ideais (UNESCO, 1998, preâmbulo).

Esse posicionamento foi reforçado pela UNESCO no ano de 2005 em uma publicação baseada na “Conferência Mundial sobre Ciência”. Há unanimidade quanto ao fato de que o conhecimento é o principal elemento de desenvolvimento social e econômico, ou seja, a melhoria do padrão de vida da população e o respeito por um meio ambiente sustentável são substanciais para o bem-estar das gerações

futuras.

As instituições de ensino superior têm uma função essencial para a estruturação e transformação da realidade social, por meio de sua contribuição ao desenvolvimento humano e social, produção de conhecimentos, formação de cidadãos (PINTO, 2008; MEDEIROS JÚNIOR, 2004), expansão da garantia das liberdades substantivas dos cidadãos como protagonistas atuantes no processo de mudanças e não somente como recebedores passivos de benefícios. Deve, por fim, ter como papel a construção, desconstrução e também reconstrução do processo de conhecimento que possa garantir a formação do cidadão (ALMEIDA, 2015). O autor acrescenta que, além de possibilitar que exista educação para a maior parte das pessoas, é importante que os meios para a educação contribuam para a construção de pessoas humanizadas, profissionais competentes, éticos e comprometidos com a comunidade em que vivem. Desta forma, deve-se buscar novos modelos educacionais que contribuam com as transformações sociais almejadas.

Em um contexto de transformações, Bernheim e Chauí (2008) complementam que a nova configuração para se gerar conhecimento é definida pela participação de múltiplos atores, diferente daquela responsabilidade recaída tradicionalmente sobre um seleto grupo de especialistas reconhecidos em uma responsabilidade mais ampla, de caráter social.

Essa participação, de acordo com Peixoto (1997), veio com a reforma universitária de 1968, que buscou assegurar a participação dos três segmentos da universidade - professores, alunos e funcionários - nos órgãos máximos, nos colegiados de competência acadêmica e nas demais instâncias de deliberação coletiva. Porém essa descentralização não necessariamente se concretiza em uma partilha de poder efetiva e numa democratização das decisões, pois em muitas ocasiões esse poder acaba por se concentrar nos órgãos de administração superior da Universidade.

De acordo com Peixoto (1997), o retrospecto da estrutura organizacional da universidade brasileira está num cenário de relações de poder, de forças, que interagem tanto interna quanto externamente à universidade. Internamente são as relações de poder que se relacionam às questões voltadas à centralização e à descentralização no processo de decisão, e também ao significado da democratização dos processos decisórios internos à universidade. Já externamente são as relações de poder que se relacionam à autonomia nas relações com o

governo federal, no caso das instituições públicas, e nas relações com as mantenedoras, no caso das instituições particulares. Ainda para a autora, nesse contexto é fundamental que se dialogue sobre as questões inerentes à estrutura atual das universidades, repensando e reelaborando as relações de poder no que diz respeito principalmente à democratização, à representação e à participação.

Além da inclusão de uma participação mais efetiva dos atores envolvidos, o escopo e o ritmo das mudanças do contexto atual da sociedade cada vez mais necessitam de fundamentação no conhecimento, de tal forma que a educação superior e a pesquisa atuem como alicerces para o desenvolvimento cultural, socioeconômico e ecologicamente sustentável dos indivíduos, comunidades e nações (BERNHEIM; CHAUÍ, 2008, p. 17).

Peixoto (1997) considera que a participação é sempre do interesse dos indivíduos e grupos que pleiteiam para si. Faz-se necessário questionar em que proporção os critérios de indicação dos representantes das diversas categorias (professores, alunos e funcionários) refletem, eles mesmos, uma compreensão meramente formal da participação, ao contrário da representação efetiva dos interesses de instituições e categorias, que se ordenam na procura de alternativas para influenciar no processo de formação das decisões.

Assim sendo, a representação tem contribuído para aumentar as taxas de legitimidade, racionalidade e governabilidade da universidade? Em outras palavras, até que ponto se elege o representante apenas porque há uma vaga a ser ocupada? Se isto ocorre de modo acentuado, significa que ao eleger seu representante o departamento, unidade ou categoria não tem um projeto acadêmico para orientar esta participação, nada podendo e lhe sendo cobrado no que se refere ao exercício do cargo. Departamentos, unidades ou categorias, que não têm projetos, podem vir a ser suplantados por outros que os possuem, ficando evidente a necessidade de os interessados se fazerem, de alguma forma, presentes ou representados. Neste sentido, seria recomendável pensar, até mesmo, na redução de instâncias deliberativas, desde que isto pudesse contribuir para o funcionamento de uma estrutura mais democrática e adequada às necessidades da instituição (PEIXOTO, 1997, p. 210).

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), expressou a promoção das responsabilidades sociais das Instituições de Ensino Superior (IES), como uma das dez dimensões do SINAES, através da “valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional” (BRASIL, 2004).

Na Declaração Mundial sobre a Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação, produzido pela UNESCO (1998), a missão e os valores das instituições de ensino superior devem auxiliar no processo de desenvolvimento e melhoria da sociedade em geral em prol da sustentabilidade (UNESCO. 1998). A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, acrescenta ainda a promoção da extensão com a participação da comunidade.

Entretanto essa relevância do conhecimento nem sempre serviu para que as instituições de ensino superior fossem engrandecidas. Segundo Santos (2011, p. 18),

[...] perda de prioridade na universidade pública nas políticas públicas de Estado foi, antes de mais nada, o resultado da perda geral de prioridade das políticas sociais (educação, saúde, previdência) induzida pelo modelo de desenvolvimento econômico conhecido por neoliberalismo ou globalização neoliberal que, a partir da década de 1980, se impôs internacionalmente.

Pinto (2008) complementa que mesmo o mundo tendo passado por inúmeras transformações nos últimos anos, em que boa parcela da sociedade tenha passado a desfrutar de uma maior qualidade de vida, ainda se mostram pertinentes algumas metas, como: atenuar a pobreza e a “[...] crescente disparidade na distribuição das riquezas, a justiça internacional, a equidade global e os direitos humanos, a compreensão intercultural, a construção da paz, a cidadania e o governo globais e o desenvolvimento sustentável” (p. 10743). Tendo isso, os gestores das instituições de ensino superior devem conduzir com o intuito de responsabilizarem-se socialmente pelas ações que as tornem corresponsáveis pelo desenvolvimento sustentável da sociedade.

Ao se afirmar que a educação é fundamental para o desenvolvimento econômico da Nação, afirma-se também que a longo prazo ela acaba beneficiando de maneira igualitária a todos e que seu crescimento bruto é, em si e por si, um índice de democratização. E ao se afirmar que a educação também é fator de integração nacional, tem-se que ela racionaliza e unifica a vida social, traz modernidade à nação, gerando progresso que, ao longo prazo, beneficia de maneira igualitária a todos (CHAUÍ, 2001). Assim,

[...] a missão da Universidade pública é, antes de qualquer coisa, o compromisso com a produção do conhecimento público, orientado às necessidades populares. A postura dialógica, por outro lado, além de estar

em consonância com esse fim, promove o enriquecimento do conhecimento produzido – através da troca entre saberes populares e acadêmicos e da não dissociação entre a teoria e a prática – e contribui para a ampliação da formação de uma cultura política democrática, através da experiência concreta (DEPIERI et al., 2010, p. 70).

Sen (2010) evidencia ainda o fato de que, para que exista efetivamente o desenvolvimento humano, há a exigência de uma análise agregada que inclua as atividades econômicas, sociais e políticas, envolvendo extenso número de instituições, que têm de focar na busca das liberdades instrumentais cruciais dos indivíduos, como: as oportunidades econômicas, as liberdades políticas, as facilidades sociais, as garantias de transparência e a segurança protetora. E mais uma vez se ressalta o protagonismo das universidades nesse contexto.

A investigação do relacionamento entre a universidade e a sociedade está no foco da temática da relevância ou pertinência da educação superior. Bernheim e Chauí (2008) acrescentam que, quando este relacionamento é abordado, há uma predisposição em reduzi-lo a uma resposta apropriada às demandas da economia ou do setor empresarial. Essas demandas devem ser atendidas, mas a relevância do ensino superior se sobrepuja a isso e necessita que seja analisado em um maior ângulo, considerando os desafios e as demandas que lhe são impostos pela sociedade como um todo.

Trata-se de traduzir os objetivos gerais e os objetivos da sociedade em termos das tarefas que cabem à educação superior, nos seus aspectos quantitativo e qualitativo: formação de pessoal especializado de alto nível; pesquisa; tarefas de extensão e serviço a serem programados etc. Decidir sobre essas tarefas não é simples, e o exercício naturalmente não se limita a simples quantificação dos recursos humanos necessários, o que em si mesmo já é bastante difícil, mas precisa abranger a estimativa da contribuição potencial global da educação superior, por intermédio de suas várias funções, para o desenvolvimento humano sustentável da sociedade (BERNHEIM; CHAÚÍ, 2008, p. 20).

Chauí (2001) levanta o questionamento frequentemente feito de qual deve ser a relação da universidade com a sociedade e afirma que se essa questão existe pode se subentender que a universidade teria certa realidade extra social e política, por ser uma instituição social, que realiza e age de modo relacionado com a sociedade do qual faz parte.

O papel da universidade para Bernheim e Chauí (2008, p. 17) diz respeito a uma universidade participante de todos os aspectos da vida da sociedade, mas sem

deixar de lado seu contexto de academia, ou seja, nem de costas para a sociedade, em que só o que é apropriado afirmar na condição da academia e nem militante, invadida pelos ruídos e clamor das ruas.

[...] a análise das relações entre sociedade e universidade é um dos principais temas na agenda de estudos sobre a educação superior. Não há dúvida de que o mundo acadêmico deva envolver-se mais com os processos sociais, econômicos e culturais, mantendo as características que a distinguem como academia. É o que dizem os parágrafos da Declaração Mundial (Art. 2), que nos indicam que as instituições de educação superior devem “preservar e desenvolver suas funções fundamentais, submetendo suas atividades às exigências da ética e do rigor científico e intelectual.” O reconhecimento dado pela sociedade à autoridade intelectual das instituições de educação superior, conforme a Declaração está intimamente associado à sua capacidade de se expressar sobre os problemas éticos, culturais e sociais de forma completamente independente e com plena consciência das suas responsabilidades.

Nas percepções de Pinto (2008) e Medeiros Júnior (2004), as instituições de ensino superior, na proporção em que são incubadoras de novos conhecimentos e firmadas no paradigma científico, denotam seu protagonismo fundamental para a construção e transformação da realidade social, no que concerne aos conteúdos de ensino, valores e habilidades agregados nesse processo, além de estarem em um ótimo posicionamento para vincular o local com o global. Tal constatação reflete seu papel hoje em dia, que finda a gerar implicações políticas, econômicas e sociais. Esse cenário oportuniza que essas instituições troquem processos em muitas sociedades e contribuam para o desenvolvimento humano e social.

Além de ser uma instituição social, a universidade deve ser inseparável da ideia de democracia e de democratização do saber, ou seja, a universidade só é possível em um Estado republicano e democrático (BERNHEIM; CHAUÍ, 2008).

Nesse contexto político, as comunidades científicas devem, de acordo com a UNESCO (2005), buscar contribuir para a apresentação de alternativas que capacitem os cidadãos a receberem informação e a expressarem suas opiniões, considerar a opinião da sociedade civil e constituir com ela um diálogo franco. A combinação dos esforços dos diversos atores sociais deve oportunizar a elaboração de uma agenda de prioridades sobre as ações a serem desenvolvidas no país e neste caso utilizamos a universidade como reflexo do que ele representa. Portanto,

[...] a educação precisa promover a formação de indivíduos cuja interação criativa com a informação os levem a construir conhecimento. O ensino

consiste essencialmente em fornecer assistência ajustada à atividade construtivista dos alunos, com o objetivo de promover a aprendizagem pela compreensão. Em cada aula em que se desenvolve um processo de ensino-aprendizagem, se realiza uma construção conjunta entre professor e alunos, que é única e irreproduzível. Assim, o ensino é um processo de criação e não apenas de repetição (BERNHEIM; CHAUI, 2008, p. 34).

As universidades são motivadas pelos múltiplos ambientes socioculturais em que estão contextualizadas, tendo seus objetivos afetados por isso, dispondo, portanto, do desenvolvimento de políticas que retratem as demandas do homem contemporâneo ao contrário de serem reprodutoras banais do *status quo* e da aceitação passiva e alienante das ideologias dominantes (FRANTZ; SILVA, 2002; MEDEIROS JÚNIOR, 2004).

Bernheim e Chauí (2008) citam a Declaração Mundial sobre a Educação Superior para o Século XXI, que compreendeu diversos conceitos no que concerne à pertinência em sua visão e ação. Esses conceitos reverberam a complexidade e a abrangência da missão social da educação superior contemporânea. A pertinência deve ser mensurada em função da congruência entre o que a sociedade espera das instituições de ensino superior e o que efetivamente é feito por elas. O que demanda “[...] padrões éticos, imparcialidade política, capacidade crítica e melhor articulação com os problemas da sociedade e do mundo do trabalho” (p. 21), alicerçando as recomendações de longo prazo em objetivos e necessidades da sociedade, levando em consideração ainda o respeito pelas culturas e a proteção ambiental. Os autores acrescentam ainda os principais deveres da educação superior:

- a) Exacerbar sua função de prestadora de serviço à sociedade, particularmente norteadas em erradicar a pobreza, a intolerância, a violência, o analfabetismo, a fome, a doença e a degradação ambiental, por intermédio de uma abordagem interdisciplinar e transdisciplinar na análise das problemáticas;
- b) Revigorar sua contribuição ao desenvolvimento de todo o sistema educacional, acima de tudo que haja o aprimoramento dos docentes, do desenvolvimento curricular e da pesquisa educacional; e
- c) Intencionar a formação de uma “[...] nova sociedade, não-violenta e não-exploradora, formada por indivíduos altamente esclarecidos, motivados e integrados, inspirados pelo amor à humanidade e guiados pela sabedoria” (BERNHEIM; CHAUI, 2008, p. 21).

Medeiros Júnior (2004) complementa que a função social do ensino superior compreende em desenvolver o processo de socialização dos conhecimentos numa óptica de determinar a relação no ambiente em que se contextualiza.

Há implicações políticas, econômicas e sociais no papel exercido hoje pelo ensino superior, pois as instituições estão posicionadas no sentido de incorporar o local ao global e é esse processo que faz com que haja a oportunidade de se trocarem processos em muitas sociedades e ainda contribuir com o desenvolvimento humano e social. Essas instituições são protagonistas na construção da sociedade (PINTO, 2008). A lógica, segundo Minogue (1981), seria a aplicabilidade do conhecimento científico aos casos concretos, ou seja, o aluno coloca em prática o que aprendeu com o intuito de buscar uma solução para o problema enfrentado.

De acordo com a percepção de Almeida (2015, p. 57), a Universidade tem como missão “[...] lidar com a construção, desconstrução e reconstrução de conhecimentos”. Sendo assim inclui que a Universidade tem que fazer sentido na vida do acadêmico, e que o processo de aprendizagem só ocorre na sua totalidade quando aquilo que é aprendido se torna significativo.

Síveres (2013), nessa mesma linha, complementa que os estudantes que se envolvem em projetos aplicáveis ao contexto vivido, como os projetos de extensão, são capazes de frutificar um processo de aprendizagem significativo, consolidando a consciência de que os graduandos podem fortificar as transformações éticas e políticas almejadas para a sociedade.

Com base nisso, as competências básicas para o aprendizado contemporâneo e estratégico são apontadas por Bernheim e Chauí (2008, p. 34):

[...] capacidade reflexiva e crítica; capacidade de solução de problemas; capacidade de adaptação a novas situações; capacidade de selecionar a informação relevante nas áreas de trabalho, cultura e exercício da cidadania, que lhe permite tomar decisões corretas; capacidade de continuar aprendendo em contextos de mudança tecnológica e sociocultural acelerada, com a permanente expansão do conhecimento; capacidade de buscar espaços intermediários de conexão entre os conteúdos das várias disciplinas, de modo a realizar projetos que envolvam a aplicação de conhecimentos ou procedimentos próprios de diversas matérias; capacidade de apreciar a leitura e a escrita, o exercício do pensamento e a atividade intelectual, de modo geral.

São inerentes às instituições de ensino superior o compromisso social e a defesa de ideais humanísticos na formação de uma sociedade mais justa e democrática. Tais aspectos corroboram com a discussão referente ao papel dessas

instituições na responsabilidade social e no oferecimento de “[...] oportunidades de inovação e elaboração de respostas críticas e criativas, procedentes do tensionamento que a própria realidade, as diferentes compreensões sobre a mesma e essas demandas, provocam” (MACIEL et al., 2009, p. 50).

Neste cenário de mudanças, Santos (2011) ressalta que a reforma universitária tem como objetivo primordial responder de forma positiva às demandas sociais pela democratização radical da universidade, buscando novos processos de construção e de difusão de conhecimentos científicos, novos compromissos sociais, locais, nacionais e globais. E o objetivo buscado visa situar novamente o papel da universidade pública na “[...] definição e resolução coletiva dos problemas sociais que agora, sejam locais ou nacionais, não são resolúveis sem considerar a sua contextualização global” (SANTOS, 2011, p. 57).

E para sobreviver a esse contexto de mudanças, as instituições de ensino superior devem estar integradas com o processo inovador da época (GOERGEN, 1998). Além disso, nessa conjuntura de transformações, a Universidade deve ser valorizada e elevada ao patamar de bem público ligada ao projeto do país, em que seu papel dentro do processo de globalização possa ser solidário e cooperativo (SANTOS, 2011).

Pinto (2008) complementa esta ideia, confirmando que é urgente que seja feita uma consideração maior a respeito de uma sociedade mais equitativa, pois tal fator é um produto da educação e da forma como as instituições de ensino superior relacionam-se com a sociedade e com o acolhimento das demandas sociais, por meio da geração do conhecimento e da formação dos cidadãos.

De acordo com o artigo 207 da Constituição Federal, as universidades brasileiras têm como sustentáculo obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988).

A pregressa função das universidades, de acordo com Silva (2002), foi o ensino, que *a posteriori* foi complementado com a pesquisa e finalmente, tendo o propósito de criar e ampliar a relação com a população e formar novos interlocutores, introduziram a extensão, que seria o lado comunicativo do saber presente no ensino e na pesquisa universitária, além de expressar a realidade social e política da sociedade em que faz parte. Acrescenta-se ainda que essas três dimensões deveriam ser inseparáveis e equilibradas, no intento de cumprir sua finalidade para com a sociedade.

De acordo com FORPROEX (2001) o ensino, subsidiado por um processo de educação superior crítica, utilizando mecanismos de educação de massa que propiciem a cidadania com competências técnicas e políticas, é uma das formas de se atenderem as demandas da população. O mesmo documento ainda ressalta que as pesquisas, básica e aplicada, deveriam ter a atribuição de serem sistematicamente direcionadas ao estudo das problemáticas que envolvem a sociedade, podendo utilizar metodologias que proporcionem a o papel da população atuante, e não de mero espectador.

Segundo Santos (2011), no século XXI só se conceituavam como universidades aquelas instituições que possuem formação graduada, pós-graduada, pesquisa e extensão, o autor ainda acrescenta que sem qualquer desses tem-se ensino superior e não universidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil, segundo Maciel et al. (2009) a conduziu uma considerável alteração no entendimento e na operacionalização do ensino e da gestão acadêmica. No que concerne ao aspecto legal, desde a institucionalização do SINAES, regido pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, vêm sendo processadas alterações no sistema de ensino superior no Brasil. De acordo com os autores ainda, o SINAES tem o intento de promover a responsabilidade social das IES e possui três elementos principais: as avaliações das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes, todos regidos pelos tópicos: ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, desempenho dos alunos, gestão da instituição, perfil do corpo docente e instalações, dentre outros aspectos.

Síveres (2013, p. 15) acrescenta que a universidade dentre as suas inúmeras aptidões é entendida por meio da dinâmica existente da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que procura endossar “[...] o pleno desenvolvimento do educando, o exercício da cidadania e a capacitação para o trabalho”.

A extensão universitária ao lado do ensino e da pesquisa é parte do pilar de sustentação do ensino superior brasileiro e tem um papel fundamental de contribuição superando a formação profissional apenas, contribuindo então para que o estudante possa ter acesso à formação integral, ética e humanística, tão necessária para os dias atuais (ALMEIDA, 2015, p. 57).

Para Almeida (2015) a extensão universitária é uma formulação adotada pelas Universidades latino-americanas e especialmente no Brasil, em que há o

envolvimento da Universidade com a sociedade. O ideal da extensão, segundo ela, possui relação com o que se almeja na transformação societária, tendo isso a Universidade por meio do compromisso social inerente a sua função produzir conhecimento para auxiliar na edificação de soluções prestas às demandas sociais.

Bolan e Motta (2008) incluem que no cumprimento da tríplice missão de ensino, pesquisa e extensão, a universidade deve buscar uma maior proximidade com a sociedade, por meio do convívio com as comunidades, propondo soluções para os problemas ou até mesmo dando sustentação para que elas consigam superá-los, concebendo situações de aprendizado e de construção de ideias, em um cenário democrático onde a educação pode proporcionar a promoção do capital humano, intelectual e tecnológico do país, com foco no desenvolvimento sustentável da sociedade.

A relação entre ensino, pesquisa e extensão fomenta e aprimora a produção de conhecimento, proporcionando que ele tenha um elo mais harmonioso com as demandas sociais, assessorando os alunos no alinhamento entre a teoria e a prática (LOBATO et. al, 2011).

A tríade: ensino, pesquisa e extensão, segundo Medeiros Júnior (2004), reflete no principal alicerce para o desenvolvimento de ações que engrandecem o humano e evidenciam a necessidade do sujeito ativo responsável também por estar e participar no contexto social.

A inclusão da extensão na Constituição Federal e a atuação da organização do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, no fim da década de 1980, proporcionaram que a comunidade acadêmica tivesse as condições e o lugar para uma conceituação precisa da extensão universitária, expressa em 1987, no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão.

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a Extensão é

um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (FORPROEX, 1987, p. 11).

No contexto da extensão, desde sua criação em 1987, a FORPROEX enfatiza que o processo extensionista deve ter os seguintes enfoques e ações, dentre outros:

1. As Instituições de Ensino Superior Públicas (IESP), orientarão sua política de extensão objetivando prioritariamente a transformação social que implique na melhoria das condições de vida da maioria da população; (...)
2. Será garantida a participação das comunidades envolvidas no trabalho, na elaboração, execução e avaliação dos projetos de extensão das Universidades.
3. Serão fomentadas ações que propiciem a sensibilização da comunidade acadêmica às atividades de interesse social.
4. Recomenda-se que as universidades desenvolvam mecanismos de avaliação permanente da pesquisa e do ensino, do ponto de vista de suas importâncias para a sociedade (FORPROEX, 1987, p. 12).

Ou seja, a extensão é a forma que as universidades possuem de retomar seu papel na função social que inerentemente seria seu. Síveres (2013) complementa que a extensão universitária alicerçada pela preocupação com questões sociais está diretamente relacionada com o progresso da cidadania de seus partícipes. O documento FORPROEX (1987) ainda retrata a forma como a extensão deveria ser institucionalizada por meio da adoção de medidas e procedimentos necessários ao encaminhamento das atividades acadêmicas em direção às questões de relevância social. As medidas e procedimentos podem ser enquadrados em três grandes grupos: medidas e procedimentos de ordem metodológica; medidas referentes à estrutura universitária; medidas para valorização da extensão regional e nacional.

As atividades de extensão universitária envolvem uma gama variada de prestação de serviços com múltiplos destinatários: grupos sociais populares e suas organizações; movimentos sociais; o setor público; o setor privado; além de outras áreas de prestação de serviços das universidades que possui a sociedade em geral como beneficiária (SANTOS, 2011).

O Plano Nacional de Extensão Universitária de 2001 ainda defende que a extensão deve atuar mais em um cenário em que a relação com a população passe a ser encarada mais como a oxigenação necessária à vida acadêmica do que como a simples atuação de disseminar conhecimentos (cursos, conferências, seminários), prestação de serviços (assistências, assessorias e consultorias) e difusão cultural (realização de eventos ou produtos artísticos e culturais). Por meio dessa visão, a

produção do conhecimento sistematiza pela extensão seria na transmissão de saberes sistematizados, acadêmico e popular, tendo como decorrência a democratização do conhecimento, a participação efetiva da comunidade no exercício da universidade e uma produção resultante do confronto com a realidade.

De acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado em 2014 por meio da Lei 13.005, suas diretrizes expressas no artigo segundo englobam ações, entre outras, em prol da

[...] superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; melhoria da qualidade da educação; formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2014, p. 1).

Além disso, uma das estratégias do PNE é de assegurar que no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares solicitados para a graduação seja em programas e projetos de extensão universitária, em que as ações devem ser orientadas na direção das áreas de grande pertinência social, prioritariamente.

Para os autores Frantz e Silva (2002) a percepção da extensão sempre foi conexas a ideia de função social da universidade e que expressa a configuração de como ela interviria junto aos setores sociais nos seus arredores. Os autores acrescentam que as ações extensionistas podem ser desenvolvidas na prática por intermédio de: Extensão como prestação de serviços; Extensão como práticas de difusão cultural; Extensão como atividade de ensino; Extensão como assistência social.

As ações de extensão, adotadas pelas universidades brasileiras e também latino-americanas possui forte relação com o protagonismo universitário na sociedade por meio da transformação e compromisso social (ALMEIDA, 2015).

A extensão possibilita, segundo Santos (2011) que as universidades participem ativamente na estruturação da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural, envolvendo uma diversidade de ações de prestação de serviços, com receptores diversos, como: grupos sociais populares e suas

organizações; movimentos sociais; comunidades locais ou regionais; governos locais; o setor público e privado; a sociedade em geral.

Além da extensão universitária, vasta gama de ações e mecanismos concretos de intervenção, transformação social e melhoria dos indicadores socioeconômicos começam a ser agregados e discutidos no âmbito das universidades, com o intuito de garantir sua legitimidade, crescimento, sustentabilidade e desenvolvimento na sua função social.

No processo de desenvolvimento de ações extensionistas, as instituições de ensino superior devem continuamente buscar o diálogo, a prática em situações significativas, a ética e a política, pois a educação pode ser considerada um ato político, o compromisso social e a emancipação e a educação desenvolvida de maneira transdisciplinar (ALMEIDA, 2015).

A formação do aluno alicerçada pela extensão universitária busca inseri-lo no contexto social em que vive, por intermédio da integração entre ensino e pesquisa, exercendo uma proposta de mudança da Universidade e da sociedade sincronicamente, fomentando a participação para oportunizar a difusão do conhecimento (SILVA; VASCONCELOS, 2006; SILVA et al., 2006).

A extensão universitária, segundo Frantz e Silva (2002) é protagonista no que concerne à função social da universidade e na forma como ela poderia intervir com os setores sociais a sua volta. Os autores ainda complementam que quanto maior a problemática da sociedade, mais é exigido dos intelectuais, dos cientistas e das instituições para que forneçam potenciais soluções, como o caso das universidades, que conseguem unir essa “expertise” para colocar em prática na sociedade o que é ensinado e pesquisado na instituição, realimentando o processo de ensino-aprendizagem (FRANTZ; SILVA, 2002; SÍVERES et al., 2013).

Síveres et al. (2013) acrescenta que a extensão proporciona que a universidade desenvolva uma interação e um diálogo com a sociedade, qualificando a formação acadêmica, uma vez que prioriza a relação entre teoria e prática, sendo fundamental na formação acadêmica cidadã.

A extensão, como projeto educativo do ensino superior, é fundamental na formação dos estudantes, pois proporciona a conscientização de sua realidade social e desperta o desejo de mudança pessoal e social. A eficácia dessa ação pedagógica está nas considerações que o estudante terá sobre o ser humano e a sociedade (p. 102).

Nesta perspectiva, é por meio da extensão que a Universidade age na promoção da cidadania, na ampliação dos debates entre sociedade e instituição, sendo capaz de oferecer recursos para as demandas da sociedade. Tendo isso, deve-se dar destaque ao seu papel junto ao ensino e à pesquisa.

A temática da responsabilidade social de acordo com Fraga (2010, p. 26) “[...] consiste em uma prática ética que tem como meta a justiça social e o respeito à vida digna e ao desenvolvimento humano”. A responsabilidade social universitária é um produto da consideração de que as suas ações devem ser revertidas em ensino de qualidade, que traga benefícios para a sociedade por meio do engajamento coerente das demandas sociais, formação crítica e libertadora, que priorize os fins pedagógicos em detrimento dos econômicos, compromissadas com a formação integral e com a transformação da sociedade, consolidadas no conhecimento científico, oportunizando o desenvolvimento humano, além de corroborar com a promoção humana para o desenvolvimento sustentável (MEDEIROS JÚNIOR, 2004; FRAGA, 2010).

Maciel et al. (2009) ainda acrescenta o papel das IES na responsabilidade social com foco nas comunidades do seu entorno, convergindo com a histórica defesa do compromisso social e dos ideais de uma sociedade mais democrática e justa. Nesse mesmo sentido, Ribeiro e Magalhães (2014) acreditam que a dimensão da responsabilidade social universitária (RSU) no acréscimo de suas funções primordiais de ensino, pesquisa e extensão, é o de desenvolver mentes humanas proativas para o pleno exercício da cidadania, através de ações criativas capazes de construir sociedades socialmente responsáveis e economicamente sustentáveis. Segundo os autores essa é a razão pela qual as universidades devem ter uma atuação primordial na promoção de ações de responsabilidade social, ou seja, concretizando o seu papel como geradora de conhecimento por meio da RSU no processo que inter-relaciona ensino, pesquisa e extensão.

Medeiros Junior (2004) e Pinto (2008) ressaltam que a função social das universidades tem relação com o processo de socialização dos saberes, devendo existir a inter-relação com o ambiente na qual estão inseridas, em direção à busca da inclusão social e promoção do desenvolvimento, proporcionando também que a sociedade tenha recursos humanos qualificados, que possam vir a intervir nas situações concretas, mas que também busquem respostas às demandas sociais

emergentes. Além disso, seus gestores devem ser corresponsáveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade.

A RSU, enquanto conjunto de ações coletivas da universidade em prol do desenvolvimento da comunidade e também de seus pares diretos, é um conceito multifacetado porque está diretamente atrelado ao modelo de universidade e à forma como esta se organiza enquanto instituição, ou seja, como está constituído o *ethos* acadêmico e a governança. A universidade, portanto, acaba por definir a finalidade do conhecimento por ela produzido, quase sempre a partir de pressões do campo social, político e econômico (RIBEIRO; MAGALHÃES, 2014, p. 135).

As universidades assumem uma nova atitude, devem ser entendidas como partícipes do processo de desenvolvimento por meio da mudança de sua concepção de função social, além de suas funções indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão, agregando na sua tomada de decisão o envolvimento com projetos baseados em problemas sociais concretos, em sintonia com a realidade vivida e que contribuem com a sociedade (MACIEL et al., 2009; PINTO, 2008).

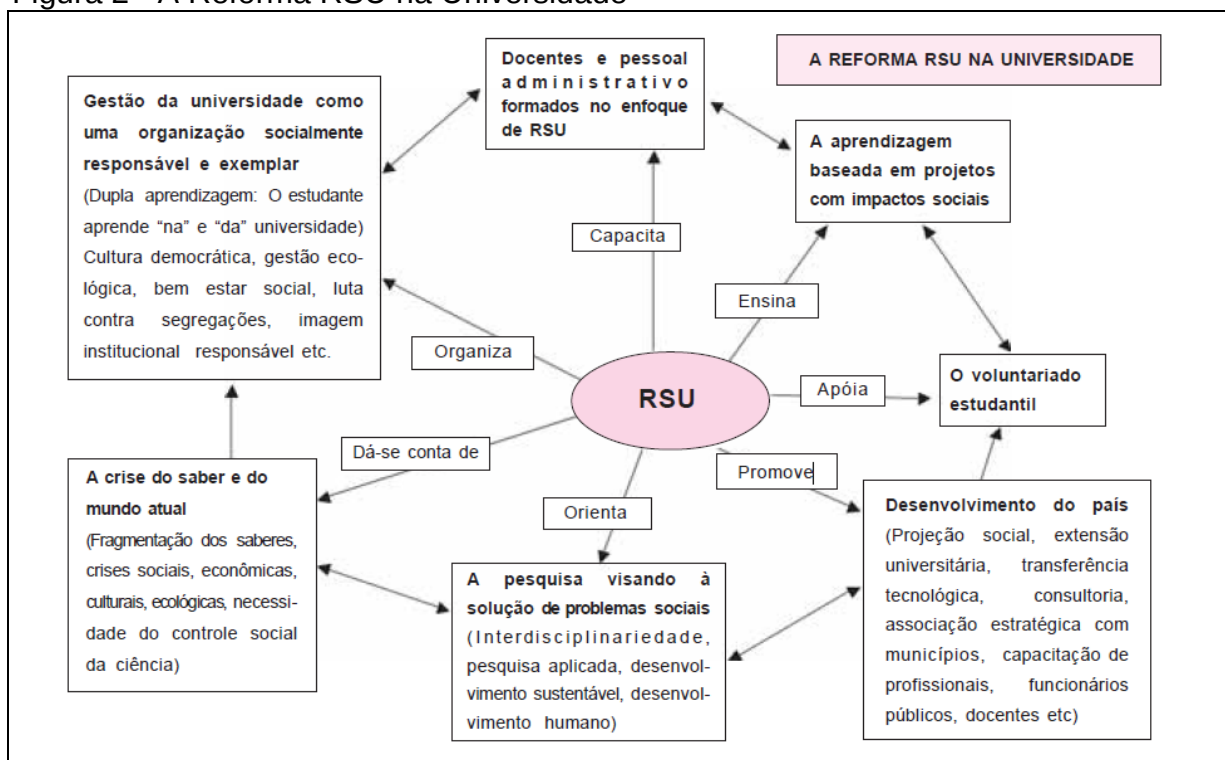
Medeiros Júnior (2004, p. 3) ainda acrescenta que a universidade socialmente responsável é aquela que inclui em suas “[...] políticas, objetivos e missão compromissos que envolvem desde a utilização de materiais que não agredam o meio ambiente até a preocupação com o ser humano como um todo”.

De acordo com Vallaes (2006, p. 39), a RSU reivindica, por intermédio de uma visão holística,

[...] a articulação dos diversos setores da instituição, em um projeto de promoção social de princípios éticos e de desenvolvimento social equitativo e sustentável, com vistas à produção e transmissão de saberes responsáveis e à formação de profissionais cidadãos igualmente responsáveis.

O autor ainda apresenta na Figura 2 o esquema que explicita o caráter global e central da reforma universitária desejada no que diz respeito à RSU, em que todos os aspectos considerados estão interligados e de certa forma dependem um do outro. Nela a gestão da universidade é vista como uma organização responsável e exemplar; a aprendizagem é alicerçada em projetos com impactos sociais e a pesquisa de maneira interdisciplinar visa à solução de problemáticas sociais, entre outros aspectos citados pelo autor.

Figura 2 - A Reforma RSU na Universidade



Fonte: Vallaeys (2006).

As orientações estratégicas, segundo Vallayes (2006), para a responsabilidade social universitária, devem focalizar quatro linhas de ação institucional, são elas:

- Na gestão interna da universidade a meta é orientá-la no sentido de transformar a universidade em uma pequena comunidade modelo de democracia; equidade, em que a haja supressão das discriminações e correção dos privilégios; transparência tanto política quanto econômica; tornando-a um modelo de desenvolvimento sustentável, com políticas de proteção do meio ambiente, utilização de papel reciclado, tratamento dos dejetos, entre outros. Quando a universidade se torna uma comunidade socialmente ela usufrui uma dupla fonte de aprendizagem: o discente aprende na universidade o que interessa à sua carreira, mas aprende também dentro da universidade hábitos e valores cidadãos, a prática cotidiana de princípios e bons hábitos comuns é o que transmite valores às pessoas;
- Na docência a meta é qualificar os docentes em relação ao enfoque da Responsabilidade Social Universitária e promover nas respectivas especialidades uma Aprendizagem Baseada em Projetos, que tenham

cunho social, proporcionando abrir a sala de aula à comunidade social por meio de fontes de ensino significativos e práticos, aplicados na solução de problemas concretos, ou seja, fazendo coisas socialmente úteis e formando alunos como cidadãos informados e responsáveis. Fomentando a criação de oficinas de aprendizagem nas faculdades, assim como uma maior articulação entre as disciplinas, visto que há a necessidade de um enfoque multi e interdisciplinar para tratar das problemáticas sociais, além do vínculo entre a docência, a pesquisa e a projeção social;

- c) Na pesquisa a meta é a de promover pesquisas para fins de desenvolvimento, sob todos os moldes possíveis, firmando convênios de confraternização com as periferias ou com as regiões rurais e integrando os departamentos responsáveis pelos diversos cursos a desenvolver pesquisas interdisciplinares aplicadas em tais localidades. Dessa forma, pesquisadores e docentes se encontram, trabalhando em conjunto sobre a mesma problemática, em suas respectivas especialidades, concebendo uma sinergia de saberes;
- d) No que diz respeito à projeção social a meta é a de conduzir a uma interface com os departamentos de pesquisa e com os docentes das diversas faculdades, com o intuito de implementar e administrar projetos de desenvolvimento que possam conduzir fonte de pesquisa aplicada e de recursos didáticos para a comunidade universitária. O intuito é o de conseguir uma integração da projeção social no cerne da instituição, por intermédio de uma Direção Acadêmica de Responsabilidade Social Universitária que administre as iniciativas estudantis e docentes e seja capaz de controlar sua qualidade.

É desnecessário enfatizar que esta união estreita entre projeção social, docência e pesquisa resultará, sem dúvida, em significativo aumento do voluntariado estudantil, eis que o alunado, durante sua formação, terá podido usufruir os benefícios de um aprendizado baseado em projetos (VALLAEYS, 2006, p. 40 - 41).

Para a concretude das ações de responsabilidade social universitária, Pinto (2008) acrescenta que se faz necessário que a universidade tenha preocupação com os moldes da formação dada aos seus alunos, principalmente para que tenham consciência dos problemas sociais que os rodeiam. E isto se concretizará quando os

docentes agirem de forma aberta no que diz respeito às trocas com os seus alunos, com o objetivo de que os discentes se sintam qualificados para integrar as iniciativas de responsabilidade social da universidade.

Oferecer alguns serviços como atendimento odontológico e consultas médicas são apenas atividades filantrópicas desenvolvidas pelas instituições de ensino superior e não se encaixam em Responsabilidade Social, pois as instituições de ensino superior devem mudar seu papel de executora de ações centradas na caridade para executora de ações cidadãs com base na justiça, por intermédios dos direitos e deveres (FRAGA, 2010; LA JARA; FONTECILLA; TRONCOSO, 2006).

O caráter da Responsabilidade Social não deve ser considerado unicamente com o intuito de atender às questões legalistas, já que para ser efetivamente socialmente responsável, a instituição deve, além de promover discussões internas e revisões no planejamento estratégico, incluir as questões morais (FRAGA, 2010; MACIEL et al., 2009).

Fraga (2010) complementa que o que conceitua a Responsabilidade Social nesses casos é o fator atitude, de escolha e de compromisso, que presume que exista coerência entre os valores da instituição, sua cultura e prática responsável. Exercer atividades em algo que a Universidade sabe fazer facilita o processo de Responsabilidade Social em todos os aspectos, desde econômicos, metodológicos até técnicos ou motivacionais, e ainda reflete na qualidade e produto final.

Em síntese, para que uma IES seja socialmente responsável necessita apenas cumprir sua missão, qual seja: transmitir o saber, qualificar o profissional e formar o caráter, enfim, “construir” o cidadão. Tudo o mais consiste em recursos para atingir a esse fim ou em derivações que a distanciam de sua vocação ontológica. Evidenciamos, portanto, que a prática responsável de uma IES, assim como vimos com as empresas, não consiste em fazer filantropia, caridade ou doações, mesmo que essas possam ser importantes e necessárias, mas pressupõe formação técnica de qualidade e ética, que fortaleça a cidadania. Isso significa preparar pessoas capazes de se autogerir, de exercer o papel de sujeitos autônomos, livres, participativos e comprometidos (FRAGA, 2010, p. 28).

Fraga (2010) adiciona que o caminho a ser seguido para a prática de Responsabilidade Social deve considerar áreas de atuação que estejam em consonância com a missão e valores da instituição de ensino e do tipo de produto ou serviço a que ela se dedica, sempre considerando as demandas sociais e as necessidades apresentadas pelas populações alvo.

Para Santos (2011), depois de criadas condições, a universidade deve ser estimulada a assumir formas mais densas de responsabilidade social, entretanto, não deve ser funcionalizada nesse sentido. Essa responsabilidade social da universidade deve considerar sempre que possível as demandas sociais, especialmente as provenientes de grupos sociais que não têm poder para impô-las.

Pinto (2008) constata que as universidades que almejam ser socialmente responsáveis inicialmente devem: ter seu tripé (ensino, pesquisa e extensão) de funcionalidades articulado, pois esses elementos são indissociáveis e complementares, ou seja, um não pode ser integralmente desenvolvido sem o outro; ser críticas e participativas; produzir conhecimentos pertinentes para a sociedade e agregar nas suas realidades ações que procurem reduzir as desigualdades; instituir uma missão social e incorporar uma rede de proteção social articulada com vários setores da sociedade.

Auferindo essas características, Pinto (2008, p. 10750) afirma que

[...] a universidade estará contribuindo para o desenvolvimento sustentável da sociedade, atendo-se àquilo que representa seu “negócio”: produção de conhecimento e formação de cidadãos conscientes e preocupados com a sustentabilidade. Se a universidade conseguir honrar estes compromissos que assume ela estará contribuindo efetivamente para que possamos viver num mundo mais equitativo e justo. Por isso, entende-se que, sim, a responsabilidade social universitária é o novo e mais atual indicador de qualidade que se tem para se considerar o Ensino Superior.

Neste prisma, contextualizada em um ambiente de incessantes transformações, a função atual da Universidade é árdua e desafiadora. Seu papel é o de dialogar com a sociedade e as comunidades ao seu entorno e certificar que elas tenham os alicerces necessários para as soluções ou alternativas para enfrentar seus problemas. E compete às universidades brasileiras, dentre elas a UFSC, instituir que esse diálogo seja constante e que suas ações possam garantir o desenvolvimento social e humano.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste tópico se exporá o pressuposto da pesquisa, que segundo Teixeira (2003) constitui-se de três elementos básicos: a orientação filosófica ou paradigma balizador do estudo, o arcabouço teórico que sustentará os achados da pesquisa, além do método e das técnicas empregadas no desenvolvimento da investigação. O tópico também inclui a abordagem da pesquisa.

4.1 PRESSUPOSTOS DA PESQUISA

O paradigma da pesquisa possui relação com a forma como as pessoas demonstram suas crenças e pressupostos sobre a realidade, além de guiar o método de pesquisa a ser adotado. A posição ontológica adotada pelo pesquisador define a forma como ele percebe o mundo e os fenômenos (físicos ou sociais) que estão sendo investigados, coexistindo duas visões opostas: a visão idealista e a realista e entre esses extremos há a ontologia que considera a interação sujeito-objeto, sendo a realidade social um produto da negociação e compartilhamento de significados entre as pessoas. Essa é a ontologia adotada pelo paradigma interpretativista (SACCOL, 2009).

Para Burrell e Morgan (1979), as suposições ontológicas estão relacionadas com a própria essência dos fenômenos sob investigação, as suposições epistemológicas com o conhecimento e como ele pode ser transmitido, as suposições relativas à natureza humana com a visão que se tem do homem, por último, as suposições ontológicas, epistemológicas e da natureza humana têm implicações diretas de ordem metodológica, orientando o pesquisador na direção de uma ou de outra metodologia.

Segundo Saccol (2009), a ontologia que considera a interação sujeito-objeto percebe e “cria” a realidade através de uma instância coletiva - percepções do mundo compartilhadas em sociedade, o que chamamos de realidade intersubjetiva.

A autora acrescenta que a epistemologia possui relação com a forma como se acredita que o conhecimento é gerado, tem forte ligação com os pressupostos ontológicos. Há três diferentes linhas de pensamento epistemológicas que se destacam, levando em consideração as correntes ontológicas citadas anteriormente, são elas: o subjetivismo, o objetivismo e o construtivismo.

A ontologia utilizada pela autora foi a intersubjetiva, pois o diagnóstico da Unidade Sul da Ilha surgiu a partir das percepções compartilhadas entre os atores e a autora. E a epistemologia será a construtivista, em que os significados são resultado da interação entre processos mentais e as características de um objeto, ou seja, através de processos de interação social e da intersubjetividade (significados criados e compartilhados coletivamente) (SACCOL, 2009).

Por fim, o paradigma que será utilizado é o interpretativista, pois de acordo com Saccol (2009, p. 13) nesse paradigma

[...] o pesquisador evita a imposição de categorias para o estudo empírico de um fenômeno. Ao invés de ir a campo com um conjunto predefinido de construtos ou instrumentos para medir a realidade, o pesquisador, muitas vezes, deriva seus construtos a partir do trabalho de campo, visando captar aquilo que é mais significativo, segundo a perspectiva das pessoas no contexto pesquisado. Aos participantes é permitido usar suas próprias palavras, expressões e imagens, basear-se em seus próprios conceitos e experiências.

Optou-se por esse paradigma, pois o diagnóstico, a análise e as proposições de ações para a Unidade Sul da Ilha – UFSC foram resultado do trabalho de campo, em que se buscou assimilar o que era primordial para os integrantes do contexto pesquisado, a partir do que era possível na atual conjuntura.

No Quadro 1, está exposta de forma resumida a ontologia, epistemologia, paradigma, método e técnica de coleta e análise de dados que foram utilizadas na pesquisa em questão.

Quadro 1 - Resumo do Design Metodológico da Pesquisa

Ontologia	Epistemologia	Paradigma de Pesquisa	Método	Técnica de coleta e análise
Forma de entender como as coisas são	Forma de entender como o conhecimento é gerado	Instância filosófica que informa a metodologia de pesquisa	Estratégia, plano de ação ou desenho de pesquisa	Técnicas e procedimentos para coletar e analisar dados
Interação sujeito-objeto, intersubjetividade	Construtivista	Interpretativismo	Pesquisa qualitativa, descritiva	Bibliográfica sistemática e narrativa; Documental; Análise de Conteúdo; Triangulação de dados.

Fonte: SACCOL (2009), adaptado pela autora (2016).

4.2 ABORDAGEM DA PESQUISA

Nas Ciências Sociais, a metodologia da pesquisa pode ser de natureza quantitativa ou qualitativa, no caso em questão, optou-se pela pesquisa de caráter qualitativo, pois proporciona, segundo Jardim e Pereira (2009), que haja uma maior abertura para a escolha dos métodos e técnicas de coleta e análise dos dados, além de fornecer subsídios para a compreensão da problemática, levando em consideração as perspectivas dos diferentes atores sociais envolvidos.

De acordo Neves (1996), enquanto os estudos quantitativos buscam seguir plenamente um plano previamente estabelecido, a pesquisa interpretativa e qualitativa pode ser direcionada no seu decorrer.

Segundo Trivinões (1987), muitas informações nas Ciências Sociais não podem ser quantificadas e necessitam ser interpretadas de forma mais ampla, através da pesquisa qualitativa, que deve ser utilizada, segundo Richardson (1999), para se entender a natureza de um fenômeno social. Neste sentido a escolha pela abordagem qualitativa se deve ao próprio objetivo da presente pesquisa, que é o de compreender e diagnosticar a atual situação da Unidade Sul da Ilha a partir da percepção dos diversos atores sociais, levando em consideração, de acordo com Turato (2005), seus valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões, o que fez a autora a partir das entrevistas feitas com os mesmos.

Ainda, segundo Denzin e Lincoln (2006), as pesquisas qualitativas incluem o estudo do uso e da coleta de diversos materiais empíricos, experiências pessoais, entrevistas, textos observacionais, entre outros. Tal conceito corrobora com o fato de que a autora utilizou uma gama variada de práticas interpretativas visando ampliar a compreensão do assunto.

Malhotra (2005, p. 113) afirma que

A pesquisa qualitativa proporciona melhor visão e compreensão do problema. Ela o explora com poucas ideias preconcebidas sobre o resultado dessa investigação. Além de definir o problema e desenvolver uma abordagem, a pesquisa qualitativa também é apropriada ao enfrentarmos uma situação de incerteza, como quando os resultados conclusivos diferem das expectativas.

Como no início da pesquisa ainda existia a incerteza da possibilidade da gestão compartilhada do local, a utilização da pesquisa qualitativa mais uma vez se mostrou a mais adequada para que seus objetivos fossem atingidos.

4.3 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa realizada se caracterizará ainda como descritiva, exploratória, com o intuito de proporcionar maior proximidade da autora com o problema, visando torná-lo explícito ou construir hipóteses.

Será descritiva, pois têm como objetivos primordiais, segundo GIL (2002), descrever as características de determinado fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis, permitindo assim que fosse feita uma descrição da área através da descrição do contexto da Unidade Sul da Ilha, a partir dos atores e da relação entre as características, propiciando um melhor diagnóstico para a área (MEZZAROBA; MONTEIRO, 2009).

Por ter essa característica a pesquisa descritiva se mostrou adequada, pois a autora fez uma descrição da situação encontrada na Unidade Sul da Ilha tal como ela é vista, interpretando-a de maneira que se promova sua análise.

Será ainda exploratória uma vez que, segundo Gil (2002), tem o intuito de proporcionar maior proximidade da autora com o problema, visando torná-lo explícito ou construir hipóteses, envolvendo levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisa e análise de exemplos que estimulem a compreensão. Permite ainda desenvolver estudos que dão uma visão global do fato ou fenômeno estudado, apresenta como finalidade o desenvolvimento, esclarecimento e estudo aprofundado de determinados temas, geralmente pouco explorados, como na fundamentação teórica e a análise da organização, bem como a correlação entre ambas.

4.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

No Quadro 2 apresenta-se um resumo da delimitação da pesquisa.

Quadro 2 - Quadro resumido da delimitação da pesquisa

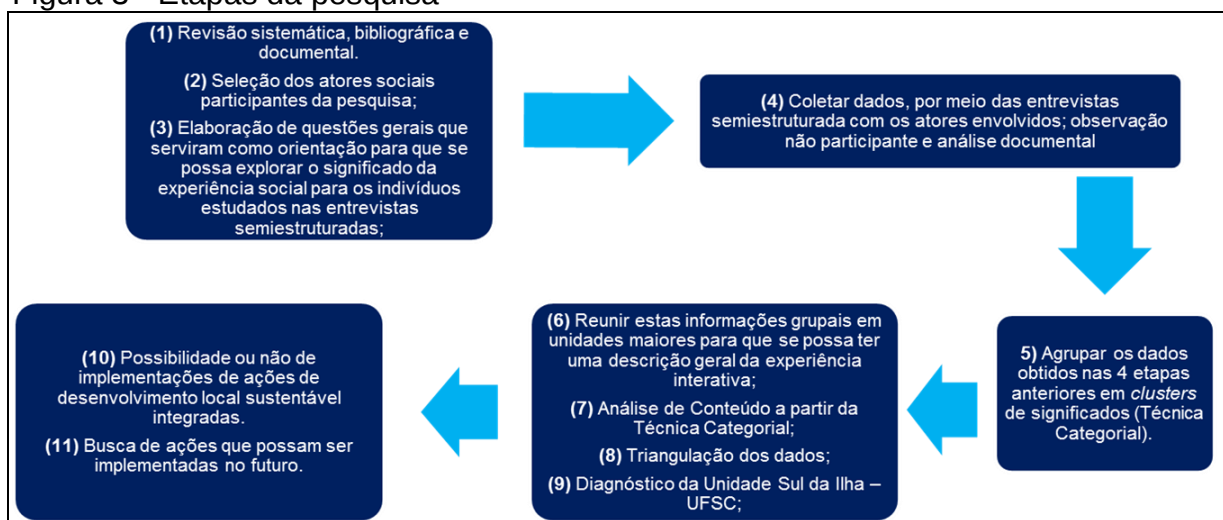
ESCOPO GEOGRÁFICO	Pesquisa realizada com a seleção dos atores sociais envolvidos com a Unidade Sul da Ilha – UFSC;
ESCOPO TEMPORAL	Visão dos atores em uma perspectiva específica temporal (período das entrevistas - 12 de maio de 2017 a 05 de julho de 2017)
ESCOPO TEÓRICO	Fundamentação teórica apresentada pela autora.

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

4.5 ETAPAS PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA: TÉCNICA DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Na Figura 3, baseado nos autores Carvalho e Vergara (2002) e adaptado ao contexto da pesquisa está expresso o passo a passo simplificado, que foi utilizado pela autora na confecção da dissertação, seguido das respectivas explicações sobre o desenvolvimento de cada uma delas para a obtenção do resultado final.

Figura 3 - Etapas da pesquisa



Fonte: Adaptado pela autora (2017) de Carvalho e Vergara (2002).

Para dar suporte para a fundamentação teórica foi realizada uma Pesquisa bibliográfica, elaborada a partir de material já publicado, como livros, artigos científicos, periódicos, internet, etc. (GIL, 2002). Foram utilizadas as técnicas de revisão narrativa e revisão sistemática.

A Revisão Narrativa, que se caracteriza como um processo de descrição do estado da arte de um assunto específico, sob o ponto de vista teórico ou contextual foi utilizada para a temática de Desenvolvimento e Desenvolvimento sustentável, Gestão participativa e sobre a importância das Universidades nesse contexto. Este

tipo de revisão não fornece uma metodologia para a busca das referências, das fontes de informação utilizadas, nem dos critérios usados na avaliação e seleção dos trabalhos. Constituem, basicamente, a análise da literatura, a interpretação e análise crítica pessoal do pesquisador.

Já para o tema de desenvolvimento local sustentável especificamente, foi utilizada a Revisão Sistemática, que segundo Botelho, Cunha e Macedo (2011), permite revisão planejada utilizando métodos explícitos e sistemáticos para identificar, selecionar e avaliar criticamente o acervo literário disponível para conhecer o estado da arte sobre determinado tema.

O objetivo da revisão sistemática foi o de analisar a produção científica nacional e internacional sobre a temática do desenvolvimento local sustentável, para tal utilizou-se as bases de dados: *Web of Science – ISI*, *SCOPUS*, *EBSCO Host*, *Scielo*, *SPELL*. A consulta foi feita no dia 6 de dezembro de 2016, não houve restrição temporal e as palavras-chave utilizadas foram: “sustainable local development” OR (“sustainable development” AND “local development”), foram dispostas dessa forma para que se identificassem tanto termos no plural quanto singular e na ordem demonstrada entre aspas.

A seguir, no Quadro 3 estão representados os resultados divididos pelas bases de dados utilizadas.

Quadro 3 - Bases de dados e procedimentos realizados

Bases de dados	Procedimentos
WEB OF SCIENCE (ISI)	As palavras-chave foram buscadas no campo tópicos dos artigos da base. Artigos encontrados: 221.
SCOPUS	As palavras-chave foram buscadas nos campos <i>title</i> , <i>abstracts</i> e <i>keywords</i> da base de dados. Artigos encontrados: 331.
EBSCO Host	As palavras-chave foram buscadas em resumos dos artigos da base. Artigos encontrados: 171.
SCIELO	As palavras-chave foram buscadas em resumos dos artigos da base. Artigos encontrados: 30.
SPELL	As palavras-chave foram buscadas em resumos dos artigos da base. Artigos encontrados: 116.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Sapiientia (2017).

Depois de feitos os procedimentos nas bases de dados e exportadas as publicações para o software *EndNote*, foi realizada a revisão e seleção dos estudos pelo grupo de pesquisa Sapiientia, da UDESC/ESAG. Primeiramente foram identificadas e eliminadas as publicações duplicadas. Depois disso optou-se pelos

artigos em inglês, espanhol e português, excluindo os artigos apresentados em outras línguas. Com isso, do total de 849 publicações encontradas inicialmente, houve uma redução para 580 publicações.

No Quadro 4 estão dispostos os artigos encontrados separados por base de dados e especificando ao final a seleção e exclusão de publicações.

Quadro 4 - Bases de dados e artigos encontrados

Bases de dados	Artigos encontrados
WEB OF SCIENCE	221
SCOPUS	311
EBSCOHost	171
SCIELO	30
SPELL	116
Total	849
Artigos duplicados e/ou que não estivessem escritos em inglês, espanhol ou português.	269
Resultado Final	580

Fonte: Grupo de Pesquisa Sapientia – ESAG/UDESC (2016)

A revisão sistemática também foi realizada pelo grupo de pesquisa Sapientia, da UDESC/ESAG, no âmbito do projeto de pesquisa que atualmente está em andamento, na sequência, portanto, os artigos foram divididos entre os pesquisadores do grupo para que fossem selecionados e lidos, totalizando noventa (90) artigos fichados. Na aplicação desta revisão sistemática, foram utilizados os artigos de acordo com a pertinência na temática desenvolvida nesta pesquisa.

A revisão/análise documental é, de acordo com Bardin (2009), uma operação ou um conjunto de operações, que pretende representar o conteúdo dos documentos numa perspectiva diferente da original, com o intuito de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e referência. A UFSC já possui alguns relatórios do local, entretanto, ainda não foram utilizados no âmbito acadêmico, em vista disso, a autora realizará a análise documental nos relatórios e documentos confeccionados pela UFSC sobre a situação existente o que auxiliará nas conjecturas utilizadas para confeccionar o diagnóstico.

Os documentos analisados pela autora foram:

- Memorandos da UFSC: Memorando nº 595/2012/DPAE (21/12/2012); Memorando nº 50/FER/2014 e suas peças; Memorando nº 070/2014/PROPLAN;
- Portaria nº 1389/2014/GR;

- Relatório preliminar de 22 de maio de 2014;
- Relatórios de Utilização do CeFA: Relatório Preliminar: Utilização no CeFA (18/07/2014)
- Relatório Técnico de 05 de setembro de 2014;
- Documentos jornalísticos;
- Lei Ordinária 15461/2011, decorrente do projeto de lei 0234.6/2008
- Contrato UFSC 015/2014;
- Estatuto da UFSC, de 1982 com suas posteriores alterações;
- Regimento Geral da UFSC, de 1982 com suas posteriores alterações;

Na etapa seguinte, os atores envolvidos foram selecionados intencionalmente a partir de fatores como a proximidade com o local, análise de documentos, observação feita e das conversas efetuadas com os envolvidos na área, que indicaram outros atores relevantes para a conclusão do diagnóstico.

Foram entrevistados servidores, terceirizados, gestores, professores, representantes de diretórios acadêmicos, representante da comunidade, antigos gestores, totalizando um total de quarenta pessoas (40) entrevistadas, sendo: doze servidores da FER/CCA; treze terceirizados da FER/CCA; seis professores do CCA; dois diretores; um representante de centro comunitário da Tapera; cinco representantes de diretório acadêmico.

Segundo Ritto (2010, p. 54), “[...] o relevante nesta fase é a identificação e o envolvimento dos atores a partir do entendimento do lugar, sua cultura, seus valores entendidos de forma extensiva” e por isso é importante que se identifiquem: os saberes vivos no local; as temporalidades específicas; as lideranças de saber; as políticas; as culturas; as articulações locais existentes e potenciais; os processos de tomada de decisão no local.

Na sequência foram elaboradas questões gerais que serviram como orientação para que se pudesse explorar o significado da experiência social para os indivíduos estudados nas entrevistas semiestruturadas

De acordo com Freitas e Moscarola (2002) a partir do momento em que os objetivos da pesquisa são traçados e que o público alvo é escolhido as perguntas são desenvolvidas para que seja possível responder às questões investigatórias. Os autores ainda acrescentam que é aconselhável que se façam reflexões como: O que

realmente desejamos saber junto ao público-alvo? Conhecer sua identidade? Sondar seu comportamento? Tentar entender suas motivações em determinadas atitudes? Ou tentar perceber ou captar algo em relação aos seus valores, opiniões e crenças em relação a algo mais específico?

Tendo isso, uma estratégia de ação para elaboração das perguntas foi feita, permeando a estruturação do roteiro de questionamentos feitos aos entrevistados, que foram elaborados com base nos conceitos utilizados no referencial teórico, pela autora com a ajuda da orientadora e de integrantes do grupo de pesquisa Sapiientia, da qual faz parte. As perguntas possuíam linguagem fácil, para que se diminuíssem as barreiras de entendimento (RITTO, 2010) e tiveram o intuito de sanar dúvidas específicas sobre o local como: percepção da evolução da área pelos atores, quais foram as iniciativas para se desenvolver a área; quais as expectativas e o que estava sendo feito em relação a isso; como era vista a interação do local com os estudantes, comunidades do entorno, na própria academia, reitoria, centros de ensino; principais problemas da área; a atual gestão feita e como seria o ideal de gestão; possibilidade de uma gestão participativa; quais ações de sustentabilidade poderiam ser feitas; mudança do CCA para a área. Todos os roteiros utilizados encontram-se no Apêndice A.

Depois do roteiro das entrevistas finalizado partiu-se para a coleta de dados feita a partir da combinação de diferentes técnicas, visando que a pesquisadora obtivesse o maior conhecimento possível sobre a temática, o que incluiu:

- e) Levantamento bibliográfico (livros, artigos acadêmicos e de divulgação, dissertações, teses), elaborado através da revisão narrativa e sistemática;
- f) Levantamento documental (relatórios, leis, comunicados internos e externos da UFSC);
- g) Observação não participante;
- h) Aplicação de entrevistas semiestruturadas pela mestrandia com os atores sociais envolvidos.

A autora, na continuação, realizou o levantamento da situação problema, para a descoberta das restrições e oportunidades. Iniciou o agendamento das entrevistas semiestruturadas aplicadas com os atores sociais envolvidos entre os dias 12 de maio de 2017 a 05 de julho de 2017, realizadas no antigo CeFA, Fazenda Experimental da Ressacada (FER/CCA), Prédio da Reitoria 2, Centro de Ciências Agrárias (CCA) - Itacorubi.

Quanto à observação não participante, na qual segundo Richardson (1999), “[...] o investigador não toma parte nos conhecimentos objeto de estudo como se fosse membro do grupo observado, mas apenas atua como espectador atento”, foi utilizada pela autora, quando presente na unidade em análise e quando da aplicação das entrevistas, buscando ver e registrar o máximo de ocorrências relacionadas ao tema pesquisado.

Foram ainda aplicadas entrevistas semiestruturadas com os atores envolvidos na pesquisa e que foram selecionados a partir da leitura de documentos da instituição pesquisada, além das conversas prévias da mestrandia com servidores e gestores.

De acordo com Trivínõs (1987), as entrevistas semiestruturadas são aquelas em que o pesquisador parte de questionamentos básicos, definidos com base em teorias e hipóteses relevantes à pesquisa e que oferecem um campo diverso de interrogativas surgidas através da interação entre pesquisador e entrevistado, que começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. Essa modalidade de entrevistas valoriza a presença do investigador, além de oferecer as perspectivas possíveis para que os entrevistados tenham liberdade e espontaneidade, proporcionando assim uma maior riqueza para a investigação.

O objetivo das entrevistas semiestruturadas foi o de se ter um melhor diagnóstico de como está a situação, do que já é feito pelos atores visando o desenvolvimento local e o que se pretende para o local, além da possibilidade de uma proposta de ação de uso participativo entre eles.

Depois da coleta de dados realizada a autora buscou agrupar os dados obtidos nas etapas anteriores em *clusters* de significados (Técnica Categorical adaptada de Bardin (2009)), as categorias observadas pela autora, para a análise das entrevistas, foram definidas a partir das etapas anteriores: revisão sistemática, bibliográfica e documental; seleção dos atores; da coleta de dados.

No Quadro 5 são apresentadas as categorias e assinaladas por um “X” se tal aspecto foi ou não abordado no roteiro, dividido por atores: Servidores; Direção; Professores; Diretório Acadêmico; Conselho Comunitário e Terceirizados.

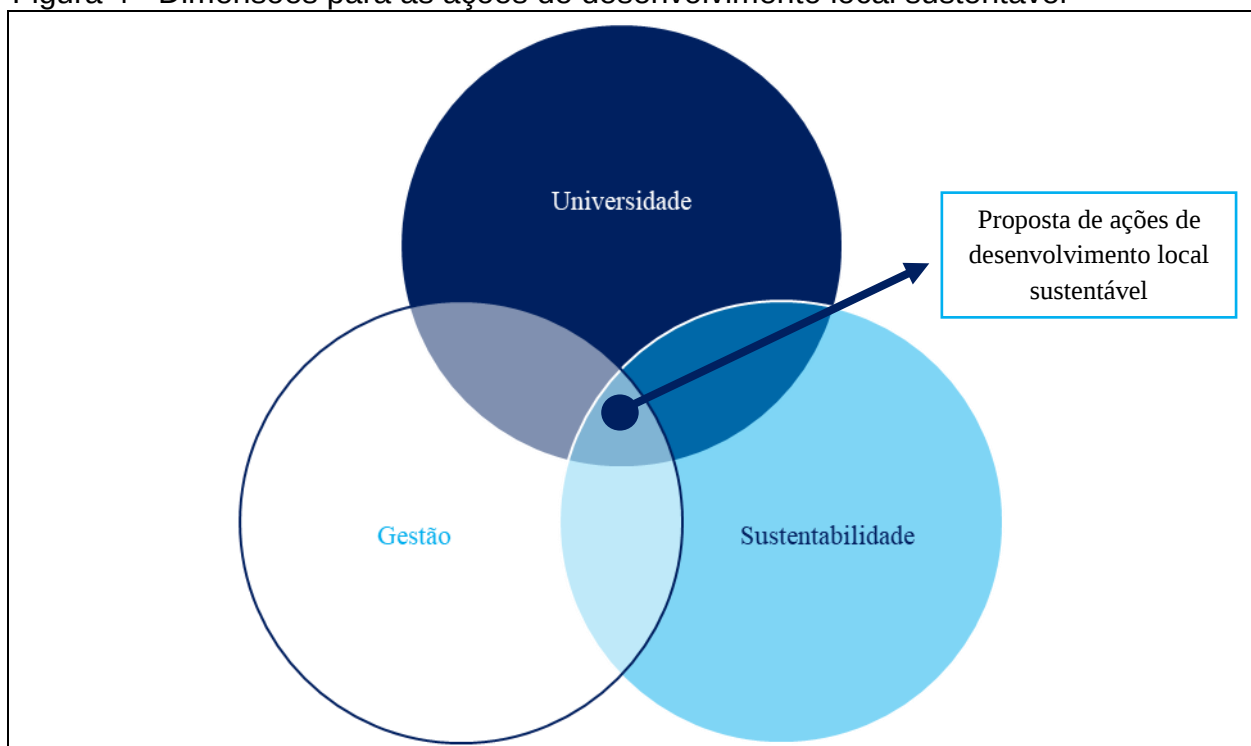
Quadro 5 - Categorias utilizadas para a análise das entrevistas

Categorias	Atores					
	Servidores	Direção	Professores	Diretório Acadêmico	Conselho Comunitário	Tercerizados
Evolução do espaço e desenvolvimento da área	X	X	X	X	X	X
Papel da Reitoria e CCA	X	X	X	Não abordado	Não abordado	Não abordado
Expectativas para a área e necessidades	X	X	X	X	X	X
Ações (utilização do espaço; envolvimento dos alunos; interação com as comunidades)	X	X	X	X	X	X
Percepção da área pela diretoria	Não abordado	X	Não abordado	Não abordado	Não abordado	Não abordado
Ideias de ações e Ideias de ações sustentáveis	X	X	X	X	X	X
Gestão atual	X	X	X	Não abordado	X	Não abordado
Gestão participativa	X	X	X	X	X	X
Projetos de sustentabilidade depois do vazamento	X	X	X	Não abordado	Não abordado	Não abordado
Mudança do CCA para o CeFA	X	X	X	X	Não abordado	Não abordado

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Depois as informações grupais foram reunidas em unidades maiores para que se pudesse ter uma descrição geral da experiência interativa, essas unidades maiores foram as dimensões analisadas: Sustentabilidade, Percepção do Espaço, Gestão e Universidade. Trazendo o referencial teórico para o contexto observou-se que as propostas de iniciativas de desenvolvimento local sustentável para a área deveriam estar contidas dentro da interseção de três dimensões: Sustentabilidade, Gestão e Universidade (ver Figura 4) e a partir dela foram propostas categorias englobadas pelas dimensões.

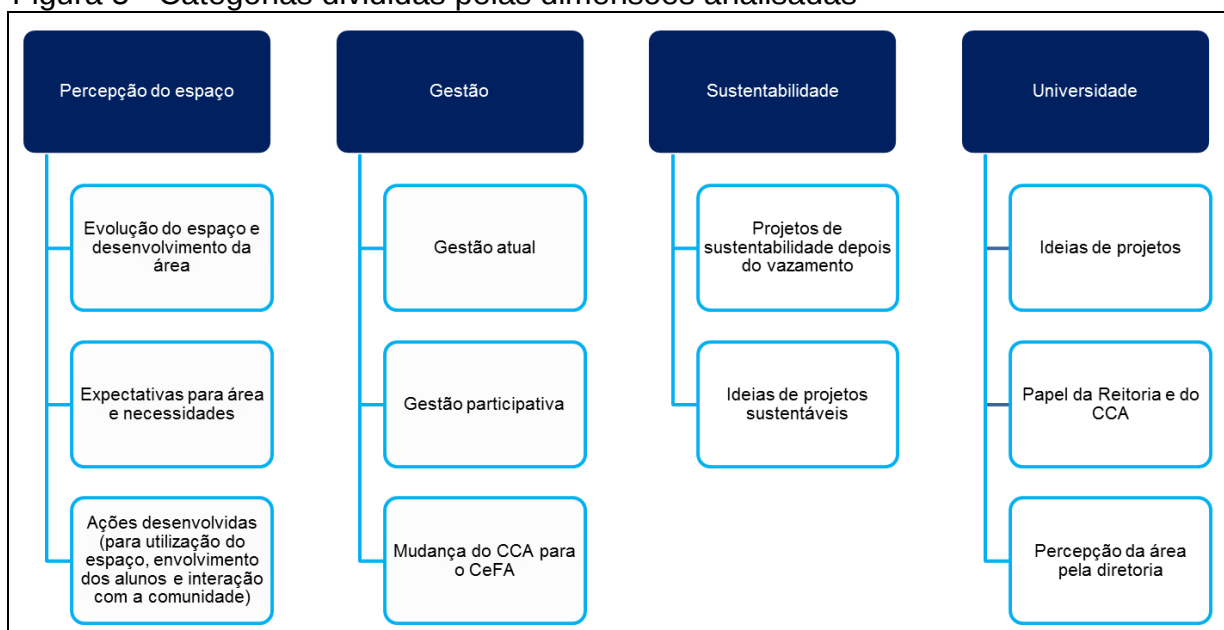
Figura 4 - Dimensões para as ações de desenvolvimento local sustentável



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

As categorias foram englobadas dentro das unidades maiores e estão dispostas na Figura 5.

Figura 5 - Categorias divididas pelas dimensões analisadas



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Após esse processo, procede-se a análise de conteúdo adaptada de Bardin (2009) para o tratamento dos dados e das informações coletadas, apoiada em

procedimentos interpretativos, resgatando o problema que suscitou a investigação, confrontando esses resultados obtidos com as teorias que deram suporte ao trabalho e aos documentos analisados, formulando-se uma conclusão para o diagnóstico e uma proposição de ações para serem implementadas na Unidade Sul da Ilha, a partir de boas práticas encontradas pela autora (CARVALHO; VERGARA, 2006).

A análise de conteúdo foi adaptada de Bardin (2009), por meio da técnica de análise categorial simplificada e adaptada à pesquisa, pois não envolveu a análise completa definida pelo autor.

As diferenças essenciais entre a análise documental e a análise de conteúdo são de acordo com Bardin (2009, p. 47 e 48):

A documentação trabalha com documentos; a análise de conteúdo com mensagens (comunicação); a análise documental faz-se, principalmente, por classificação-indexação; a análise categorial temática é, entre outras, uma das técnicas da análise de conteúdo; o objetivo da análise documental é a representação condensada da informação, para consulta e armazenamento; o da análise de conteúdo é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo) para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem.

Segundo Bauer (2002) a análise de conteúdo é uma técnica utilizada para se produzir inferências de um texto focal aplicado a um contexto social de maneira objetivada.

De acordo com Bardin (2009, p. 33)

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações.

O autor ainda ressalta que seus objetivos estão relacionados com a superação da incerteza e com o enriquecimento da leitura, ou seja, complementar a análise documental feita.

Como já dito, a técnica de análise de conteúdo foi a categorial, definida pelo desmembramento do texto em unidades, por intermédio de reagrupamentos analógicos (BARDIN, 2009). Optou-se por essa técnica por ser uma alternativa no estudo dos valores, das opiniões, das atitudes e das crenças dos atores envolvidos,

com o objetivo de se obter o diagnóstico da real situação e anseios para a Unidade Sul da Ilha. Primeiramente a autora separou categorias iniciais a partir dos dados obtidos nas entrevistas semiestruturadas, análise documental e referencial teórico. Tais categorias geraram categorias intermediárias, que junto com as iniciais deram subsídios para a construção das categorias finais, proporcionando subsídios para que o diagnóstico fosse feito (BARDIN, 2009).

As diferentes fases da análise de conteúdo organizam-se em três polos cronológicos, segundo Bardin (2009):

- i) A pré-análise: englobou a escolha dos documentos que foram submetidos à análise; a formulação das hipóteses, no caso se os atores estavam dispostos a trabalhar de forma compartilhada na Unidade Sul da Ilha ou se seriam feitas propostas de ações isoladas; a formulação dos objetivos. Essas etapas não necessariamente ocorreram de maneira sucessiva, mas estavam amplamente interligadas umas às outras.
- j) A exploração do material;
- k) O tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

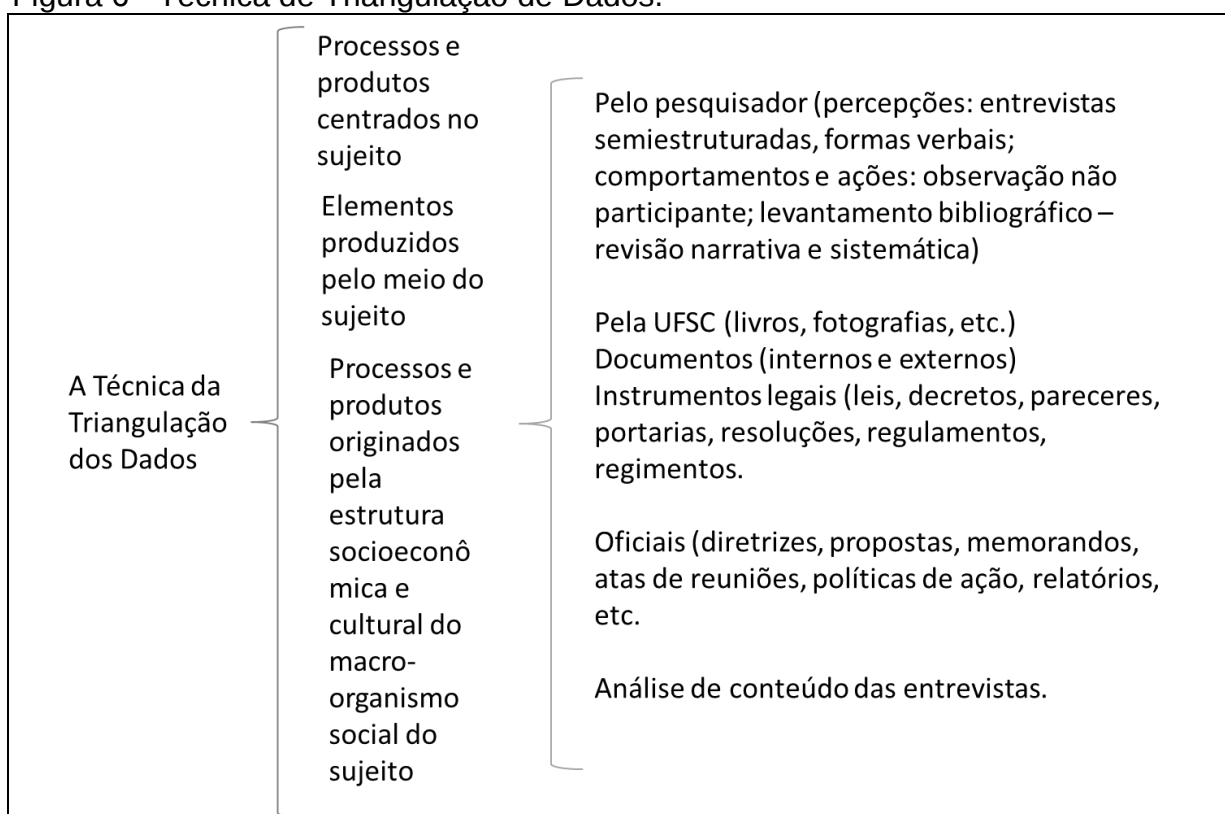
De acordo com Carvalho e Vergara (2006), para se utilizar a análise de conteúdo seguiram-se os seguintes passos:

- l) Primeiramente definiu-se o tema e o problema de pesquisa, neste caso: Desenvolvimento Local Sustentável: Diagnóstico para uma proposta de ações para a Unidade Sul da Ilha – UFSC;
- m) Realizou-se uma revisão literária relacionada ao problema, escolhendo as orientações teóricas que embasaram o estudo e estão apresentadas no Referencial Teórico deste trabalho;
- n) As suposições da pesquisa foram definidas no decorrer da pesquisa;
- o) Tendo isso, os meios para coleta de dados: documental e de campo, sendo a segunda realizada através de entrevistas semiestruturadas;
- p) Dados coletados, transcrições feitas, definiu-se uma grade aberta para a análise, segundo Carvalho e Vergara (2006) ela poderia ser fechada ou mista;
- q) A leitura do material selecionado foi retomada e então foram definidas as categorias de análise, que neste caso foram apresentadas em formato de frases e escolhidas conforme uma grade aberta, que surgiram no decorrer do andamento da pesquisa.

Finalmente aplicou-se uma técnica de triangulação sobre os dados coletados, que de acordo com Trivinõs (1987), é utilizada quando se tem por objetivo principal abranger o máximo de amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco de estudo, partindo do princípio de que não é possível interpretar um fenômeno social de maneira isolada, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macro realidade social.

A explicação do autor corrobora com a justificativa do uso da técnica realizada pela autora por intermédio da triangulação dos obtidos na pesquisa documental; nas informações encontradas na pesquisa bibliográfica; nos dados obtidos nas entrevistas aplicadas aos diferentes atores e na observação não participante - exemplificada na Figura 6.

Figura 6 - Técnica de Triangulação de Dados.



Fonte: Trivinõs (1987), adaptado pela autora (2017).

Para parte de realização do diagnóstico e proposição de ações a autora utilizou a proposta metodológica do autor Ritto (2010), adaptada às condições da pesquisa, pois tal metodologia tem como objetivo a produção de conhecimento para o desenvolvimento local, por intermédio de uma intervenção participativa no contexto, que nesse caso é o da Unidade Sul da Ilha - UFSC, com a promoção de

inserção política, econômica e social dos atores envolvidos e da percepção pela qual eles se inserem no espaço.

Outro fator responsável pela escolha da metodologia de Ritto (2010) se deu pelo autor ressaltar o papel da universidade, principalmente da Pública nas propostas e práticas de metodologias, que com intervenções transformadoras buscam promover o desenvolvimento local sustentável, especialmente por meio de proposições de projetos de extensão com esse objetivo.

E finalmente porque as intervenções buscadas pelo autor têm como alicerce a capacitação das pessoas com a participação dos atores do local como: especialistas acadêmicos, agentes culturais da comunidade, universidade, alunos, técnicos, ou seja, os atores sociais, para produção de conhecimento socialmente robusto, possuindo afinidades com o proposto neste estudo, onde se buscou envolver os atores sociais no contexto de pesquisa do diagnóstico da Unidade Sul da Ilha.

Assim, e com o intuito de se atingirem os objetivos propostos pela pesquisa foi realizado um diagnóstico da área a partir da percepção dos diversos atores envolvidos, sendo as distintas fases adaptadas ao contexto para a elaboração do diagnóstico proposto pela pesquisa as seguintes:

- Fase 1 - Iniciação: Identificação dos atores envolvidos;
- Fase 2 - Análise: Levantamento da Situação, restrições e oportunidades;
- Fase 3 - Integração dos posicionamentos dos atores;
- Fase 4 - Diagnóstico;
- Fase 5 - Plano para Transformação.

Após a identificação dos envolvidos na fase 1, já explicada anteriormente, entra-se na fase 2, a que segundo Ritto (2010), busca identificar os conhecimentos existentes e necessários para complementaridade e as “[...] possibilidades de desenvolvimento de iniciativas, as possibilidades e constrangimentos para ação conjunta com outros atores do local e, ou, fora dele e, bastante relevante, identificar de forma sustentada as oportunidades de ação” (RITTO, 2010, p. 55).

A partir disso, na fase 3, foi feita a integração dos posicionamentos dos atores, a qual segundo Ritto (2010), se elencam oportunidades e formalizam alternativas para o levantamento da situação. Aqui foram caracterizadas as principais necessidades dos atores sociais envolvidos no espaço, as oportunidades, a possibilidade de se desenvolverem ações participativas e por fim, foram propostas

ações que pudessem ser replicadas visando ao desenvolvimento local sustentável na Unidade Sul da Ilha - UFSC.

Depois disso, na fase 4, propôs-se a formalização das iniciativas pretendidas por meio do diagnóstico e detalhou-se, na fase 5, as iniciativas e/ou projetos para os quais poderiam obter-se recursos ou demais condições para desenvolvimento (RITTO, 2010, p. 61).

Finalmente para a elaboração das sugestões de ações e propostas que possam ser oportunizadas, partiu-se do diagnóstico feito dos problemas e soluções enfrentados e vislumbrados pelos atores.

Ritto (2010) também ressalta que nem todas as ações apontadas serão capazes de ser desenvolvidas, por diferentes razões: “[...] inviabilidade política, financeira, intelectual, por falta de reconhecimento de sua relevância por parte do grupo de decisão” (RITTO, 2010, p. 56). Por essas razões é fundamental que se deixem bem embasadas as oportunidades identificadas pelas lideranças para que ela possa enfrentar melhor a parte decisória.

No Quadro 6 apresentam-se os objetivos buscados, as técnicas de coleta de dados utilizadas, os resultados esperados com cada técnica e por fim como foi realizada a análise dos dados de cada objetivo apresentado.

Quadro 6 - Objetivos, técnicas de coleta, resultados e análise de dados.

Objetivos	Técnicas de coleta de dados	Resultados esperados	Análise de dados
Identificar a produção acadêmica nacional e internacional publicada sobre a sustentabilidade; desenvolvimento local sustentável; gestão participativa e universidade, com foco nos projetos de extensão;	Revisão Narrativa e Sistemática - Pesquisa bibliográfica e documental em bases de dados nacionais e internacionais.	Identificar o que está sendo produzido no âmbito nacional e internacional com relação à temática buscada	Triangulação das informações encontradas nas diferentes fontes de busca.

(continua)

(continuação)

Quadro 6 - Objetivos, técnicas de coleta, resultados e análise de dados.

Objetivos	Técnicas de coleta de dados	Resultados esperados	Análise de dados
Identificar os principais atores sociais responsáveis pela gestão do espaço;	Análise documental, observação não participante e entrevistas, a partir dos critérios construídos pelo pesquisador, por proximidade, a partir de contatos com profissionais e gestores da UFSC.	Identificar quem são os agentes afetados pelas propostas de ações para o desenvolvimento local sustentável na localidade.	Triangulação das informações.
Realizar Diagnóstico com os atores sociais para verificar a relevância de se implementar no antigo CeFA ações de desenvolvimento local sustentável;	Entrevistas semiestruturadas com os atores identificados, observação não participante, análise documental.	Verificar a possibilidade de se realizar um projeto de gestão participativa ou de projetos isolados para promoção do desenvolvimento local sustentável.	Análise documental e Análise de Conteúdo através da Técnica de Análise Categorical.
Caracterizar as necessidades dos gestores do espaço, dos profissionais da UFSC e das comunidades localizadas no entorno;	Observação e realização de entrevistas semiestruturadas com os gestores e profissionais da UFSC e da Unidade do Sul da Ilha – UFSC e com representantes de comunidades do entorno; observação não participante; análise documental;	Identificar quais são as necessidades para o local a partir dos diversos atores.	Triangulação dos dados obtidos nas entrevistas e nas observações da pesquisadora. Análise de conteúdo através da técnica de análise categorial (Bardin, 2009).
Verificar a partir dos resultados do diagnóstico a relevância de implementação de projetos de desenvolvimento local sustentável na área de forma participativa.	Pesquisa documental em bases de dados nacionais e internacionais que busquem boas práticas relacionadas com a temática implementadas em outros locais; Utilização das análises geradas no diagnóstico.	Ações que possam ser implementadas a partir das necessidades do local.	Triangulação dos dados obtidos na pesquisa documental com os resultados obtidos na análise de conteúdo.

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

5 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

5.1 CONTEXTO DA PESQUISA

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), uma autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação (Lei n.º 3.849, de 18 de dezembro de 1960 - Decreto n.º 64.824, de 15 de julho de 1969), é uma instituição de ensino superior e pesquisa, com sede no Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, em Florianópolis.

Fundada em 1960 sua criação teve o objetivo de promover o ensino, a pesquisa e a extensão. Sua comunidade é constituída por cerca de 50 mil pessoas, entre docentes, técnico-administrativos e estudantes. São aproximadamente 5.500 professores e técnicos que atuam em atividades cujos resultados são referência no Brasil e Exterior.

A UFSC é uma Universidade pública e gratuita, e possui campi em mais quatro municípios: Araranguá, Curitibanos, Joinville e Blumenau. Desde os anos 80 que a Universidade investe na expansão da pós-graduação e pesquisa, além de apoiar a criação de centros tecnológicos no Estado de Santa Catarina e desenvolver uma série de projetos de extensão voltados à sociedade.

A UFSC possui mais de 30 mil estudantes matriculados em 103 cursos de graduação presenciais e 14 cursos de educação à distância. Quanto à pós-graduação, a UFSC disponibiliza mais de sete mil vagas para cursos *stricto sensu*: são 63 mestrados acadêmicos, 15 mestrados profissionais e, 55 cursos de doutorado. Nos 32 cursos de especialização, são mais de seis mil alunos à distância e 500 em cursos *lato sensu* presenciais.

A Universidade possui onze centros de ensino, são eles: Centro de Ciências Agrárias (CCA); Centro de Ciências Biológicas (CCB); Centro de Comunicação e Expressão (CCE); Centro de Ciências da Saúde (CCS); Centro de Ciências Jurídicas (CCJ); Centro de Desportos (CDS); Centro de Ciências da Educação (CED); Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH); Centro de Ciências Físicas e Matemáticas (CFM); Centro Socioeconômico (CSE); Centro Tecnológico (CTC).

5.2 UNIDADE SUL DA ILHA – UFSC

A Fazenda Experimental da Ressacada (FER/CCA), localizada no bairro Tapera, em Florianópolis - SC é uma área de 169,79 hectares, que foi recebida pelo Centro de Ciências Agrárias (CCA), em 1982, por uma doação do Governo do Estado de Santa Catarina.

Na década de 90 foram realizados serviços no local com o intuito de possibilitar que experimentos voltados para o desenvolvimento de sistemas de produção agrossustentáveis fossem fortalecidos, destacando na época ações realizadas pelo Departamento de Fitotecnia. O Departamento de Engenharia Rural realizou estudos das flutuações do lençol freático e aulas práticas de mecanização agrícola e irrigação e drenagem. Já os Departamentos de Zootecnia e Desenvolvimento Rural fizeram estudos relativos à suinocultura ao ar livre, bufalinocultura, pastoreio *voisin*, inclusive com gado da raça crioulo lageano e animais silvestres como emas, bovinocultura de corte, melhoramento de pastagens naturalizadas e etologia. O curso de Engenharia Sanitária na mesma época começou projetos de estudos de longo prazo referentes aos efeitos da contaminação de óleo diesel sobre o lençol freático. Tais projetos dos departamentos foram citados para retratar como se deu início as atividades da Fazenda Ressacada.

Já em 2010 a equipe da Fazenda foi engrandecida, passando a ter possibilidades de apoio e desenvolvimento a diversas áreas de estudo, proporcionando um suporte mais adequado. Com isso foram reestruturadas as estruturas básicas e foram reinseridas algumas áreas como a de ervas medicinais, coleções de aipim, horta para aulas de olericultura, o novo aviário e coelhário.

Em 2012 deu-se início aos estudos ambientais com o objetivo de enriquecer o conhecimento para licenciamentos da fazenda sobre fauna, flora, arqueológicos, hidrológicos entre outros.

O principal objetivo da FER/CCA é o de auxiliar na formação dos acadêmicos com realização de aulas práticas e estágios, na execução de pesquisas agropecuárias e no aperfeiçoamento do conhecimento dos professores. Atualmente ela vem sendo utilizada para dar suporte às disciplinas dos cursos de graduação em Agronomia, Engenharia de Aquicultura e Zootecnia, proporcionando aos discentes o maior conhecimento às práticas relacionadas à produção vegetal e animal,

máquinas agrícolas e outras técnicas e implantações do manejo de solo e plantas, planejamento rural, entre outras práticas desenvolvidas no local pelos docentes.

Entretanto, a necessidade de ampliação do Aeroporto Hercílio Luz fez com que a Direção do CCA, juntamente com a Pró-Reitoria de Relações Institucionais e Internacionais mantivesse negociações com o Governo do Estado de Santa Catarina, com o intuito de tornar efetiva a permuta de cerca de 47,8 hectares de terras da FER/CCA para atendimento dessa necessidade. Em troca a UFSC recebeu do Governo do Estado uma área equivalente pertencente à Celesc, o Centro de Formação e Aperfeiçoamento (CeFA).

O objetivo da Celesc com o CeFA, que já foi referência latino-americana em capacitação, era o de capacitar e auxiliar seus colaboradores na adaptação às novas tecnologias, proporcionando melhorias nos processos e na utilização dos equipamentos de sistema elétrico. O espaço possuía áreas de convivência para uso compartilhado entre os funcionários, áreas de lazer, quadras de esporte, restaurante, que por vezes recebeu alunos da UFSC que estudavam na FER.

De acordo com entrevistas em 1999, quando o CeFA estava no seu auge, conhecido por ser referência nacional, a UFSC, por meio da Diretoria do CCA, que estava no seu início ainda com poucos departamentos, soube que a Celesc com o intuito de reduzir seus custos estava querendo se desfazer do CeFA e com isso houve uma proposta de doação da área para a Universidade com a possibilidade de transferência do Centro de Ciências Agrárias para lá, entretanto, a Reitoria na época não aceitou a proposta e o CeFA continuou sendo administrado pela Celesc.

Entretanto, novamente em 2008, com a necessidade de ampliação do aeroporto Hercílio Luz e com a demanda Federal das terras pertencentes à Fazenda Experimental da Ressacada se iniciaram as discussões da troca entre os terrenos com o Projeto de Lei 0234.6/2008 que foi encaminhado à Assembleia Legislativa pelo Estado, porém a aprovação da Lei Ordinária Nº 15.461, que teve com finalidade efetivar a viabilidade do projeto do novo terminal de passageiros do Aeroporto Internacional Hercílio Luz e que autorizou a aquisição, permuta e doação do imóvel no município de Florianópolis e estabeleceu outras providências só foi aprovada em 18 de abril de 2011, mesmo ano em que a Celesc, devido ao custo de manutenção de suas dependências encerrou as atividades no local, à revelia da opinião de seus servidores que não apoiavam a decisão.

Com a lei, o Poder Executivo ficou autorizado a adquirir por compra a área de 476.108, 63 m² (quatrocentos e setenta e seis mil, cento e oito metros e sessenta e três decímetros quadrados), matriculada sob o nº 54.698 no 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital, de propriedade das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC, avaliada em R\$ 11.200.000,00 (onze milhões e duzentos mil reais). Tal imóvel foi permutado por uma área de 449.346,05 m² (quatrocentos e quarenta e nove mil, trezentos e quarenta e seis metros e cinco decímetros quadrados), avaliada em R\$ 11.200.000,00 (onze milhões e duzentos mil reais), que integra um imóvel de área maior pertencente à Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e que correspondia mais especificamente a FER/CCA e está matriculado sob o nº 17.190 no 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital.

Também ficou autorizada a doação à União da área de 320.085,31 m² (trezentos e vinte mil, oitenta e cinco metros e trinta e um decímetros quadrados), correspondente à parte do imóvel recebido em permuta com a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

A lei ainda regulamenta que o donatário, sob pena de reversão, não poderá “[...] desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel; deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de 3 (três) anos; e hipotecar, alienar, alugar, ceder de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel” (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SC, Lei Ordinária Nº 15.461, 2011).

Com as negociações entre Governo do Estado e UFSC em andamento, o CCA, que havia perdido as terras da FER, e os departamentos foram chamados e incentivados a ocupar aquele espaço. Assim em 2012, quando o CeFA já não estava mais no seu auge, mas ainda possuía instalações que com poucos recursos poderiam ser revitalizadas, existiu uma primeira tentativa de mobilização para utilização da área do CeFA recebida pela Universidade, com o qual foram realizadas diversas reuniões com os pró-reitores de administração, da segurança, de todos os departamentos, de obras, de arquitetura e projetos e a partir disso foi feito um levantamento e esse foi o único norte da possível utilização oficial na ocasião. Alguns prédios foram então reformados e passaram a ser utilizados como salas de aula. Além disso, foram reformados dois alojamentos e trazidos os alunos da Educação no Campo, já que havia uma necessidade crítica dentro da UFSC, que estava gastando muito para alojar estudantes.

Entretanto nesse meio tempo, no final do ano de 2012, em que já existiam servidores e terceirizados alocados no antigo CeFA houve o vazamento do óleo ascarel, fato que repercutiu na mídia de Santa Catarina. Juntamente com a problemática ocorrida, já no término da gestão do reitor na época que apoiava a mudança e da nova gestão que não quis assumir como prioridade o CeFA não foram mais realizadas e continuadas as ações pensadas pela gestão anterior, o processo foi paralisado.

Com o vazamento, foi dada a orientação para que a UFSC não fizesse nada mais no CeFA, inclusive o local ficou fechado e todos os bens patrimoniais que pertenciam à UFSC e que estavam lá foram mantidos e não puderam ser retirados, recomendou-se que a Universidade fizesse um recuo estratégico até a situação se resolver, novamente houve algumas discussões, mas novamente nada concreto. Essa decisão de afastamento corroborou para que as intervenções no local fossem de fato paralisadas, visto que o planejamento inicial que tiveram as negociações iniciadas em 2008 era de que o CCA fosse para lá e então cedesse pequenas áreas para outros centros. Desta forma houve uma mudança total de direcionamento político.

Para uma maior contextualização, em 2013, esse espaço foi novamente ocupado pela UFSC, através do uso do espaço para alojamentos, salas de aulas e depósitos de materiais e de bens patrimoniais da União, onde deveria desempenhar no local atividades de ensino e administrativas, providenciar condições para a manutenção e utilização do espaço, porém, na prática não reconheceu de fato a propriedade do terreno na época e tampouco sua responsabilidade sobre o local e sua correta destinação.

Neste mesmo ano a Universidade resolveu eliminar qualquer atividade no CeFA, que ficou literalmente abandonado pelos órgãos públicos (apenas os vigilantes continuaram no local) e isso piorou ainda mais as condições das instalações, que já necessitavam de manutenção.

Entretanto, mesmo sem estar ocupando o local, em 2014 foi assinado pelos representantes das três instituições um Termo Provisório de Cessão de Uso entre o Estado de Santa Catarina e a UFSC, celebrado pelo contrato UFSC 015/2014, permitindo que de fato a Universidade fizesse uso da área para seus devidos fins, comprometendo-se a manter e preservar o patrimônio. Ficou decidido que a Celesc ainda poderia utilizar os espaços para treinamentos mediante pagamentos.

Com a assinatura deste termo a FER/CCA e o antigo CeFA passaram então a corresponder a Unidade Sul da Ilha – UFSC. A pesquisa em questão se concentrou mais especificamente na área do antigo CeFA para sua realização, que possui um total de cinquenta e seis (56) instalações, incluindo campos de futebol, quadras de esporte, alojamentos, salas de aulas, refeitório. A proposta inicial na sua criação foi a de proporcionar uma gestão participativa, criando uma estrutura base, trazendo setores de apoio da UFSC, como o Departamento de Segurança (DESEG - que corresponde hoje a atual Secretaria de Segurança Institucional - SSI), e a Prefeitura Universitária (PU), que dariam suporte às demandas da área.

Em um segundo momento, em seguimento ao planejamento estratégico, respeitando a análise da vocação para a área e as demandas do CCA, buscar-se-ia levar os demais setores da UFSC interessados em investir no espaço.

Vale ressaltar que a Unidade Sul da Ilha – UFSC se beneficiará com a criação da nova rodovia de acesso que será feita pelo Governo Estadual para o aeroporto, pois os órgãos ambientais exigiram um novo trajeto para o fluxo de veículos, para não afetar o meio ambiente. Esse será o principal acesso ao Sul da Ilha, entretanto, ainda não foi finalizado.

Ainda em 2014, um servidor administrador da UFSC foi designado a criar um levantamento da situação do local e das áreas utilizáveis, gerando o Relatório de Utilização do CeFA (2014), que apresentou dados como a utilização prematura da área, sem que houvesse de fato aspectos legais, normativos e sanitários adequados, além de estar servindo de alojamento para estudantes, que ficavam expostos a diversos riscos, fatos que faziam com que a UFSC corresse o risco de ser responsabilizada pela omissão de agir nesses casos.

A consequência gerada pelo Relatório foi a criação de uma comissão de trabalho para a realização de um estudo prévio para um plano de ocupação para a área, contemplando as instalações que já estavam sendo utilizadas, além de instalações que se encontravam em situação de abandono, gerando outro relatório: Relatório Final da Comissão de Trabalho (2014).

Em 19 de agosto de 2014 houve a solicitação do uso compartilhado da sede administrativa da Unidade Sul da Ilha e da Fazenda Experimental Ressacada nos prédios do antigo CeFA. Esse pedido foi feito com o intuito de aliviar a limitação de espaço físico que a sede administrativa da Fazenda Experimental Ressacada (FER/CCA) enfrentava.

Para tal formalização foram consultados o Gabinete da Reitoria, as comissões de espaços físicos do CCA e da UFSC e a Pró Reitoria de Planejamento sobre a possibilidade de uso compartilhado da área, sendo considerada uma ótima oportunidade para se criar uma gestão participativa da área, trazendo muitos benefícios para a Unidade Sul da Ilha e para a Fazenda Experimental da Ressacada, pertencente ao Centro de Ciências Agrárias (FER/CCA).

Essa demanda de uso compartilhado foi enviada ao órgão responsável pelo plano de ocupação, a Comissão de Espaço Físico da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento, que a aceitou, conforme despacho da PROPLAN (Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento).

Realizou-se, então, uma reforma no Prédio 01 para que passasse a ser utilizado e o Prédio 42, cobiçado por diversos setores da UFSC, foi ocupado irregularmente, sem autorização formal da Universidade e sem oferecer condições adequadas. Nesse prédio circulam pessoas da comunidade, sem vínculos com a Universidade, inclusive crianças.

Entretanto, em 2015, com a saída do administrador responsável pela área, a Unidade Sul da Ilha ficou sem um planejamento estratégico que conduzisse um plano responsável de ocupação, faltando também servidores responsáveis pela administração de conflitos e de ações relacionadas com as normas vigentes.

Em 2016, o então administrador retornou à Unidade Sul da Ilha, deparando-se com uma situação de conflito de gestão, descaso e retrocesso com a forma de ocupação.

Dados apresentados no Memorando nº 011/2016/CCA demonstram que a Unidade Sul da Ilha passou a ser ocupada de maneira temerária, desordenada, sem controle patrimonial da Administração Central e sem a concordância ou ciência da Direção do Centro de Ciências Agrárias, funcionando como um depósito de materiais inservíveis, causando risco à saúde dos que circulam na localidade, como servidores, alunos, funcionários terceirizados e pessoas da comunidade da Tapera.

As tratativas geradas pelo Memorando resultaram na inauguração da nova sede administrativa da Unidade Sul Da Ilha, no dia 2 de maio de 2016, pela Reitora na época, em que foi realizada a entrega simbólica, com a reforma do prédio administrativo do antigo CeFA, que funciona hoje como sede da Administração da Fazenda Ressacada.

O que se constata até o momento é uma situação de abandono no local, com a falta de definição administrativa, que possa gerir os conflitos, além de dar continuidade ao que foi planejado para a sede, que enfrenta problemas de falta de documentação necessária junto aos órgãos competentes para utilização da estrutura, saneamento, água, esgoto, segurança, eletricidade, na torre e na central de comunicação, nas cercas, acúmulo de entulhos e lixo provenientes dos outros setores da UFSC, na infraestrutura dos prédios existentes, nos alojamentos, que foram ocupados de maneira inadequada, entre outros.

Acrescenta-se também a falta de institucionalização da Unidade Sul da Ilha, havendo inclusive desencontro de informações e falta de pacificação sobre a sua existência entre os atores sociais envolvidos.

Outro fator importante é a comunidade do entorno onde está inserida. Estima-se que o número de habitantes do bairro Tapera seja de cerca de 20 mil habitantes, em que boa parte da população é de baixo poder aquisitivo e que passa hoje por diversos problemas sociais, como alta criminalidade e violência, focos de tráfico de drogas e armas.

Tais constatações deixam ainda mais visível a necessidade que a região possui para que sejam feitas ações integradas entre comunidade e universidade, em que essa possa exercer seu papel social, buscando o empoderamento cidadão por meio de participação ativa dos agentes e não como mero espectadores, possibilitando a instrução para novos ofícios e capacitando-os para que tenham o entendimento do seu papel como tomadores de decisão partícipes do processo.

6 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

6.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS COLETADOS

Este tópico apresentará os resultados e as análises da pesquisa a partir de dados coletados sobre cada uma das categorias de análise, com base nas entrevistas semiestruturadas, documentos e por meio da observação não participante.

Conforme o escopo geográfico e temporal proposto na metodologia, as entrevistas semiestruturadas foram aplicadas no período de 12 de maio de 2017 a 05 de julho de 2017, com a seleção intencional dos atores sociais envolvidos na Unidade Sul da Ilha – UFSC, pertencentes aos seguintes segmentos: Servidores, Direção, Professores, Diretório Acadêmico, Conselho Comunitário e Terceirizados.

Foram feitas quarenta entrevistas e as nomenclaturas utilizadas foram as seguintes: 13 servidores (numerados de S1 à S13); 2 membros da direção (D1 e D2); 6 professores (numerados de P1 à P6); 4 membros do Diretório Acadêmico (DA1, DAZ1, DAZ2, DAZ3, DAZ4); 1 membro do Conselho Comunitário; 13 funcionários Terceirizados (numerados de T1 à T13).

Para melhor entendimento de como se posicionaram os segmentos entrevistados, analisaremos suas observações e posicionamentos por categoria de acordo com a proposta metodológica, onde as categorias base para a análise foram:

I- Percepção do espaço: Esta categoria foi subdividida em: Evolução do espaço e desenvolvimento da área; Expectativas para a área e necessidades; Ações desenvolvidas para: utilização do espaço, envolvimento dos alunos, e interação com a comunidade.

II- Gestão: Categoria subdividida em: Gestão atual; Gestão participativa; Mudança do CCA para o CeFA.

III- Sustentabilidade: Categoria subdividida em: Projetos de sustentabilidade depois do vazamento; Ideias de projetos sustentáveis.

IV- Universidade. Categoria subdividida em: Ideias de Ações; Papel da Reitoria e do CCA; Percepção da área pela diretoria.

Sem embargo, e antes de analisarmos cada uma das categorias e suas divisões, faz-se necessário esclarecer que nem sempre foi possível analisar as categorias de maneira isolada, pois muitas delas estão amplamente relacionadas

entre si e no decorrer das entrevistas muitas vezes foram respondidas em conjunto, dificultando sua segmentação.

6.1.1 Evolução do espaço e desenvolvimento da área

Em relação a esta categoria houve consenso entre todos os segmentos de entrevistados (servidores, terceirizados, professores, conselho comunitário, diretoria, alunos) de que: (a) o antigo CeFA está sendo mal utilizado; (b) pouco tem sido feito para o desenvolvimento e evolução do espaço; (c) aqueles que já conheciam o local antes dele ser cedido à UFSC visualizam a decadência do local que antes, quando pertencia à Celesc, era conhecido nacionalmente pelos treinamentos prestados.

Todos os segmentos ao se manifestarem concordaram que atualmente o local está depreciado, em situação de abandono, sem manutenção e, não apenas sendo subutilizado, como servindo de depósito de sucatas e bens inservíveis da universidade, aumentando a criminalidade no local (saques e roubos) e a insegurança. Concordam ainda que o espaço poderia ser melhor aproveitado por todos os segmentos, com a realização de ações que permitissem o uso pelos servidores, seus familiares, professores e alunos, por meio da utilização de salas de aulas, laboratórios, centros de práticas, alojamento estudantil, centro de convivência e outros serviços.

Sem embargo, quanto à percepção dos entrevistados a respeito da recepção pela UFSC do antigo CeFA, cabe destacar que não houve consenso entre o posicionamento pessoal dos entrevistados, podendo-se afirmar pelo que foi analisado do conteúdo das entrevistas, que existem duas vertentes. Cabe resgatar aqui algumas informações já expostas no Tópico 3, para contextualizar tais posicionamentos.

Em 2008 se iniciaram as negociações da permuta entre as terras da FER para construção da ampliação do aeroporto pelo antigo CeFA, que pertencia à Celesc. Entretanto a aprovação da Lei Ordinária que viabilizou a autorização da aquisição, permuta e doação do imóvel só foi aprovada em 2011, ano em que a Celesc encerrou suas atividades no local. Com isso, em 2012 a UFSC inicia por meio de iniciativas e manutenções pontuais a utilização do local. Não obstante, no final deste ano ocorreu o desastre ambiental com o vazamento de ascarel, motivo que obrigou a Universidade a se retirar imediatamente da área.

Passado um tempo, em 2013 novamente existiram tentativas de utilização por meio de reuniões e mais uma vez iniciativas pontuais de manutenção e uso, que não efetivaram nada concreto e em 2014 foi assinado o Termo Provisório de Cessão de Uso entre as instituições e feito o primeiro Relatório de Utilização pela UFSC.

As duas vertentes na posição dos entrevistados em respeito ao tema, polarizam-se na rejeição e apoio às diversas ações e propostas apresentadas e/ou discutidas até o momento. Respeito ao pessoal entrevistado que se insere na primeira vertente, qual seja, a de rejeição a incorporação do novo espaço, os integrantes deste grupo de entrevistados deixam claro em suas colocações que a decisão de incorporar o novo espaço ao local, deveu-se ao fato de que os decisores só buscaram a cessão do CeFA à UFSC por terem constatado que de qualquer forma se perderia os cerca de 48 hectares de áreas com aptidão essencialmente agrícolas da FER. Partindo da certificação que havia a demanda de Brasília para a construção do aeroporto, com o intuito de aumentar a pista e fazer o terminal de embarque de passageiros, que era de interesse público, a UFSC entrou em negociação com o Governo do Estado para garantir que obteria algo em troca, e não por estar ela a verdadeiramente interessada no local, segundo entrevistados.

Ainda, de acordo com este grupo de entrevistados a UFSC ganhou uma área que possui uma estrutura de manutenção de prédios e de ambiente cara de se manter e concomitantemente, perdeu uma grande área útil que possuía vocação agropecuária e que possibilitava maior apoio e desenvolvimento de diversas áreas de estudo, proporcionando um suporte mais adequado às atividades desenvolvidas pelo CCA (lavoura, unidades de experimento, etc). Na opinião dos entrevistados que compõem este grupo, há uma demanda muito maior por área agricultável útil hoje do que por áreas edificadas e urbanizadas. Este posicionamento fica evidenciado nas entrevistas com integrantes dos diversos segmentos, como se demonstrará com a inserção de algumas informações extraídas das entrevistas.

De acordo com a percepção de um dos entrevistados (P5), a entrega da área da FER ao Governo do Estado não foi bem quista, e segundo ele a existência ainda de pendência judicial em relação à permuta do CeFA poderia levar a afirmação de que a referida área não pertence efetivamente a Universidade, o que impede o desenvolvimento de projetos e ações para a mesma. Assim, vendo a forma como o poder público estadual enxerga a universidade e tratou a troca na época para a construção do aeroporto, “[...] é de se lamentar que 12 anos depois que isso tudo

começou a UFSC ainda não conseguiu ter o CeFA oficialmente e continuou não dando importância para o Sul da Ilha”.

Também nas palavras de P6, não foi um bom negócio trocar os cerca de quarenta e oito (48) hectares das melhores terras da FER por uma estrutura que a UFSC já havia recusado em 1999, e quando efetuada a troca, foi realizada com muitos contratempos, e sem a formalidade legal devida.

Neste sentido, o entrevistado P5 afirma não estar por dentro da íntegra das negociações feitas para o local nos últimos tempos, mas a negociação inicial feita com o governo do Estado era de que o CeFA viria integralmente para a universidade. Entretanto, depois do roubo, que acabou por gerar o vazamento do óleo a universidade por meio da sua reitoria haveria dito “nós não queremos essa parte ‘podre’ do CeFA”. Continua o entrevistado, afirmando que rejeitar essa parte “podre” na época, qual seja, o local contaminado, foi um equívoco, já que ali poderiam ter sido desenvolvidos estudos ambientais amplos. Ele acrescenta de forma crítica que o papel da universidade é o de atender aos desafios da humanidade, entretanto não é o que vem sendo feito, pois, a instituição dificulta todos os processos de desenvolvimento para o local.

Já, de acordo com a percepção de outros entrevistados, que se contrapõem a primeira vertente apoiando à recepção pela UFSC do antigo CeFA, em 2008 quando se iniciaram as negociações existia sim interesse pela área e foi feito um esforço da Reitoria e da gestão do CCA na época (2008 – 2012) em trazer o Centro todo para o Sul da Ilha. Dentre o grupo de servidores entrevistados, encontramos o posicionamento de S10, para o qual foi muito interessante ganhar aquela área já urbanizada e com as estruturas, sendo a questão principal da universidade em relação ao tema, a de ter preocupação com isso de forma institucional e fazer aquele ambiente ali funcionar porque, caso contrário, ele vai permanecer fechado e depreciado, sem um uso adequado.

De acordo com S12 quando a área foi recebida pela UFSC ela estava com uma estrutura muito melhor do que se encontra agora, destacando que as questões orçamentárias estavam melhores do que estão atualmente.

Também segundo P6, em 2002 quando só existia o curso de graduação de Agronomia no Centro, logo após sendo criado o curso de Aquicultura, na perspectiva de lideranças do CCA, havia a necessidade de que os alunos tivessem mais a vivência de uma Fazenda, atrelando ainda a teoria à prática e por isso a permuta do

CeFA seria tão vantajosa, já que poderia ampliar e dar apoio a base da FER, pois já possuía edificações, laboratórios, área de esportes.

Ainda com relação à evolução do espaço e desenvolvimento da área, outro consenso entre os participantes de todos os segmentos entrevistados, é de que o CeFA, em seu auge, era uma referência nacional de prestação de cursos técnicos de eletricitas, porém quando a UFSC iniciou suas atividades lá ele já estava em situação de abandono, com mato, prédios deteriorados, com vidros e telhas quebrados.

De acordo com a percepção de entrevistados servidores e professores mesmo com uma localização estratégica para a UFSC, tendo instalações já prontas, salas de aula, auditórios, laboratórios, quadras, salão de festas, a área do antigo CeFA desde a desocupação da Celesc esteve ociosa e/ou foi mal utilizada. Em face de este abandono, tudo que foi feito na área foi superficial, com uma ocupação não ordenada e coordenada. Várias foram as tentativas de inserções de melhorias através de grupos dentro da universidade, mas apenas ações isoladas e pontuais foram concretizadas.

Para elucidar um pouco melhor o posicionamento a respeito desta categoria por parte dos diversos segmentos, incluiremos algumas falas dos entrevistados, separadas por segmento, que elucidarão melhor esta posição a respeito do espaço e desenvolvimento da área.

Iniciando pela percepção da evolução e do desenvolvimento do local pelos terceirizados entrevistados que é crítica, todos fizeram afirmações de como o local está depreciado e mal utilizado servindo de depósito para inservíveis e lixo da instituição, de que não há pessoas definitivas contratadas para manutenções como corte de grama. Na opinião do segmento o antigo CeFA deveria ser todo reformado. Alguns deles não compreendem por que o ambiente não é liberado para os que trabalham no local e suas famílias, uma vez que já é utilizado por agentes externos como para o projeto do Guga e jogos de rugby. Acreditam que se o espaço fosse liberado para os que trabalham ali, eles poderiam auxiliar nos cuidados, e acrescentam ainda, que se eles que trabalham ali e convivem diariamente naquele contexto não podem utilizar outros agentes também não deveriam.

O posicionamento da diretoria, de acordo com a opinião de D2, é de que o antigo CeFA atualmente está numa condição pior do que se encontrava quando foi entregue em função da demora da negociação e da saída dos então proprietários e

a não possibilidade de se fazer uma manutenção adequada pelo patrimônio não pertencer a instituição ainda.

A crise institucional, conforme esclarece D1, desencadeada pelo vazamento do óleo mineral, que não foi confirmado ser o ascarel segundo o entrevistado, mas que prejudicou a maricultura catarinense levando inclusive a indenização aos maricultores, na sua percepção a sua repercussão foi exagerada pela mídia. Com o vazamento, a Universidade não quis assumir a responsabilidade gerando uma crise entre UFSC e Celesc, porém posteriormente a Universidade assumiu o local como a Unidade Sul da Ilha, onde uma parte pertenceria ao CCA e outra à Administração Central, mas isso segundo este entrevistado, deve ser resgatada, pois não existiu a institucionalização dessa decisão.

Finalmente, em relação à pretensa utilização do espaço pela comunidade acadêmica, esta também está subutilizada, pois de acordo com DA1, que morou no local por três meses, mesmo com aulas na Fazenda Ressacada ele não é utilizado nem como espaço de convivência entre os alunos.

Dentre os integrantes do segmento dos servidores, segundo (S1) que trabalhou diretamente no local, desde 2014 não existiram grandes mudanças, apenas com a troca de gestão mudaram os interesses, o que se desejava na gestão anterior mudou quando entrou a nova gestão. Ressalta que no segundo relatório feito pelos servidores a intenção era de que fosse feito um planejamento estratégico, construído um novo campus que tivesse uma gestão compartilhada junto com a FER, com a Prefeitura Universitária, o PRAE e demais órgãos da UFSC que tivessem interesse em ocupar.

Houve resistência por parte dos servidores da Fazenda Ressaca e dos professores do CCA em ocupar o local, acrescentam S1 e S4. Segundo S1, como o local gera um custo para a sociedade, resolveram trazer a parte administrativa da FER/CCA para o CeFA, humanizando o ambiente e começando a limpeza para diminuir a depreciação das edificações. Também foi feita uma reforma em alguns prédios para que fosse possível sua utilização. Na percepção destes entrevistados o CeFA está sendo pouco utilizado. Os prédios que estavam com o piso e pintura danificados começaram a ser humanizados e limpos pela administração da FER. No entanto, depois de feitas as melhorias de manutenção, alguns prédios estão sendo utilizados somente para guardar máquinas da fazenda. Destacam ainda que outra

área está sendo usada para esportes pela secretaria de esportes da universidade, que é uma secretaria nova.

Segundo S1, a sugestão do relatório feito pela UFSC era a de que antes da utilização fosse feito um estudo prévio das condições estruturais das instalações, pois era necessário que fossem feitos investimentos para colocá-las em condições de uso por professores, alunos e comunidade em geral, além da manutenção das áreas verdes, corte de grama, poda. Havia o interesse que o espaço fosse utilizado para alojamentos e áreas de lazer para estudantes, mas como a UFSC não tinha condições de investir, apenas foram feitas algumas reformas e adotadas medidas paliativas.

Ainda segundo S1, também existiu conflito de interesses do próprio CCA e da FER, que não aceitou que a UFSC tomasse conta do espaço, pois a FER sempre achou que pelo fato de que era ela quem estava perdendo os hectares, teria direito a essa nova área. Entretanto foi decidido que seria da UFSC como um todo, servindo como um novo campus, que seria utilizado por todos. Esta área, de acordo a S3, era uma referência nacional de prestação de cursos técnicos. Possuía áreas de lazer, sauna, mesa de jogos, campos de futebol, salão de festas, restaurantes, e era frequentado pelas famílias, pelos funcionários que podiam fazer reservas e realizar eventos lá. Havia eventos que as comunidades participavam, como torneios de futebol.

A primeira vez que S10 teve contato com o CeFA foi em 2004, e ele ainda era da Celesc. O entrevistado era aluno de agronomia de 2004 a 2009 e frequentava a FER, utilizando o restaurante do CeFA que era aberto para quem tivesse interesse em almoçar lá. Em princípio para os funcionários da Celesc e para os terceiros era cobrado uma taxa, por isso os alunos do CCA acabavam indo com frequência.

De acordo com S10 até 2010 mais ou menos o CeFA ainda tinha toda a equipe, todo o funcionamento, com o uso das unidades, dos prédios, e cursos realizados com frequência. Em 2011, 2012, foi repassada a UFSC pela permuta, a notícia de que o CeFA seria uma extensão do CCA ou até o próprio CCA foi recebida com deslumbre, mas depois não foi direcionado para isso no curto prazo. No momento a evolução do local está estagnada, há uma movimentação da secretaria de esportes e da área administrativa da FER, o restante das ações que se tentou desenvolver esbarrou em outras instâncias mantendo o CeFA na inércia que é conhecido hoje.

Já na percepção de S2 os processos de mudanças na Universidade, no serviço público em geral, são muito lentos, tudo que se deseja fazer de melhorias, de transformações passa por uma série de etapas até se chegar ao que realmente se precisa, e enquanto isso, na visão de S1, uma das utilizações do espaço foi para armazenagem de bens inservíveis da UFSC, fato este que acabou por chamar a atenção de pessoas mal intencionadas, o que unido à política da época, de que o ambiente fosse aberto para que não causasse a impressão de que a instituição estaria dando as costas à comunidade, acabou por aumentar os problemas de segurança atraindo ainda mais a criminalidade, acontecendo furtos e arrombamentos.

Segundo S7 e S11 o local não teve muitas mudanças desde que foi desativado pela Celesc. De acordo com a percepção de S7 no momento a UFSC não possui recursos e o CeFA é uma estrutura que demanda de muitos recursos para se manter ativa e como não tem atividades, não tem uso, isso acaba por acelerar sua depreciação, há invasões, problemas estruturais e na sua opinião não há muito interesse por parte da UFSC em colocar em uso esse local.

6.1.2 Percepção da área pela diretoria

Ressalta-se que esta categoria somente foi abordada nos roteiros feitos para a Diretoria, com o intuito de investigar a importância estratégica da área pesquisada.

As inferências extraídas destas entrevistas, em relação ao antigo CeFA, foram, em suma: (a) na percepção das lideranças atuais, o local se mostra como uma área estratégica para a UFSC; (b) esta região pode funcionar como um apoio à FER por já se localizar em área próxima e contínua; (c) a área possui edificações que podem suportar laboratórios, salas de aula e atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Foram ainda destacadas algumas dificuldades e limitações em relação ao antigo CeFA na percepção dos diretores.

Segundo D1, far-se-ia necessário a existência de parcerias, não só do setor de agrárias, para a manutenção da área, mas também de diversos outros setores da UFSC, justamente porque não consta no planejamento atual do CCA, nem da administração central, um projeto de desenvolvimento para o antigo CeFA. Isso

porque a principal dificuldade é a falta de capital humano e pró-atividade dos atores envolvidos para executar atividades em consonância com o desenvolvimento local.

6.1.3 Papel da reitoria e do CCA

Esta categoria não foi abordada entre os segmentos de terceirizados, do conselho comunitário e dos diretórios acadêmicos, portanto, para esta análise consideraram-se apenas as entrevistas realizadas com os diretores, os servidores técnicos e os professores.

Substancialmente, as inferências extraídas das entrevistas, em relação à Reitoria, foram: (a) os entrevistados acreditam no papel de destaque da Reitoria em se tratando do desenvolvimento local do antigo CeFA; (b) isso porque o progresso local depende da vontade política do grupo gestor e da disponibilidade de recursos financeiros. Em relação ao papel do CCA, as opiniões foram diversas. Destaca-se: (c) a compreensão do CCA como uma unidade de apoio para a manutenção da área; (d) institucionalmente e juridicamente, o CCA se mostra como uma unidade de suporte para a abertura de novos projetos, cursos e centros de treinamento. Além disso, alguns entrevistados consideram que o papel da Reitoria deve ser de apoiadora, sensibilizadora e fomentadora das discussões sobre o uso e desenvolvimento local.

Para corroborar as análises e inferências feitas, alguns trechos dos entrevistados são citados e apresentados a seguir por segmento entrevistado.

Em se tratando do grupo **diretor**, segundo D2 o papel da Reitoria e do CCA é fundamental, isso porque o CCA precisa da área localizada no antigo CeFA como complementação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, podendo ainda aproximá-lo da comunidade da Tapera e dos arredores.

D1 propõe transformar o local em uma unidade para realização de cursos intensivos de final de semana ou de pós-graduação, com atividades práticas, profissionalizantes, tendo em vista que possui infraestrutura suficiente.

Ainda, D2 lembra que as mudanças políticas periódicas de gestão tanto da Reitoria quanto do CCA prejudicam os projetos de desenvolvimento, por causa das consequentes alterações de direcionamento. Porém, acrescenta que na gestão atual existe um interesse maior na melhoria das condições de uso do antigo CeFA, havendo obras de recuperações e uso do espaço.

Em se tratando do segmento dos **servidores**, dentre os treze entrevistados (incluindo o administrador) todos concordaram que o papel da Reitoria é fundamental, principalmente no que diz respeito às definições do seu uso. Já em relação ao papel do CCA, não houve o mesmo consenso.

Quatro entre os entrevistados acreditam que o papel do Centro é substancial no desenvolvimento do local; um deles acredita que o papel seria de executar as ordens de uso dadas pela Reitoria, a partir de uma decisão *top-down*; dois deles acreditam que sua atribuição é na revitalização; dois servidores acreditam que seu papel é como fomentador de discussões; dois deles reforçam que é função do CCA definir e um deles acredita que deve partir do Centro a preocupação. Apenas um deles não soube definir qual seria a influência do CCA nesse processo.

Restou evidente das entrevistas uma percepção generalizada de confusão e indefinição institucional em relação à responsabilidade do CCA e da Reitoria sobre o antigo CeFA, tanto por causa de conflitos internos, quanto por falta de vontade política (S12).

Sem embargo, S1 ressalta que ambos são responsáveis pela revitalização do espaço, sendo seu papel também de definir as diretrizes de uso do espaço. Nesse sentido, para S8 o papel dos dois é de extrema importância, não apenas na questão dos recursos necessários para os investimentos, mas também como uma fonte catalisadora de vontade, como fomentadora de discussões sobre a área. Caberia a gestão discutir a área, através de fóruns, de comissões, para ver o que a comunidade acadêmica entende sobre a utilização do antigo CeFA ou da Unidade Sul da Ilha, e quais as prioridades.

Por fim, destaca S13 que o papel da Reitoria e do CCA até o presente momento tem sido irrisório e em sua opinião a única forma de existir investimento local é com a implantação de cursos no local.

Já em relação aos **professores**, P2 acredita que a Reitoria possui a responsabilidade do desenvolvimento local e o CCA não deveria assumir este papel, devendo a Reitoria discutir com a comunidade o uso do local, como destaca P4.

Com uma visão crítica da situação, P2 acrescenta que o papel do desenvolvimento da Unidade Sul da Ilha deve ser da Reitoria, uma vez que foi ela quem adquiriu a área. Para ele ainda, o papel do CCA deveria ser quase nulo, pois em sua opinião o Centro não tem responsabilidade institucional sobre a área. O

professor finaliza dizendo que em sua opinião a FER é fundamental para os cursos do CCA, mas o antigo CeFA não oferece benefício algum para o centro.

Dois professores entrevistados (P5, P6) não se manifestaram sobre o papel da reitoria, mas P5 acredita que o papel do CCA deveria ser maior do que o que lhe é dado. Segundo P3 o papel de ambos é fundamental, mas destaca que deveria haver uma preocupação maior em relação a esta área.

6.1.4 Expectativas para a área e necessidades

Esta categoria foi abordada nos seis segmentos de entrevistados, que substancialmente concordaram que: (a) há uma grande extensão de espaço físico desocupado; (b) este local pode ser utilizado pela universidade para diversos fins institucionais. Entretanto, não existiu um consenso a respeito das expectativas em relação ao antigo CeFA e as necessidades locais.

Destacam-se algumas demandas locais: (a) ações que envolvam as comunidades carentes dos arredores, crianças, adolescentes e idosos; (b) ações voltadas às questões ambientais; (c) ações que estimulem a prática nos cursos do CCA na Unidade Sul da Ilha, já que há falta de espaço na unidade do Itacorubi.

Restou evidente certo ceticismo dos entrevistados em relação ao antigo CeFA. O que se extraiu é que, depois de bastante tempo sem qualquer iniciativa colocada em prática no local, alguns dos atores entrevistados possuem uma concepção negativa do local e não acreditam que de fato algo possa ser desenvolvido ali em curto prazo.

As análises nessa categoria foram separadas por segmentos e são corroboradas por alguns trechos obtidos pelas entrevistas semiestruturadas.

Conforme o único membro do **Conselho Comunitário** entrevistado existem diversas demandas oriundas da comunidade da Tapera. Embora, na prática, os moradores da comunidade não reivindiquem demandas diretamente ao Conselho, este possui uma relação direta com as lideranças locais.

De acordo o Conselho Comunitário a comunidade da Tapera possui diversas necessidades, destacando-se: (a) projetos que envolvam crianças e adolescentes vulneráveis no contra turno das aulas; (b) casas de repouso para idosos em situação de abandono ou vulnerabilidade, para melhor qualidade de vida melhor; (c) iniciativas que trabalhem o empoderamento feminino, abordando questões como

trabalho e saúde da família, incluindo temas tratando de gravidez e métodos contraceptivos; (d) eventos culturais, esportivos e de lazer; (e) hortas comunitárias e cursos de capacitação; (f) estudos populacionais das comunidades, que poderiam ser desenvolvidos pela universidade.

Essencialmente os **professores** demonstraram: (a) uma expectativa pessimista em relação ao antigo CeFA, tendo feito alguns entrevistados inúmeras tentativas para a utilização do espaço, sem sucesso, razão de seus ceticismos; (b) uma percepção negativa em relação à infraestrutura do local, já que as instalações existentes no antigo CeFA são absolutamente inadequadas para suprir as necessidades de uso do Centro de Ciências Agrárias; (c) uma impressão de que não há transparência em relação às intenções de uso do local; (d) entendimento de falta de vontade política; (e) compreensão de que a área é negligenciada institucionalmente;

P4 percebe que a importância desta área para o CCA ainda não está totalmente internalizada na consciência coletiva da universidade, isso porque ela nunca foi trabalhada de forma adequada, afirmando ainda ser um problema de vontade política.

O professor P5 possui uma visão bastante crítica e levantou a questão de que é verdadeiramente difícil desenvolver qualquer coisa num ambiente onde as pessoas não se mobilizam. Enquanto esta problemática continuar sendo tratada da mesma maneira, o professor não acredita em qualquer mudança positiva em curto prazo. Sem embargo, ressalta que o Sul da Ilha possui algumas comunidades carentes, e por isso pensou-se na criação de um campus avançado para a medicina, odontologia, psicologia e demais áreas de conhecimento, para que pudessem exercitar seus trabalhos junto à comunidade.

Da mesma maneira, ficou evidente uma visão negativa da área por parte dos **servidores**. Além disso, destaca-se: (a) uma percepção de potencial no local, principalmente para atender às necessidades da comunidade; (b) a necessidade de pensar em alternativas em conjunto com a comunidade; (c) a possibilidade de trazer outros cursos da universidade para o antigo CeFA; (d) possibilidade de uso do espaço para atendimento das demandas de alojamentos da instituição.

Alguns entrevistados ressaltaram a necessidade de realizar um projeto completo que envolva um planejamento de longo prazo perene, que ultrapasse as gestões e que inclua as funções primordiais e indissociáveis da universidade: o

ensino, a pesquisa e a extensão, agregando conceitos relacionados com sustentabilidade e projeto arquitetônico e urbanístico moderno.

S8 lembra ainda que o local deveria ter recebido mais investimentos e atenção por parte da Universidade, já que é uma área de grande potencial, limítrofe de uma comunidade extremamente carente, estando atualmente subaproveitada.

Em relação às expectativas da **diretoria** do CCA, destacam-se algumas inferências: (a) os diretores acreditam que para que sejam realizadas ações é fundamental que existam lideranças que conscientizem, motivem, sensibilizem e que dediquem mais horas de seu tempo ao trabalho; (b) os diretores esperam que o local seja utilizado pelos alunos no que diz respeito à convergência do ensino, da pesquisa e da extensão; (c) alguns diretores acreditam que é necessário uma rápida recuperação e ocupação do local, a fim de evitar uma consequente degradação; (d) alguns diretores esperam que o espaço também possa ser utilizado para o lazer dos estudantes.

Ainda, D2 entende que cabe aos gestores incentivar os professores a utilizarem recursos de projetos, já que é a forma mais prática e direta de conseguir recursos financeiros para recuperar a área.

Em relação à percepção do segmento **alunos**, o que restou evidente é que eles entendem ser conveniente o deslocamento de alguns cursos do CCA para o antigo CeFA, principalmente porque a área se adequa satisfatoriamente aos tipos de cursos oferecidos pelo Centro.

Por fim, em se tratando do seguimento de **terceirizados**, destaca-se: (a) a expectativa de que o espaço possa ser utilizado em ações em prol das comunidades locais; (b) a necessidade de haver melhorias de infraestrutura e segurança no local. T6 lembra que devem ser realizadas pesquisas institucionais para investigar o que poderia ser efetivamente desenvolvido da área. Além disso, T10 destaca que o espaço no local está ocioso, e poderia ser utilizado para realização de atividades envolvendo as comunidades, e os prédios, utilizados como salas de aula.

6.1.5 Ações

Esta categoria se subdivide em três, quais sejam: ações desenvolvidas para utilização do espaço; ações desenvolvidas para envolvimento dos alunos e ações

desenvolvidas para interação com as comunidades, conforme analisaremos a continuação.

6.1.5.1 Ações desenvolvidas para utilização do espaço

Essa categoria trata da percepção dos segmentos no que se refere às ações já desenvolvidas no local no decorrer do tempo. Ressalta-se que a Universidade atualmente gera um dispêndio de recursos ao subutilizar a área e efetuando apenas manutenções pontuais, o que efetivamente não traz resultados para a comunidade, ou mesmo para a Universidade.

De acordo com a maior parte dos entrevistados grande parcela das ações até o momento foram iniciativas isoladas, muitas vezes pontuais e desintegradas do Centro de Ciências Agrárias, que deveria ser um dos principais receptores da área.

De acordo com a percepção geral dos entrevistados o que foi feito até o momento para utilização do espaço compreende: (a) o uso do Prédio 1 para o apoio administrativo da Fazenda Ressacada, proporcionando uma estrutura melhor de trabalho aos técnicos; (b) o uso pela Secretaria de Esportes para iniciativas como jogos de rúgbi, inserção de algumas atléticas da Universidade, outras atividades esportivas, um evento esportivo realizado pela atlética da agronomia junto ao centro acadêmico do mesmo curso; (c) manutenções do local através de ações pontuais da equipe da fazenda, que acabam por gerar empregos por meio da contratação de funcionários terceirizados da área da vigilância e limpeza, gerando rendas para pessoas que moram no entorno; (d) escotismo; (e) Cursos de formação da Polícia Militar; (f) alojamento para os alunos; (g) Projeto externo à UFSC de aulas de teatro para crianças; (h) Projeto do Programa de Ensino Tutorial (PET) de Engenharia Civil da UFSC, que terá como resultado final a realização de um relatório contendo as melhorias necessárias para posterior reforma de todas as edificações CeFA. O trabalho é realizado por um professor tutor e pelos treze membros do PET e englobará um levantamento das patologias e demais problemas de cada edificação, suas origens e as recomendações a serem adotadas a fim de solucionar os problemas encontrados. No entanto, foi consenso entre os entrevistados de que muito pouco tem sido feito no local.

Na percepção da **diretoria** a principal ação desenvolvida pelo CCA junto à Reitoria foi a conquista da área em troca dos hectares perdidos pela FER, e no

momento suas ações envolvem a sensibilização dos atores, com incentivos não autoritários em prol da ocupação do local, com a transferência de cursos, por exemplo. Isso porque, segundo D1, para que as ações sejam é preciso que os atores envolvidos tenham o interesse de ocupar a área que, de fato, pertence ao CCA.

O diretor lembra ainda que os atores devem ser incentivados, mas as intervenções da diretoria não podem surgir de maneira *top-down*. Ele ainda acrescenta que qualquer professor que queira ocupar o espaço vai ter apoio tanto da Administração Central quanto da Administração do CCA, que os apoiará no dia a dia do desenvolvimento dos projetos, juridicamente, buscando apoio com os órgãos de fomento para projetos.

Quanto aos **servidores**, destacamos a percepção de que o andamento dos projetos para o desenvolvimento do CeFA está bastante lento, considerando a possibilidade de problemas políticos, financeiros, de gestão ou falta de pessoal (S3; S1 2017).

A percepção dos **professores** é de que a área está institucionalmente isolada, o que acarreta uma improdutividade local, ficando ocioso ou sendo utilizado de maneira desorganizada. De acordo com P2 não existe, efetivamente, nenhum projeto em andamento, sequer há propostas de ações para o local.

Ainda, a professora P3 ressaltou o fato de que não há interesse institucional e que as lideranças sequer apoiam a presença da comunidade no local.

Além disso, outro fato que corrobora a pouca utilização da área pelos alunos é o quadro de horários de aulas que acaba por não incentivar que os alunos passem mais tempo na Unidade Sul da Ilha, vivenciando a prática de seus cursos.

Restou evidente, portanto, que há um desencontro de informações. A diretoria afirma estar sensibilizando e incentivando o uso do local, por outro lado, os professores não têm a mesma percepção.

6.1.5.2 Ações desenvolvidas para envolvimento dos alunos

A categoria do envolvimento dos alunos com o local não foi abordada entre o segmento de terceirizados e do conselho comunitário.

Nesta categoria buscou-se entender a percepção dos diversos segmentos em relação ao envolvimento dos alunos, principalmente os do CCA, com o Unidade Sul

da Ilha e quais ações já foram desenvolvidas para que esses laços fossem estreitados.

No segmento dos **diretores**, destaca-se a sugestão para que o espaço seja utilizado para aplicação da teoria por meio de projetos de extensão (D1; D2, 2017).

A percepção geral dos **discentes** entrevistados é de que: (a) eles sentem falta de aproveitar a área da Fazenda com aulas práticas; (b) acreditam que o uso da Unidade Sul da Ilha agregaria imensamente ao curso, com a possibilidade de desenvolver projetos que os aproximassem das comunidades; (c) acreditam que seria mais conveniente utilizar os alojamentos já existentes no antigo CeFA; (d) o que facilitaria a locomoção e logística das pesquisas que são e serão realizadas, aproximando-se ainda mais das atividades fim dos cursos.

Na percepção de aluno da agronomia, DA1, seria fundamental passar mais tempo na Fazenda – e isso inclui o antigo CeFA, que segundo ele é mal utilizado pela instituição. Acredita que quanto mais tempo os alunos passarem dentro da Unidade Sul da Ilha, mais poderão contribuir com as comunidades do entorno, sendo de suma importância que mais professores ministrassem aulas no local.

Nesse sentido, o diretório acadêmico da Zootecnia garante que, apesar de grande parte dos alunos não conhecerem o CeFA, os que conhecem acreditam que o local poderia ser um espaço melhor aproveitado, podendo ser utilizado para agregar curso inteiro de zootecnia, pois em geral, cursos desta natureza geralmente são ministrados em fazendas. Esta mudança no ensino poderia acarretar num maior estímulo para os alunos e uma consequente diminuição de evasão. No entanto, apesar da sugestão de que o curso fosse transferido integralmente para a Fazenda, isto não foi possível, pois não há um refeitório ou condições mínimas para tal.

A sugestão feita pelos alunos é a de que a transferência do curso seja feita de forma programada, primeiro levando os alunos das fases finais progressivamente levando os graduandos das fases restantes, até que se tenham condições básicas suficientes.

Numa visão ampla, o segmento dos **professores** entrevistados entende que não há estímulos para que os alunos vivenciem de fato o dia a dia da FER, pois não existe um espaço de convivência para uso, não há refeitório, além de que o quadro de horários de aulas não foi feito de maneira que possibilite essa vivência. Não há uma estrutura mínima que atraia os alunos para que passem mais tempo na Unidade Sul da Ilha.

Para a professora P1, que possui uma visão negativa acerca do assunto, no presente momento não existem ações que o CCA poderia desenvolver envolvendo ensino, pesquisa e extensão para que os acadêmicos sejam inseridos, por motivos judiciais institucionais.

O professor P2 acredita que a área do CeFA não se adequa à pesquisa e ao ensino, e que deveria ser utilizada pelos alunos no que diz respeito à extensão, assim como para alojamentos e atividades extracurriculares. O professor não enxerga o CeFA como adequado para a interação com os discentes, mas acredita que seja uma área que deveria ser utilizada para a universidade, por meio de atividades que não sejam atividades fim da universidade, como para alojamentos e cursos extracurriculares. Por outro lado, os professores P5 e P6 acreditam que o espaço seria bastante adequado para a convergência de ensino, pesquisa e extensão. Conforme os professores, o local seria perfeito para união do ensino, pesquisa e extensão, já que a instituição possui recursos importantes com maquinário, engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas, terceirizados e outros profissionais para oferecer o suporte necessário.

A professora P3 fez uma crítica em relação à falta de prioridade dada aos alunos e professores, pois nenhum possui espaços de convivência, já os terceirizados e servidores possuem mais de uma sala de uso próprio e exclusivo.

Na opinião do professor P5 e P6, a Unidade Sul da Ilha é uma possibilidade não somente para os alunos de graduação de agronomia terem aulas práticas e complementarem seu aprendizado que não pode ser proveniente apenas de leituras de livros, como para diversos outros cursos.

O professor P5 lembra que, na medida em que a UFSC se conscientizar da importância do local para o crescimento institucional e social, ela acabará por trazer a comunidade e os estudantes para apoiar projetos, alocando os recursos necessários.

Mesmo não tendo sido abordado no roteiro de entrevistas do segmento de terceirizados, um deles possui uma visão bastante crítica sobre o estado do local, acreditando que algumas salas de aula do CCA e restaurante universitários deveriam ser trazidas para o antigo CeFA com o intuito de divulgar o local para que ele fique em melhores condições.

Quanto aos segmentos dos **servidores**, S1 afirma que a contribuição dos professores seria a de trazer as suas atividades acadêmicas para dentro do antigo

CeFA, trazendo assim alunos, disciplinas, laboratórios e pesquisas. A contribuição dos professores é fundamental, na opinião do servidor. S1 lembra que o interesse por parte dos professores, muitas vezes acaba esbarrando em processos burocráticos.

De acordo com S3 atualmente no antigo CeFA, mesmo com as salas de aula e instalações já existentes, não há nada sendo desenvolvido para os alunos, a não ser o uso do espaço pela secretaria de esportes.

O servidor (S8) acrescenta que além do uso para alojamentos e das atividades “extra universidade” como os jogos de rúgbi e escoteiros – que não são propriamente voltados para os alunos da instituição – nada mais tem sido feito para os alunos da UFSC. A universidade tem se mantido inerte e não criou uma política para incentivar os alunos a frequentarem a área, deixando o local abandonado.

De acordo com S9 poderiam se desenvolver cursos de graduação no CeFA, dos mais diversos centros, mas pensados com o intuito de desenvolver o potencial da comunidade, que deve ser discutido de forma sistêmica e estratégica.

Ressalta-se que houve uma pressão por parte dos alunos para usar o antigo CeFA como alojamento, no entanto esse tipo de utilização foi barrado pela instituição pelas péssimas condições (S6, S9, 2017). O local tem sido utilizado como segunda opção para as aulas quando as salas da fazenda estão ocupadas, entretanto o uso das salas da FER é priorizado, pela proximidade dos experimentos.

Restou evidente que não existe uma demanda clara, e o assunto ainda está no momento de discussões e planejamento do que será feito e como será feito.

6.1.5.3 Ações desenvolvidas para interação com as comunidades

Esta categoria foi abordada entre os seis segmentos de entrevistados, devido à importância do tema sob a perspectiva institucional e social.

Todos os professores, alunos e diretores entrevistados acreditam que: (a) deve existir uma interação com as comunidades do entorno do antigo CeFA; (b) que essa deve ser uma prioridade em relação às propostas de ações a serem desenvolvidas no local; (c) que essas ações devem ser implementadas com o intuito propiciar melhoria na qualidade de vida dos moradores, seguindo as premissas de sustentabilidade e desenvolvimento local.

Apenas um dos treze servidores entrevistados demonstrou certa crítica em relação ao envolvimento com a comunidade. Segundo ele, a preocupação central da instituição deve ser primeiramente as demandas da comunidade interna da universidade.

O Conselho nunca tentou, oficialmente, estreitar laços com a Universidade no intuito de desenvolver e utilizar a área ociosa. De acordo com o que foi dito pelo entrevistado do conselho comunitário, quando o CeFA pertencia à Celesc algumas de suas áreas eram utilizadas pela comunidade, como o auditório, refeitório. Atualmente, porém, os moradores não estão autorizados a entrar no local, apesar do notório interesse.

As opiniões sobre ações que poderiam ser desenvolvidas prontamente no local seguem corroboradas por trechos das entrevistas, que neste caso não separaremos por segmentos.

O professor P1 (2017) acredita que “do jeito que o local está, sem o desenvolvimento apropriado da área, nenhum projeto poderia ser desenvolvido”, acrescentando que não sabe especificamente que projetos de extensão poderiam ser executados junto à comunidade de maneira célere. No mesmo sentido, o professor P2 diz não ter nenhuma proposta para a Universidade e acredita que poderiam ser desenvolvidas atividades de extensão dos alunos com a comunidade. Para as professoras P3 e P4 a Unidade Sul da Ilha deveria ser aberto à comunidade da Tapera, onde poderiam ser desenvolvidos projetos sociais.

Dessa forma, segundo D2, S8, S11, P6 e P5 quanto mais a instituição envolver a comunidade por meio de projetos que incentivem o desenvolvimento local sustentável, menos serão os casos de vandalismo e de invasão, já que os moradores das comunidades iriam desenvolver um senso de responsabilidade pelo patrimônio. Além disso, o início de atividades acadêmicas no CeFA cria a necessidade de contratação de servidores, possibilitando a geração de renda e ajudando a sociedade, a comunidade da Tapera, Ribeirão, Rio Tavares, Campeche, Armação, Pântano do Sul, acrescentou S3, que inclusive poderia ser um ponto de apoio para a maricultura.

O professor P2, entretanto, ressalta uma preocupação. Em sua percepção, trazer a comunidade para dentro do CeFA pode ser arriscado, já que existem pessoas mal-intencionadas, que poderiam incorrer em roubos e furtos, gerando riscos à integridade dos trabalhadores locais.

Para evitar tais transtornos, P4 sugere que deveriam existir horários estipulados para que a comunidade pudesse frequentar os locais. Além disso, cita algumas ações que poderiam ser implementadas: projetos de final de semana, cursos de extensão ou atendimento a comunidade, hortas e equoterapia. No âmbito de projetos de extensão, S8 acredita que o capital humano da instituição poderia ser aproveitado para fomentar atividades que pudessem gerar renda para a comunidade, nas áreas de ciências agrárias ou nos diversos centros existentes na UFSC, e esses devem ser projetos que respeitem a vocação agrária da área como as hortas urbanas e que a comunidade pudesse participar efetivamente.

Segundo uma das lideranças, os alunos das agrárias teriam bastante a contribuir com o desenvolvimento da área e do seu entorno, seja na parte de paisagismo, arborização, além de outras áreas, como educação física, aquicultura, engenharia de alimentos, podendo desenvolver projetos junto à comunidade local. Segundo S3 os alunos do CCA, CCS, CDS poderiam oferecer atendimentos às comunidades, aplicando o que aprendem em sala de aula, beneficiando a comunidade e proporcionando que elas tenham a possibilidade de ter os atendimentos que necessitam perto de suas casas, de fácil acesso, sem precisar enfrentar o trânsito e ainda diminuindo o fluxo de carros nas ruas.

Segundo o diretor D1 Diretoria apoiará as ideias no que for possível, acrescentando que a Diretoria não teria condições de ajudar com apoio financeiro, mas daria o suporte nos recursos humanos.

O segmento dos terceirizados também foi unânime em dizer que a Unidade Sul da Ilha deve envolver a comunidade elaborar ações voltadas para o desenvolvimento local sustentável.

O servidor S1, que administrou o antigo CeFA, acrescenta ainda a contribuição que a comunidade da Tapera pode oferecer no local, no sentido de propriamente urbanizá-lo, contribuindo para a utilização do espaço de maneira organizada e segura.

Para S1 a questão da comunidade seria um diferencial que justificaria um investimento maior no local, havendo uma demanda bastante grande da comunidade. A comunidade da Tapera é muito carente de ações sociais, com diversos problemas sociais e de segurança, com tráfico de drogas e violência. Assim, a universidade teria papel relevante como disseminadora da mudança social.

De acordo com a percepção de aluno DA1, a missão da universidade é que ela seja crítica, tendo, de acordo com S8, S9 e S11 um papel social de extrema importância, propiciando o exercício da cidadania e desenvolvendo a sociedade local, no entanto, isso não ocorre em se tratando da comunidade carente da Tapera.

Ainda assim, mesmo ressaltada a importância dessa interação com as comunidades e considerando a disposição do conselho comunitário, nada é de fato implementado no local.

6.1.6 Ideias de ações

As ideias de ações fizeram parte dos seis roteiros de entrevistas aplicados. Como muitos dos entrevistados citaram as mesmas ações a autor, em alguns casos, as interpretou de maneira a não distinguir o que cada um dos segmentos sugeriu.

Diversas foram as ideias sugeridas no intuito de realizar atividades locais sustentáveis, como:

- i. Desenvolvimento de um grupo de estudos realizado pela equipe da FER/CCA, que acabaria por ser uma das principais beneficiadas;
- ii. Eventos culturais, esportivos e de lazer para as comunidades do entorno;
- iii. Espaços para terceira idade, casas de repouso;
- iv. Atividades na área de esportes para crianças e adolescentes, no contra turno das aulas ou nos finais de semana;
- v. Oficinas culturais;
- vi. Parques abertos à comunidade;
- vii. HOOCA – um projeto independente dos estudantes de agronomia na produção de alimentos agroecológicos;
- viii. Hortas urbanas, em mandala e permacultura;
- ix. Hortas comunitárias;
- x. Projetos de extensão com professores que envolvam os conceitos de agricultura orgânica e urbana; compostagem;
- xi. Hortas com o intuito de produção de ervas medicinais;
- xii. Postos de atendimento com os alunos dos cursos da área da saúde, buscando unir a teoria à prática atendendo ainda as necessidades das comunidades;

- xiii. Cursos diversos voltados à comunidade, como de educação ambiental, de reciclagem do lixo, de culinária, de hábitos saudáveis de alimentação, de processamento de alimentos, de poda; costura; de dança;
- xiv. Parques, áreas de lazer;
- xv. Aulas ou oficinas para as comunidades nos finais de semana;
- xvi. Escola de aplicação, convênios com outras instituições para a criação de uma escola comunitária;
- xvii. Campos para prática e incentivo de esportes;
- xviii. Ambientes de lazer abertos ao público;
- xix. Palestras para a comunidade sobre assuntos como câncer de mama, Lei Maria da Penha;
- xx. Projeto “Fazendinha” com as crianças da comunidade;
- xxi. Projetos de extensão envolvendo a equoterapia;
- xxii. Restaurante com produtos produzidos na Unidade Sul da Ilha com a ajuda dos alunos, professores, terceirizados, comunidade, técnicos e todos os interessados;
- xxiii. Projetos de arborização, afetando de maneira direta as comunidades do entorno;
- xxiv. Escola Agrícola;
- xxv. Projetos de extensão envolvendo os mais diversos centros da UFSC, como CFH, CED, CCS, CTC.

No entanto, de acordo com a professora P1, hoje nas condições em que o local se encontra nenhuma dessas iniciativas seria factível.

O conselho comunitário destaca que há uma faixa etária de crianças e adolescentes que não é assistida por meio de projetos no contra turno das aulas, que acabam se envolvendo com o mundo das drogas.

Segundo P2 lembra ainda que no local há uma área de influência de mangue, por isso não são todas as ações que podem ser desenvolvidas no local, por motivos ambientais.

Parcerias junto com a FER foram ressaltadas por S1, em que os excedentes pudessem ser compartilhados com a própria comunidade.

Para D1 poderia ser implementada uma pós-graduação ligada às questões contemporâneas de sustentabilidade, do agronegócio/agricultura sustentável, da educação ambiental ou ecológica e de hortas urbanas. Ele ainda acrescenta que

essas ações de ocupação do local estão nos Planos de Ação da gestão de 2017 a 2020, de envolver o Centro com a comunidade. Segundo ele a diretoria irá apoiar qualquer pessoa, seja servidor ou professor, que queira desenvolver projetos no local e que isso só depende da visão estratégica dos profissionais que trabalham na UFSC. Garantiu ainda que a Reitoria e as Diretorias devem ser vistas como facilitadoras

P5 ressalta ainda que poderiam ser desenvolvidos projetos de sustentabilidade do meio urbano, desde captação da água da chuva, agricultura urbana, casa sustentável, aulas de educação ambiental, reciclagem e compostagem.

Segundo S9 no curto prazo poderiam ser implementados trabalhos de educação, como educação ambiental, já que, para essas ações, a infraestrutura do local não precisaria ser alterada.

O diretor D2 ressalta ainda que as atividades de extensão no local deveriam ser uma responsabilidade não apenas do CCA, mas institucional da universidade.

6.1.7 Gestão atual

Esta categoria não foi abordada entre os terceirizados e os diretórios acadêmicos. Restou evidente das entrevistas que não há efetivamente uma administração própria para a Unidade Sul da Ilha atualmente. O que existe é a Administração da FER que está instalada no antigo CeFA e acaba por cuidar de algumas questões relacionadas à manutenção do local, sem legitimidade ou autonomia. A Secretaria de Esportes da UFSC também assumiu uma parte da responsabilidade do local, porém, da mesma forma, sem legitimidade para gerir a área.

Essa carência, segundo os entrevistados, se deve principalmente à falta de posicionamento das lideranças, às trocas de gestão de Reitoria e ao modelo de gestão.

P3 acrescenta que no momento há uma pessoa de origem bastante simples cuidando do local, que inclusive não se sente assistida pela administração central. Os professores P2, P4, P5 afirmaram não ter conhecimento do tipo de gestão existente no momento para o local.

De acordo D2 as mudanças de gestão da Reitoria da UFSC trouxeram como consequência inúmeras mudanças de política para a gestão do local, mas

acrescentou que a Reitoria atual da UFSC tem bastante interesse na melhoria das condições de uso e melhoramento do CeFA.

O conselho comunitário foi questionado apenas se sabia quem eram os responsáveis pelo CeFA, e de maneira generalizada eles têm conhecimento apenas de que a área pertence à UFSC.

Quadro 7 - Percepção dos servidores e professores em relação ao modelo de gestão ideal para o local.

Entrevistado	Gestão ideal
S1	Gestão compartilhada: Deveriam existir equipes elaborando estudos, fóruns de discussão para que o CeFA seja bem utilizado, incluindo a administração central, os centros de ensinos da UFSC, principalmente do CCA, a comunidade;
S2	Conselho gestor com normas e regras factíveis para utilização;
S3	A gestão deveria ser feita com o intuito de ocupar melhor, definir quais as necessidades do Campus da Trindade, contribuindo para as finalidades da universidade, além de analisar e discutir junto aos professores.
S4	Não soube especificar, pois ainda não existe nenhuma confirmação do planejamento para o local;
S5	Na sua opinião o CCA ou a Reitoria deveriam indicar qual seria o órgão mais competente para a gestão.
S6	O ideal seria ou o CCA assumir de fato e receber recursos financeiros para essa intervenção ou passar para a Prefeitura Universitária.
S7	Conselho gestor, que incluía membros da comunidade, da UFSC, dos diversos setores da instituição, sociedade receptora dos produtos dessa região.
S8	Gestão que pudesse envolver amplos setores: desde professores, servidores, terceirizados, comunidade, alunos para discussão da área. Segundo ele a visão ampla, não só impositiva é a melhor forma.
S9	Modelo de gestão horizontal, com uma comissão voltada para desenvolver o local. Precisa de uma política institucional <i>top-down</i> que incentive que os professores e outros envolvidos estejam mais na Unidade Sul da Ilha.
S10	Não soube especificar, pois ainda não existe nenhuma confirmação do planejamento para o local;
S11	Não soube especificar, pois ainda não existe nenhuma confirmação do planejamento para o local;
S12	Gestão compartilhada do CCA, dos outros Centros com interesse de ir ao local e Reitoria.
S13	Não soube especificar, pois ainda não existe nenhuma confirmação do planejamento para o local;

(continua)

(continuação)

Quadro 7 - Percepção dos servidores e professores em relação ao modelo de gestão ideal para o local.

Entrevistado	Gestão ideal
P1	A Administração do CeFA deveria, pelos projetos que existem ser comunitária entre o CCA e a Reitoria. E em relação à gestão deveria ser uma parceria, teria que haver uma equipe destinada para aquele local especificamente com suas atribuições bem claras, que faria a gestão, uma equipe do CCA e outra da Reitoria.
P2	Não soube especificar, pois ainda não existe nenhuma confirmação do planejamento para o local;
P3	Unidade Sul da Ilha deveria ter uma unificação com um novo diretor, com todo o administrativo como no CCA, diretor, vice-diretor, um conselho gestor.
P4	Não soube especificar, pois ainda não existe nenhuma confirmação do planejamento para o local;
P5	Não soube especificar, pois ainda não existe nenhuma confirmação do planejamento para o local;
P6	Não soube especificar, pois ainda não existe nenhuma confirmação do planejamento para o local;

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Os dois diretores entrevistados não souberam especificar qual seria a gestão ideal para o antigo CeFA. Para resumir as opiniões sobre o tipo de gestão ideal a autora elaborou um Quadro 7 com os segmentos de professores e servidores e suas opiniões em relação ao modelo de gestão.

Por fim, notório que não há gestão ou planejamento para a utilização da área. Servidores, terceirizados, professores, alunos, e comunidade não tem conhecimento de quem, ou qual setor, seria o responsável pela área. Portanto, se há de fato uma gerência, ela não se manifesta de maneira a atingir todos os envolvidos, cabendo, atualmente à Reitoria responder pelo local, gerando centralização e morosidade nos processos.

6.1.8 Gestão participativa

Para este tópico, os seis roteiros de entrevista abordaram questões referentes à gestão participativa, entretanto não com a mesma profundidade.

Grande parte dos entrevistados parece concordar, na teoria, com um processo deliberativo participativo, agregando os atores sociais. Entretanto, conforme percepções inferidas ao longo na pesquisa e observando os modelos de gestão culturalmente instalados dentro da instituição, uma gestão compartilhada

para o local envolvendo a comunidade externa da instituição só se efetivaria de fato em longo prazo. Ressalta-se ainda que uma gestão participativa intercentros seria mais factível no curto prazo e poderia inclusive utilizar as normativas já existentes dentro da instituição para sua concretude.

De acordo com o que foi dito pelo conselho comunitário, eles estariam dispostos a participar de reuniões junto à UFSC para deliberar sobre ações a serem desenvolvidas no local.

Os entrevistados de origem mais humilde, muitas vezes moradores da própria Tapera, que deveriam estar incluídos na gestão participativa não são de fato incluídos na tomada de decisão atualmente.

Algumas inferências feitas a partir das entrevistas com terceirizados foram destacadas: (a) dos doze terceirizados entrevistados sete deles (T1, T4, T6, T7, T10, T11, T12) consideram não se sentir parte do todo e que suas opiniões nunca foram perguntadas; (b) T6 ainda afirmou não possuir muita relação com as lideranças do local; (c) T2 acrescentou que a entrevista feita pela autora foi a primeira iniciativa a tentar integrar esse segmento nas decisões sobre a Unidade Sul da Ilha; (d) os entrevistados T3 e T8 dizem se sentir parte da equipe como um todo, entretanto nunca foram perguntadas suas opiniões; (e) no entanto, T5 diz se sentir parte da equipe e afirma que já consultaram sua opinião sobre o que deveria ser feito no local; (f) e o terceirizado T9 também se sente parte da equipe, mas afirmou de maneira crítica que os funcionários não possuem direito algum de utilização do local.

Como foram entrevistados treze servidores, cinco professores e cinco alunos, optou-se pela construção do Quadro 8 para tornar mais clara a visão destes atores sociais.

Quadro 8 - Visão dos servidores e professores sobre a gestão participativa.

ATOR SOCIAL	CONCORDAM	CONCORDAM PARCIALMENTE	DISCORDAM	NÃO SE MANIFESTARAM
SERVIDORES	11	1	0	1
PROFESSORES	3	1	1	0
ALUNOS	5	0	0	0

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

As percepções dos segmentos diretoria, professores, servidores estão dispostas e corroboradas com trechos das entrevistas a seguir.

Na percepção de D1 é possível, na teoria, uma gestão compartilhada, na qual comunidade, técnicos-administrativos, professores e alunos participem das decisões. Entretanto, historicamente, os envolvidos nem sempre possuem interesse em participar das discussões. Essas iniciativas muitas vezes se mantêm nas mãos de poucos interessados ou de pessoas não conscientes, assim, a gestão perde a representatividade.

Onze dos treze servidores entrevistados acreditam que é possível o modelo de gestão compartilhada para a Unidade Sul da Ilha. O servidor S10 não se aprofundou no assunto e não ficou clara qual a sua posição sobre o assunto. Já S12 diz não ser possível uma gestão compartilhada com pessoas externas à Universidade, mas acredita que poderia ser feita uma consulta à comunidade para um possível planejamento das ações. O servidor ainda ressaltou que muitas vezes os representantes dos conselhos não refletem de fato o que toda a comunidade pensa.

Algumas inferências foram destacadas: (a) dos servidores que apoiam a criação de uma gestão participativa, um deles ressaltou que acredita que esse seja o caminho (S7); (b) dois dos servidores entrevistados apoiam que seja feito por meio da criação de um grupo gestor; (c) um deles acredita que seria possível essa gestão com os conselhos comunitários que já existem no Sul da Ilha; (d) outro servidor acredita que deveria ser criado um grupo de trabalho chamando a comunidade para discutir a questão de utilização do CeFA; (e) outro servidor entrevistado acha que seria possível uma gestão compartilhada na qual comunidade, técnicos-administrativos, professores e alunos participassem das decisões, mas não soube fundamentar quais centros poderiam participar dessa gestão, já que não possuía informações suficientes; (f) de acordo com a visão crítica de outro servidor (S6), “democraticamente e utopicamente” seria um bom modelo de gestão, contudo, na prática, não seria algo simples de se efetivar.

Segundo S1, que administrou o local, a ideia da comissão criada era a de que houvesse uma gestão compartilhada em que a comunidade fosse participante, através do conselho comunitário ou de lideranças locais. O intuito era de que fossem feitas reuniões frequentes para verificar o que seria prioritário, emergencial e o que deveria ser feito em cada momento. Ele acrescenta ainda que a comissão buscava a

utilização do local por meio de uma ocupação ordenada, responsável, sempre respeitando a questão da sustentabilidade, do desenvolvimento territorial, com uma visão democrática e participativa. Porém, complementa que esse modelo não seria de fácil implementação, isso porque a cultura da hierarquia e da subordinação é bastante forte dentro da UFSC.

De acordo com o servidor S2 a gestão participativa deveria ser implementada com um grupo gestor e com uma coordenação para que as responsabilidades pudessem ser diluídas. E para a escolha dos centros que participariam primeiramente teria que ser disponibilizada essa opção para os conselhos das unidades, com uma proposta, dentro de um cronograma, de um projeto que todos saiam beneficiados.

O servidor S3 considera que seria possível uma gestão compartilhada por meio dos conselhos comunitários que existem na região Sul da Ilha, envolvendo todo um segmento social, Estado, Prefeitura, UFSC. Ele ainda acrescenta que essa gestão poderia envolver o Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), Centro de Ciências da Saúde (CCS), Centro de Desportos (CDS), o próprio Centro de Ciências Agrárias (CCA).

O servidor S4 acredita que primeiro deve ser criado um grupo dentro universidade para articular e, somente depois trazer a comunidade para discutir as questões.

O servidor (S6) acrescentou que utopicamente a gestão compartilhada seria interessante, no entanto, estão desde 2008 tentando trazer alunos e professores para a FER e nada é concretizado, já que não há hoje interesse dos professores e dos alunos em participar ativamente da gestão.

O servidor S7 sugere que a gestão compartilhada é o caminho ideal e todos os centros poderiam contribuir, principalmente os centros voltados para as áreas de educação, humanas, engenharias, com oficinas profissionalizantes, atividades culturais e educativas.

Para S8 a melhor forma de se gerir um ambiente é envolvendo todos os *stakeholders*: professores, servidores, trabalhadores em geral, estudantes e comunidade, por intermédio das percepções de todos os envolvidos, por meio de comissões, sendo possível compartilhar as problemáticas na busca por soluções. Essa comissão poderia ser realizada pela Reitoria, que restituiria esse conselho gestor.

Não há consenso na opinião dos professores entrevistados em relação à gestão compartilhada. Três professores acreditam que seria possível esse modelo de gestão (P2, P3, P4). Para P3 a gestão compartilhada é a única forma de gestão adequada para aquele espaço, com uma direção independente, descentralizando as decisões do Gabinete do Reitor. Na percepção de P1 não seria possível, pois não haveria como inserir a comunidade num momento onde não há uma organização nem mesmo da própria UFSC. Um dos professores apoia esse modelo de gestão, mas acredita que existiriam dificuldades (P5). E por fim, outro professor acredita que esse tipo de gestão seria utópico (P6).

Segundo P6 o modelo de gestão compartilhada seria uma proposta utópica, isso porque uma gestão compartilhada seria, na verdade, uma gestão de disputa de interesses. Acredita que a gestão deva ser própria da universidade, mas que deveria haver um diálogo com a comunidade, com a presença de técnicos-administrativos, professores e alunos.

6.1.9 Projeto de sustentabilidade depois do vazamento

Essa categoria não foi abordada entre os segmentos de diretórios acadêmicos; do conselho comunitário e de terceirizados.

Foi consenso entre os entrevistados de que não foi realizada nenhuma ação, seja pela UFSC ou pela Celesc, no que diz respeito à sustentabilidade. O que existiu, foi o cumprimento de um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, que cercou o local e impôs a presença de um vigilante em tempo integral, além de compensação ambiental. Além disso, segundo S8, após o vazamento, a Celesc contratou uma equipe para monitorar essa área, por determinação judicial.

Segundo a opinião de S1 o vazamento do óleo ocorreu porque o local ficou ao descaso de seus responsáveis, sem vigilantes efetivos, o que acabou por permitir que fossem roubados itens primordiais para a segurança ambiental do local, gerando por consequência o desastre do vazamento do óleo, conhecido como ascarel. Foi consenso nesse segmento a inércia de ações voltadas à sustentabilidade do local e educação ambiental depois do desastre.

Segundo S1 não houve nenhum projeto, nem programas efetivos dentro da Universidade voltado para sustentabilidade e aplicado à Unidade Sul da Ilha, mais especificamente ao antigo CeFA.

O que existiu em relação à sustentabilidade, acrescenta S1, foi a tentativa de regularização das questões relacionadas com a reciclagem, compostagem e separação do lixo, essa iniciativa foi interna sem ter de fato um projeto institucional.

Segundo S10 quanto à sustentabilidade não há nenhum trabalho de cunho ambiental sendo implementado pela UFSC. D2 acredita que a área contaminada pelo óleo deveria ter sido recepcionada pela Universidade Federal, que poderia ter realizado pesquisas e estudos na área ambiental, envolvendo sua recuperação.

Conforme P3 há uma negligência institucional, já que existe o risco de que o ascarel continue poluindo o meio ambiente. Em sua opinião a instituição deveria seguir uma política ambiental de resíduos.

6.1.10 Mudança do CCA para o CEFA

Os roteiros feitos para os segmentos de conselho comunitário e terceirizados não abordaram essa categoria.

Não houve consenso de posicionamento dentro dos segmentos de atores sociais sobre a mudança integral do Centro de Ciências Agrárias para a Unidade Sul da Ilha ocupando a FER e o antigo CeFA. Diversas foram as percepções: alguns acreditam que seria a melhor opção para o CCA a transferência integral para a Unidade Sul da Ilha; outros possuem uma visão negativa e consideram essa opção utópica; outros creem que aulas esporádicas no local seriam suficientes.

Dos cinco alunos entrevistados participantes de diretórios acadêmicos, um deles, DA1, não apoia a ideia de transferir o CCA de maneira integral à Unidade Sul da Ilha – UFSC, pois acredita que os alunos ficariam muito mais afastados do que já estão das discussões que ocorrem dentro da UFSC Central. Ele ainda acrescenta que a Unidade Sul da Ilha poderia ser um espaço em que tanto estudantes, técnicos, como professores trabalhassem juntos e que o local fosse utilizado tanto para aulas quanto alojamentos.

Já quatro alunos participantes de diretório acadêmico de Zootecnia concordam que a melhor alternativa seria que o Centro fosse para a Unidade Sul da Ilha, principalmente o curso de Zootecnia.

A inferência feita em relação aos servidores é de que nem todos concordam que o CCA deva ir integralmente ao Sul da Ilha: (a) um deles, que foi administrador do local acredita que seria benéfico, pois traria mais visibilidade a FER/CCA; (b) para

outros dois há benefícios dessa mudança, mas possuem uma visão negativa e não acreditam que isso possa ocorrer efetivamente na prática; (c) oito servidores são mais positivos e acreditam nos benefícios dessa mudança; (d) outro servidor acredita que traria benefícios para o entorno, mas que na opinião dele a relação que existe entre a Universidade e as comunidades não mudaria, pois teria que existir uma mudança de mentalidade das pessoas; (e) há também a visão de outro servidor de que haveria sim benefícios no que concerne ao Centro de Ciências Agrárias, mas acredita que o espaço da Unidade Sul da Ilha é nobre demais para ser uma Fazenda.

Na opinião de S2 haveria um desenvolvimento tanto do entorno quanto dos progressos acadêmicos, mas teria que haver uma reestruturação total de infraestrutura. No entanto, não acredita que isso se concretizaria em curto ou médio prazo.

S4 ressaltou ainda que se fosse mantido esse modelo de gestão existente hoje na Universidade não haveria nenhuma alteração em relação à interação com a comunidade. Seria preciso mudar a consciência das pessoas e a compreensão sobre a relação da comunidade com a universidade.

Para S7 deveria haver um estímulo maior por parte da direção de centro para que os professores fossem para o antigo CeFA. Ele ainda ressaltava que enquanto não houver uma mudança total do curso para lá essas iniciativas vão acabar sendo pontuais e não globalizadas.

A mudança do CCA para o CeFA, segundo S8 proporcionaria a união entre os três pilares da Universidade: ensino, pesquisa e extensão. Essa já é uma prática realizada em diversas fazendas experimentais de universidades federais. Porém lembra que esse é um assunto polêmico e não pacificado entre alguns departamentos do CCA.

No que diz respeito aos cursos de ciências agrárias S9 acredita que seria a melhor estratégia mudar o CCA integralmente para a Unidade Sul da Ilha, mas no que diz respeito à vocação, ele acredita que o espaço do Sul da Ilha, ao lado de um aeroporto e de uma comunidade carente é nobre e estratégico demais para abrigar uma fazenda, devendo ser desenvolvidas outras iniciativas.

Entre os professores a opinião também ficou dividida: (a) quatro professores de seis entrevistados, possuem uma visão negativa sobre essa mudança – para um deles traria benefícios, mas a integralidade da mudança na opinião dele é algo

utópico; (b) para outro professor é inviável; (c) o terceiro professor acredita que é utopia transferir integralmente e o outro não crê que seria possível transferir todos os cursos, pois como no caso dos professores que trabalham disciplinas relacionadas com o processamento de alimentos para ele é mais coerente que continuem no campus do Itacorubi; (d) apenas dois professores entrevistados acreditam que essa mudança traria mais benefícios, uma delas, inclusive, ressaltou que não tem dúvidas em relação a isso.

Na perspectiva de P3, o curso de zootecnia deveria estar inteiramente na Unidade Sul da Ilha, entretanto, não há interesse da maioria dos professores. Para ele, há a sensação de que os técnicos da FER não querem essa mudança.

De acordo com a professora P1, se todo o CCA fosse para o CeFA seria ocupado somente a metade da Unidade Sul da Ilha, porque a outra metade ficaria a cargo da Reitoria. Ela não acredita que isso venha de fato a acontecer, pensa que seria benéfico, pois traria todo um aporte de pessoas, de serviços, de estrutura e geraria um potencial de desenvolvimento daquela área. Ela ainda acrescenta que uma mudança do CCA faria com que a relação com a FER fosse automaticamente estreitada, porque os cursos que usam a fazenda estariam próximos da sua área de atuação. Porém, ela ressalta dois pontos negativos: deslocamento e falta de restaurante universitário.

Na opinião de P2 a questão da mudança do CCA para o CeFA é bastante discutida e, na sua opinião, inviável, pois teria que ser construído um novo campus no local.

A possível mudança da estrutura do CCA para o CeFA, segundo P4 permitiria uma maior interação do centro com a Fazenda e essa interação poderia ser benéfica tanto para o desenvolvimento do entorno quanto para o desenvolvimento acadêmico

P5 ressalta que muitos professores, por interesses pessoais e comodidade de morarem perto do Itacorubi, se mantêm na inércia e não desejam que o CCA se desloque para o Sul da Ilha, deixando de lado a preocupação com a formação de seus alunos e o desenvolvimento de seus departamentos.

É proposto por P5 que Unidade Sul da Ilha possa vir a ser um pólo de desenvolvimento no Sul da Ilha, com cursos de formação de pessoas, de aprimoramento de suas qualidades tanto no que tange a formação técnica de pedreiros, carpinteiros, para trabalhar em hotéis e restaurantes, com ações voltadas

ao turismo e serviços, ou até mesmo para um colégio de aplicação, integrando tudo isso às carências e demandas do local.

Com relação à percepção da diretoria houve consenso a respeito de que: (a) essa mudança seria benéfica; (b) e que não haveria necessidade de que o Centro fosse em sua integralidade para o Sul da Ilha.

De acordo com D1, uma possível mudança da estrutura do CCA para o CeFA, permitiria uma maior interação do centro com a Fazenda e tal interação poderia ser benéfica tanto para o desenvolvimento do entorno quanto para o progresso acadêmico.

D2 acredita que não seja necessária a transferência integral dos cursos para a Unidade Sul da Ilha. Alguns cursos como o de agronomia e zootecnia, poderiam ter suas fases profissionalizantes, finais, ou no mínimo, 50% do curso inteiramente na FER e isso proporcionaria desenvolvimento da fazenda e melhor utilização e vocação dos cursos. Ele ainda acrescenta que a contribuição da equipe da FER é essencial para o desenvolvimento do CeFA.

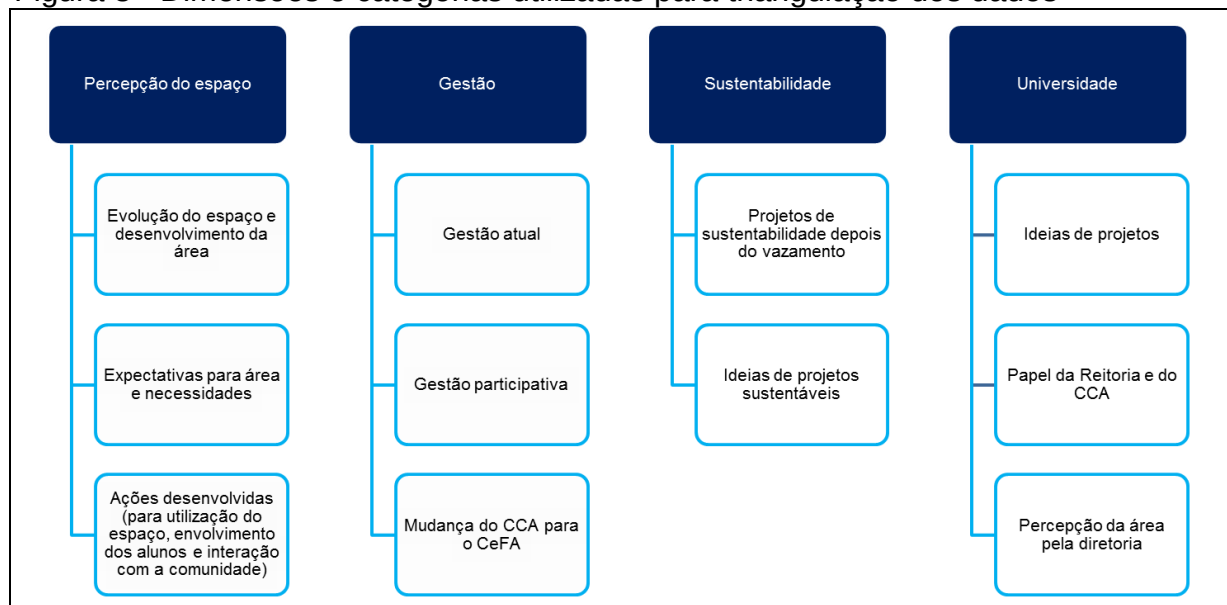
6.2 RESULTADO E ANÁLISE

O presente trabalho analisou, sob uma perspectiva interpretativista, a atual situação da Unidade Sul da Ilha – UFSC a partir da triangulação de dados obtidos nas diversas etapas da pesquisa. Como nem todas as categorias de análise desta pesquisa foram abordadas nos documentos oficiais emitidos pela UFSC, foi levado em consideração o que foi abordado nas entrevistas e nas observações feitas.

Conforme já feito na apresentação dos dados coletados, a apresentação da análise e resultados também se utilizou das quatro dimensões, que foram: Percepção do espaço; Gestão; Sustentabilidade; e Universidade, que por sua vez se dividiram em categorias de análise conforme apresentado na Figura 8. Optou-se por analisar as dimensões, e não as categorias isoladas, pois muitas delas estão amplamente relacionadas entre si, dificultando sua segmentação.

Destaca-se ainda, antes de se iniciar a análise de cada uma das dimensões, que a constatação que mais chamou a atenção foi a da falta de conformidade entre o que foi dito pelos entrevistados a respeito das diversas categorias, e as expectativas dos atores envolvidos em relação à efetiva implementação de ações e projetos por parte da instituição.

Figura 8 - Dimensões e categorias utilizadas para triangulação dos dados



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Tal falta de consonância nas ideias e expectativas pode ser explicada, conforme Bernheim e Chauí (2008) por serem as universidades instituições sociais que manifestam de alguma forma a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo, onde há diversas opiniões, projetos e atitudes conflitantes e que espelham os fragmentos e contradições da sociedade.

Tanto é assim que, dentro da universidade como instituição, encontramos opiniões, projetos e atitudes conflitantes, que refletem as divisões e contradições da sociedade como um todo. Uma universidade enclausurada expressa o modo como determinada sociedade concebe o saber; uma universidade militante expressa o modo como uma parte de determinada sociedade pretende que o saber esteja a serviço de determinadas políticas. Da mesma forma, uma universidade funcional e operacional, que forma mão-de-obra especializada para o mercado de trabalho, espelha uma sociedade que considera o mercado como a *ratio* última da vida social. Por outro lado, uma universidade que considera o saber pelo prisma do direito do cidadão, faz o que pode para refrear a despersonalização e valoriza a democratização, reflete uma sociedade em que os valores democráticos da cidadania são imperativos éticos e políticos da vida universitária (BERNHEIM; CHAÚÍ, 2008, p. 18).

Destacada e explicada tal discrepância, se passará a análise das dimensões a continuação.

6.2.1 Percepção do espaço

Nesta dimensão estão inseridas as categorias evolução do espaço e desenvolvimento da área; expectativas para a área e necessidades; ações desenvolvidas (para utilização do espaço, envolvimento dos alunos e interação com a comunidade).

Foi consenso entre os quarenta entrevistados de que a antiga área do CeFA está atualmente sendo subutilizada pela Universidade, que tem feito intervenções mínimas e pontuais desde a oficialização em 2014 do Termo de Cessão. Tal informação é corroborada pelo Relatório Técnico (2014), que ressalta a falta de manutenção preventiva e corretiva nas edificações do CeFA, assim como soluções improvisadas feitas e que não estão de acordo com a legislação vigente.

Destaca-se a percepção dos funcionários terceirizados, muitos deles moradores da Tapera, conhecedores do contexto do local e que o vivenciam, os quais possuem uma visão extremamente crítica da atual situação do antigo CeFA e da depreciação e descaso da UFSC em relação aos seus cuidados e manutenções.

Também cabe ressaltar que em todos os segmentos entrevistados, se a pessoa conhecia o CeFA com anterioridade a sua incorporação pela UFSC, houve unanimidade em manifestar que quando pertencia à Celesc, no auge de seu funcionamento, era uma referência nacional na prestação de cursos técnicos. No entanto, quando a UFSC iniciou suas atividades, o espaço já estava em situação de abandono, passando por diversos furtos e depredações.

A percepção também foi unânime ao afirmar que o desastre do vazamento ocorrido no final de 2012 prejudicou ainda mais o andamento das intervenções feitas pela UFSC. Logo após este evento, foi recomendado que se finalizasse todas as atividades no local, aumentando a depreciação e descuido do bem público.

Compreendeu-se também que muitos dos atores entrevistados possuem um sentimento de apego ao local, um sentimento de pertencimento, o que, segundo Rodríguez e Suárez (2014), permite que se desenvolvam valores e capacidades que impulsionam compromissos individuais e coletivos nas comunidades.

Além disso, Franco (2003) complementa que a localização é a perspectiva objetiva da revolução do local e seu aspecto subjetivo é a existência de uma crescente variedade de agentes, que são conectados em rede e dedicados a promover movimentos de resistência e de geração de identidade, percebida no caso concreto nas entrevistas feitas com pessoas que conheceram o CeFA em seu auge e que possuem um sentimento de apego ao local.

A percepção da maior parte dos professores sobre as expectativas para o local foi extremamente negativa. Para alguns dos professores essa expectativa negativa é decorrente dos insucessos das tentativas de uso que esbarraram nas burocracias institucionais. Esta percepção foi colaborada pelos servidores, pois, não se consegue colocar em prática nada que almejam.

O entendimento de que existe a necessidade de espaço para se desenvolverem ações que estimulem a prática dos cursos do CCA, e que tal problema poderia ser solucionado com ações e projetos desenvolvidos na Unidade Sul da Ilha, foi amplamente referendado pelos entrevistados. No entanto, com a falta de iniciativas e intervenções efetivas no local, parte dos atores entrevistados possui uma percepção negativa do local e não consideram que algo possa ser realizado no curto prazo devido a inúmeras razões, como: a situação financeira da instituição; a falta de legitimidade na gestão; e a ausência de definição sobre a divisão do CeFA.

Tal falta de iniciativas é um contrassenso em relação à compreensão que os autores La Jara, Fontecilla e Troncoso (2006) possuem em relação às universidades, que podem difundir ações e colocar em prática um conjunto de princípios e valores gerais e específicos de responsabilidade social universitária, por meio de quatro pilares considerados essenciais: gestão, docência, pesquisa e extensão universitária. Para os autores, esses pilares fazem com que a universidade venha a se comprometer do ponto de vista social, com a própria comunidade universitária, com o contexto ambiental em que está inserida.

Também se observou a unanimidade em todos os segmentos quanto às ações desenvolvidas para utilização do espaço até o presente momento. O entendimento dos entrevistados é que foram iniciativas isoladas, pontuais e desintegradas do CCA, o qual deveria ser um dos principais envolvidos com a área, uma vez que foi prejudicado com a cessão de terras para a ampliação do aeroporto. Tais ações em nada impactam no fortalecimento da responsabilidade social universitária, que deveria ser o âmago das ações desenvolvidas.

Há muitas demandas dentre os segmentos entrevistados e a questão da proximidade com uma comunidade com diversas reivindicações nas mais variadas áreas: ciclo de palestras e ações que integrem crianças, adolescentes e idosos, voltadas às questões ambientais e ações relativas à mitigação de problemas de violência e tráfico de drogas, corroboram com o fato de que, mesmo com essas reivindicações, não são feitas iniciativas para atenuar as necessidades sociais.

De acordo com o Relatório Técnico de 2014, que teve como objetivo verificar as edificações para adequá-las às condições mínimas necessárias ao uso, foi observada a falta de manutenções preventivas e corretivas, especialmente nas instalações do CeFA, a qual foi corroborada pelos dados obtidos com os entrevistados.

Segundo o Relatório Preliminar de Utilização do CeFA (2014) algumas dependências já foram utilizadas: alojamentos; auditório; torre e central de comunicação; guarita de segurança; duas salas de aula; etc. Especificamente sobre o uso dos alojamentos, o Relatório complementa que diversos estudantes ficaram alojados de maneira emergencial, em precárias condições e de maneira sazonal.

Em relação ao envolvimento com alunos e comunidades, a visão dos atores envolvidos é pessimista. Da análise se depreendeu que este pessimismo não queria dizer efetivamente que eles não apoiavam essa interação, mas que não enxergavam que esses projetos seriam factíveis no curto prazo.

Neste sentido, corroboramos com Bernheim e Chauí (2008, p. 18) que acreditam que

[...] uma universidade que considera o saber pelo prisma do direito do cidadão, faz o que pode para refrear a despersonalização e valoriza a democratização, reflete uma sociedade em que os valores democráticos da cidadania são imperativos éticos e políticos da vida universitária. A relação interna ou expressiva entre a universidade e a sociedade é a que, ademais, explica o fato de que a universidade pública sempre foi, desde o início, uma instituição social. Isto é, uma ação social, uma prática social baseada no reconhecimento público da sua legitimidade e das suas atribuições, fundada em um princípio de diferenciação que lhe assegura autonomia com respeito a outras instituições sociais.

No que se refere à percepção dos discentes quanto à utilização da área, os entrevistados, em geral, afirmaram sentir falta de estar e vivenciar mais tempo na Fazenda, de ter aulas unindo a teoria aprendida em sala de aula com as práticas que poderiam ser desenvolvidas no local. Acreditam que o espaço da Unidade Sul da Ilha agregaria muito aos cursos de ciências agrárias, por meio do desenvolvimento de projetos, aproximando-os das comunidades e das atividades fins dos cursos, que atualmente possui um alto nível de evasão de estudantes. Em sua grande parte, os discentes entendem que isto se deve ao fato de que os cursos não possibilitam a vivência dos alunos nas questões práticas em seus currículos, se

demonstrando como uma deficiência quando esses formandos são inseridos no mercado de trabalho.

Fernandes e Azevedo (2017) ressaltam que a evasão é um problema que precisa ser mitigado, pois se constitui numa perda de recurso investido que não é recuperada, o que nas instituições públicas pode ser considerado uma má aplicação do erário. Se os cursos de ciências agrárias tiverem a possibilidade de integrar mais seus alunos aos casos concretos inerentes a sua formação, esse índice de evasão pode vir a ser minorado.

Observou-se finalmente que grande parte dos entrevistados concorda com a relação entre a Unidade Sul da Ilha e as comunidades do entorno e que essa deve ser uma prioridade para as propostas de ações a serem desenvolvidas, buscando a melhora na qualidade de vida dos moradores, propiciando que haja sustentabilidade e desenvolvimento local.

Parte dos entrevistados ainda acrescenta que o local tem grande importância territorial para a universidade, limítrofe de uma comunidade carente, ao lado de um aeroporto, numa área de amplo crescimento que é o Sul da Ilha e que ainda possui grandes responsabilidades perante a sociedade. Complementa-se ainda que, no cerne das atribuições da universidade, ela pode oportunizar o fomento do desenvolvimento da área, pois as ações executadas dentro da instituição passam a refletir externamente. A partir do momento que essas iniciativas se multiplicarem, poderá haver aumento do fluxo de alunos, maior demanda para os restaurantes, mercados, agências bancárias dos arredores e possibilidade de aumento na geração de empregos e renda para a comunidade.

Santos (2010, p. 12), portanto acredita que a extensão é uma forma que a universidade tem de se relacionar com a comunidade em que está inserida, “[...] é uma espécie de ponte permanente entre a universidade e os diversos setores da sociedade”. Reis et al. (2014) complementam que a universidade pode propor maneiras de auxiliar as comunidades nas problemáticas vividas, por meio de atividades extensionistas, transferindo conhecimento para a comunidade externa, promovendo o desenvolvimento e a mudança social e acarretando numerosas vantagens ao meio acadêmico.

6.2.2 Gestão

A dimensão gestão levou em consideração as categorias: Gestão atual; Gestão participativa e Mudança do CCA para o CeFA.

De acordo com as entrevistas, a documentação analisada e a observação não participante depreendeu-se que não há efetivamente uma administração própria para a Unidade Sul da Ilha. No momento, o que existe é a Administração da FER e Secretaria de Esportes da UFSC que estão instaladas no CeFA e por isso respondem por questões pontuais, mas não possuem a legitimidade para administrá-lo e, conseqüentemente, não têm autonomia de decisão. A tomada de decisão é centralizada no Gabinete da Reitoria, causando a morosidade nos processos, burocracia excessiva e falta de assistência facilitada aos atores envolvidos.

Validando essa inferência, o Relatório Preliminar de Utilização do CeFA ressalta a não definição da subordinação legal, nem da unidade responsável para gerir os conflitos de interesses e da ocupação ordenada, além de não haver uma unidade responsável pelo gerenciamento dos recursos financeiros.

Além disso, as trocas de gestão tanto da Reitoria quanto das Diretorias de Centro e Chefias de Departamento muitas vezes modificam completamente as visões sobre determinados assuntos e prejudicam a perenidade das decisões, no que se refere à forma de ocupação e ao modelo de gestão.

Segundo Vallaey (2006), caso não exista uma “instituição ponte” que possa atuar entre a sociedade civil e a administração da “coisa pública”, capaz de atuar em prol de educar o cidadão, o próprio paradigma da democracia representativa fica em perigo, ou seja, deve existir uma instituição, um lugar para formação e autoaprendizagem que incite o debate público e a expressão pacífica, das problemáticas sociais e políticas. O autor acrescenta que se faz necessária a existência de um espaço de formulação de propostas de progresso social consensual, que possua papel fundamental de mediadora das tensões sociais, por intermédio da reflexão, da argumentação e da descoberta de elucidações adequadas ao desenvolvimento equitativo e sustentável.

As instituições de ensino superior, por suas competências e aptidões, possuem a capacidade ideal de ser essa “instituição ponte” atuante na democracia entre sociedade civil e República fomentando a participação cidadã. Entretanto, na

prática, esse protagonismo nem sempre se efetiva pelos hábitos já enraizados dentro das universidades. É o que se constata na UFSC, onde os atores em geral não são ativamente participativos, são sempre os mesmos, dispostos a representar seus segmentos em conselhos e comissões e nem sempre representam de fato as vontades gerais, tendo por consequência que algumas das decisões tomadas nos órgãos não são efetivadas e perenizadas.

A maior parte dos entrevistados concordou com a possibilidade de um processo deliberativo participativo, agregando os principais atores sociais envolvidos. Entretanto, pelos modelos de gestão culturalmente instalados dentro da UFSC e pela percepção feita de que nem todos os participantes do processo estão efetivamente incluídos, uma gestão compartilhada para o local envolvendo, por exemplo, a comunidade externa da instituição, só se efetivaria de fato em longo prazo, através de um processo de tentativa de se instalar na universidade uma gestão mais participativa. O que se depreendeu é que a gestão intercentros seria mais factível no curto prazo e poderia se basear nos moldes dos órgãos de representação já existentes, como os conselhos de unidade, para a sua concretude.

Muitas vezes a não priorização da vertente social se deve ao fato de que a universidade não consegue romper com a tutela empresarial e financeira, uma vez que o saber se transformou em força produtiva, inseparável dos fluxos mundiais de capital (BERNHEIM; CHAUI, 2008, p. 19), resultando assim no sucateamento das ações coletivas dentro das instituições de ensino superior voltadas ao empoderamento cidadão e ao desenvolvimento local das comunidades dos seus arredores.

Uma das inferências feitas em relação ao segmento de terceirizados é de que sua origem muitas vezes humilde, não permite que eles entendam efetivamente seu papel participativo dentro do contexto onde vivem. Assim, não fazem muitas sugestões sobre o que poderia ser feito, pois diversas vezes não possuem alicerces para basearem seus anseios, não se sentindo parte do todo, e nem sendo questionados pela Universidade sobre suas opiniões. Além disso, sendo em sua maioria moradores do local, creem que o local poderia ser aberto para a comunidade em geral, principalmente para eles que trabalham ali e suas famílias. Tal fato é corroborado por Pateman (1992) que ressalta que as pessoas só compreendem e se interessam por assuntos dos quais têm prévia experiência pessoal, ou por ideias que conseguem formular para si.

Para que de fato haja o incentivo de práticas de desenvolvimento local sustentável deve existir a participação efetiva dos segmentos envolvidos e cabem às universidades fomentar e promover discussões. Além disso, elas devem conduzi-las e enriquecê-las, suscitando ao público cidadão, meios para que se informe, conduza e julgue essas reflexões (VALLEAYS, 2006). Tendo isso, a UFSC, neste caso concreto, deveria criar subsídios para que os envolvidos na temática pudessem debater a questão da utilização do CeFA, embora na prática não seja o que efetivamente acontece.

Em relação aos diretores, estes afirmam apoiar todos os interessados em desenvolver projetos lá, mas no contexto vivido atualmente pela universidade e sem recursos financeiros próprios, acreditam que não há como concretizar na prática essas propostas de projetos.

Inferre-se da análise que há consenso quanto à universidade priorizar o coletivo, e que nesse sentido deveria haver uma política maior de incentivo àqueles que participam. Concordam que na teoria funcionaria bem a gestão compartilhada, entretanto manifestam que na prática, conhecendo o contexto e os atores, surgem diversos problemas: dificuldades do dia-a-dia no momento que efetivamente as coisas devem ser feitas, como a gestão das pessoas (alunos, professores, servidores técnicos administrativos); e motivação dos grupos para o trabalho.

Neste sentido, as ideias discutidas na comissão realizada pela UFSC apoiavam que houvesse um grupo gestor no qual existissem lideranças, participando e votando, como o Prefeito da PU; PRAE: Pró-Reitor ou Pró-Reitor Adjunto; Gestor da Segurança. Já a operacionalização das ações, segundo discussões da comissão, seria de quem estivesse mais próximo do local, ou seja, seria daqueles que são os maiores interessados (servidores, administradores, coordenadores técnicos e pedagógicos da FER), sendo o mais horizontal possível. No entanto essa ideia não se concretizou, corroborando com o fato de que mesmo havendo vontade esses processos de participação nem sempre se efetivam.

Não houve unanimidade, no entanto, na opinião dos professores entrevistados em relação à gestão compartilhada. Três professores acreditam que seria possível esse modelo de gestão (P2, P3, P4). Um dos professores apoia esse modelo de gestão, mas acredita que existiriam dificuldades (P5), outro (P1) acredita que na prática não seria possível, e por último P6 pensa que esse tipo de gestão seria utópico.

Vallaey (2006, p. 51) acrescenta que um dos espaços mais oportunos para a formação dos cidadãos, tornando-os informados, capazes de opinar e dialogar, militantes e com raciocínio para a tomada de decisão é a universidade, que segundo ele “[...] é um espaço privilegiado para a formação cidadã, para o enriquecimento da capacidade de reflexão e de tomar decisões de forma sensata”.

Muitas vezes percebeu-se que se está enraizado o clientelismo existente dentro da universidade, onde lideranças muitas vezes persistem com uma minoria inoperante de executores por medo de não se reelegerem em cargos de chefia e diretoria. O pagamento é efetuado por meio de cargos, mantendo a inércia, impossibilitando o progresso de ações que beneficiariam as atividades fins da instituição: o ensino, a pesquisa e a extensão.

De acordo com Peixoto (1997) o retrospecto da estrutura organizacional da universidade brasileira é num cenário de relações de poder, de forças, que interagem tanto interna quanto externamente à universidade. Internamente são as relações de poder que se relacionam às questões voltadas à centralização e à descentralização no processo de decisão, e também ao significado da democratização dos processos decisórios internos à universidade. Já externamente são as relações de poder que se relacionam à autonomia nas relações com o governo federal, no caso das instituições públicas, e nas relações com as mantenedoras, no caso das instituições particulares. Ainda para a autora, nesse contexto é fundamental que se dialogue sobre as questões inerentes à estrutura atual das universidades, repensando e reelaborando as relações de poder no que diz respeito principalmente à democratização, à representação, à participação.

Peixoto (1997) ressalta algumas das problemáticas existentes dentro de instituições de ensino superior como: decisões colegiadas podem se efetivar e se sobrepor a decisões da diretoria, demonstrando a existência de poderes paralelos não previstos na legislação; a departamentalização excessiva, permitindo a manutenção de feudos dentro dos departamentos, garantindo, através do caráter formal da estrutura departamental, a sobrevivência de situações individualizadas de poder; individualismo docente; clientelismo acadêmico; situações de desequilíbrio no processo decisório, e perpetuação da manutenção do processo decisório nas mãos de uma “aristocracia universitária”; o excessivo número de instâncias hoje existentes, destinadas à tomada das decisões acadêmico-administrativas dentro da universidade que tem como consequência o grande número de professores

envolvidos em atividades administrativas, significando o investimento de um excessivo número de horas de trabalho docente neste tipo de atividade, além da desconcentração de tarefas.

Finalmente em relação à mudança do CCA para o CeFA, além de elemento de melhor formação para os estudantes, poderia implicar numa maior sensibilização dos mesmos com os problemas sociais do entorno, neste sentido, para efetivação das ações de desenvolvimento local propostas se faz necessária a sensibilização dos atores envolvidos. E conforme Pinto (2008, p. 10742) implicaria na concretização da responsabilidade social universitária, oportunizando que a universidade se comprometa de maneira diversa com a formação ofertada aos seus alunos,

[...] especialmente no que se refere à sensibilização, para que eles enxerguem os problemas sociais que os rodeiam. Isto será possível na medida em que os professores tiverem uma postura aberta à troca com os seus alunos, para que estes se sintam capazes de integrar as iniciativas de responsabilidade social da universidade.

Este pensamento respalda que as ações sejam trabalhadas de maneira compartilhada entre os *stakeholders* do processo.

A mudança do CCA integralmente para a Unidade Sul da Ilha possibilitaria ainda que a UFSC exercesse seu papel de agente social de mudanças, proporcionando um progresso tanto dos acadêmicos quanto do entorno, aumentando tanto o fluxo de pessoas como o fluxo econômico. Entretanto, não houve consenso entre os segmentos da mudança do CCA integralmente para a Unidade Sul da Ilha sendo diversas as percepções dos atores entrevistados.

6.2.3 Universidade

Nesta dimensão foram consideradas as categorias: Papel da Reitoria e do CCA; Percepção da área pela diretoria.

No contexto geral, parcela dos entrevistados acredita no protagonismo da Reitoria para o desenvolvimento do CeFA, pois as intervenções dependem da vontade política da gestão e de recursos financeiros. Alguns entrevistados consideram que seu papel deve ser de apoiadora, fomentadora das discussões de

uso e sensibilizadora no desdobramento de ações, principalmente devido ao cenário financeiro atual.

O Relatório da Comissão (2014) realizado pela UFSC recomenda ainda que a Reitoria tome decisões em relação aos tipos de uso que deseja fazer do espaço, como: estudos referentes à situação atual das edificações, demarcação dos limites de quem são os responsáveis por cada uma das partes, estudos referentes à caracterização do solo e subsolo para definição das suas aptidões e ainda definição das áreas que terão uso restrito e áreas com uso aberto à comunidade.

No entanto, as mudanças de gestão no decorrer dos anos, aliada às diferentes visões sobre o local, tiveram como produto mudanças de direcionamento do que seria feito no local, além da não perenidade das ações e dos modelos de gestão adotados para a Unidade Sul da Ilha. Além disso, em parte dos entendimentos, a Reitoria deveria: estimular iniciativas individuais para utilização e desenvolvimento da área; definir o que será feito; incentivar ações de revitalização e de sensibilização.

Já com relação ao papel do CCA para o desenvolvimento do local e utilização do CeFA a divergência de opiniões foi maior. No entanto, mesmo sem ter a legitimidade e devido a sua proximidade com o espaço, ele já ocupa papel de destaque por meio do apoio e manutenções dados no dia-a-dia.

As mudanças nas gestões da diretoria do CCA também influenciaram nos direcionamentos dados ao local, causando a contínua descontinuidade administrativa nas ações e no modelo de planejamento e de administração para o espaço.

De acordo com Spink, Clemente e Keppke (2001) essa descontinuidade é vista como um momento em que todas as atividades e programas são interrompidos devido às trocas de gestão. É uma concepção que traz o conceito de que para o novo se estabelecer é necessário ignorar o anterior.

A descontinuidade das políticas públicas educacionais está vinculada ainda a fragmentação de ações referentes aos processos políticos sucessórios, articulações políticas e rupturas no processo de financiamento da educação (COUTO, 2015).

Com base nisso, no decorrer das mudanças de gestão, a percepção da área pelas diretorias se alterou. Para a gestão atual, ela é considerada estratégica para o CCA, no entanto, no curto prazo esta área não está no planejamento e nos planos

do centro para o desenvolvimento de atividades na Unidade Sul da Ilha. Para que esse *status quo* seja alterado as intervenções devem partir de iniciativas individuais.

6.2.4 Sustentabilidade

Na dimensão sustentabilidade levaram-se em consideração as seguintes categorias: Projetos de sustentabilidade depois do vazamento; Ideias de projetos sustentáveis.

Foi consenso entre os entrevistados de que não foi realizada nenhuma ação nem pela UFSC nem pela Celesc no que diz respeito à sustentabilidade. Especificamente em relação à questão ambiental, o que existiu na época do desastre ambiental ocasionado pelo derramamento do óleo foi um termo de compromisso de ajustamento de conduta, cercando o ambiente, com a presença de vigilante em tempo integral. Existiu também a compensação ambiental aos produtores de mariscos, ostras, berbigão, que não puderam vender seus produtos por um determinado tempo, o que prejudicou a geração de rendas desses produtores.

Outra crítica feita tanto ao CeFA quanto à FER é a inexistência de uma comissão de meio ambiente, que trate de assuntos como a política de resíduos para o possível risco de que o ascarel continuar poluindo e para o uso de agrotóxicos utilizados pela FER em algumas de suas plantações.

Sobre as ideias de ações voltadas à sustentabilidade que poderiam ser desenvolvidas no espaço, além das sugestões feitas pelos entrevistados já citadas, o Relatório Preliminar (2014) complementa que essas ações devem considerar ainda o protagonismo da universidade na produção de conhecimento, formando futuros profissionais para o mercado e para a sociedade, devendo ser reconhecida como um modelo a ser seguido, com respeito às leis e aos regulamentos, prezando pelo bem estar e segurança dos estudantes e funcionários.

Nem sempre os entrevistados moradores da comunidade puderam sugerir iniciativas do que poderia ser feito no local, demonstrando uma falta de iniciativa ou uma falta de conhecimento em saber sobre a sua importância em participar das decisões da comunidade em que vivem. Faltam iniciativas que proporcionem o seu empoderamento por meio da fundamentação do conhecimento para o embasamento de proposições de ações para resolução das problemáticas da comunidade.

No entanto os entrevistados que fizeram propostas para utilização do espaço sugeriram o incentivo de ações como: eventos culturais, esportivos e de lazer para as comunidades do entorno; hortas comunitárias; projetos de extensão envolvendo os conceitos de agricultura orgânica, urbana, reciclagem, equoterapia; compostagem; cursos diversos voltados à comunidade, como de educação ambiental, para capacitação profissional.

O Relatório Preliminar (2014) ainda acrescenta os fatos de que o CeFA é limítrofe de um bairro com diversos problemas sociais, que já passou por problemas ambientais e tem uma comunidade local com expectativas em relação à UFSC do uso do espaço de forma sustentável, de forma que proporcione um maior desenvolvimento e que ainda a aproxime da cultura, lazer, educação e segurança.

Acrescenta-se ainda a demanda junto a UFSC para desenvolver projetos, sugerindo que seja feito um amplo planejamento para a ocupação do CeFA, realizado por uma comissão multidisciplinar, levando em consideração os interesses da UFSC integrados às demandas da sociedade, com atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão orientadas aos problemas sociais e ambientais.

Além disso, de acordo com o Relatório (2014) existe a necessidade da realização de um projeto arquitetônico e urbanístico com particularidades em direção à sustentabilidade, ao respeito ao meio ambiente, à preservação das espécies nativas e à cultura local.

Com base, na análise feita é que se propõem as ações que se seguem.

7 PROPOSTA DE AÇÕES

Buscou-se com a realização deste estudo relatar a real situação da Unidade Sul da Ilha - UFSC através da realização de um diagnóstico pautado na percepção de alguns atores sociais envolvidos. A partir dos seus resultados evidenciaram-se as principais necessidades relativas tanto das melhorias e da manutenção da infraestrutura, quanto das demandas dos gestores do espaço, dos profissionais da UFSC e das comunidades localizadas no entorno da Unidade.

Considerando o grande potencial da localidade fundamentado ainda pelo diagnóstico pretendeu-se elaborar uma relação de propostas que poderiam ser implementadas na referida área, em ordem à efetivação de projetos e alternativas para a utilização e aproveitamento do espaço com ações que envolvessem todos os atores sociais partícipes da universidade, propiciando uma educação de qualidade que contribua para a construção de pessoas humanizadas; profissionais competentes, éticos e comprometidos com a comunidade em que vivem.

Tais propostas objetivam, sempre com o viés do desenvolvimento sustentável, proporcionar uma oportunidade de utilização mais eficiente e eficaz para esta unidade e seu entorno, fomentando ações, experiências e práticas que possam ser implementadas por meio de uma gestão participativa ou de projetos individuais, departamentais ou inter-centros da instituição, e que permitam aperfeiçoar não só as competências da universidade para criar, transmitir e disseminar o conhecimento, como colaborar para uma atuação da universidade socialmente responsável que proporcione a transformação social do conjunto da sociedade.

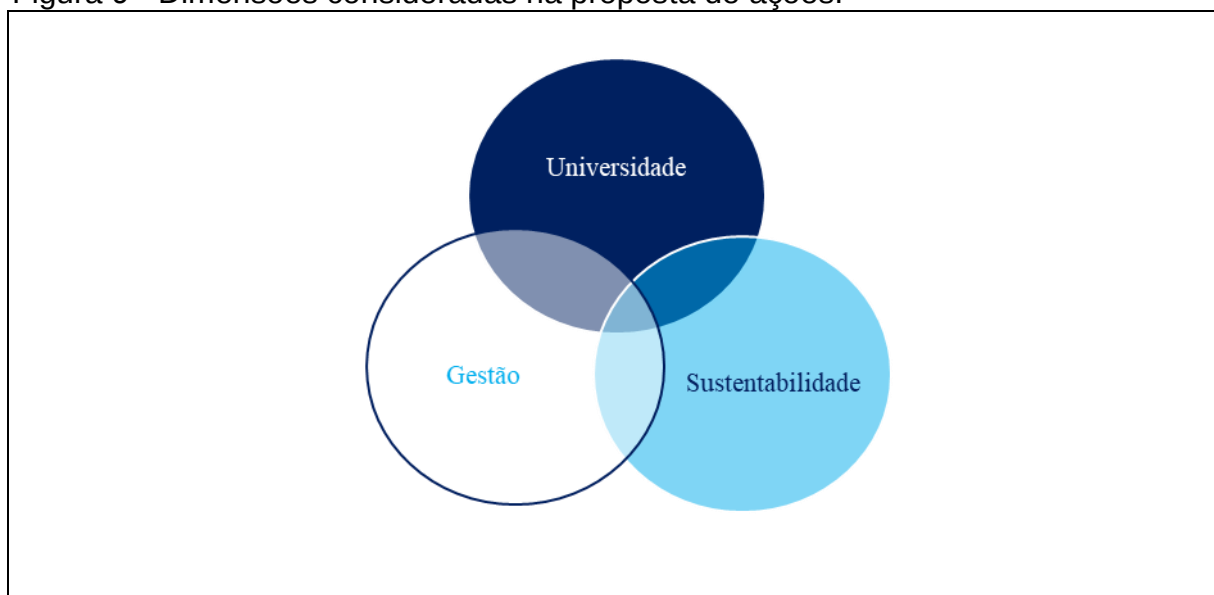
Neste sentido, partindo da triangulação dos dados obtidos na pesquisa documental e bibliográfica, com os resultados da análise, do tratamento dos dados e das informações coletadas resultantes do diagnóstico realizado, se entende haver alcançado o objetivo geral deste estudo com o estabelecimento de propostas de ações para o desenvolvimento local sustentável na Unidade Sul da Ilha – UFSC, conforme se apresenta a continuação.

As propostas apresentadas em consonância com o papel da universidade, gestão participativa, atividades de extensão e desenvolvimento local sustentável, evidenciam a necessidade da busca por alternativas para a utilização e

aproveitamento do espaço, com ações que envolvam a comunidade, os gestores do espaço e os demais atores sociais que integram e vivenciam a universidade.

A continuação detalharemos cada uma das propostas de ações que poderiam ser implementadas pela UFSC atendendo às quatro dimensões consideradas neste estudo: percepção do espaço, universidade, gestão e sustentabilidade. Ressalte-se que as inferências foram feitas a partir das análises documentais, bibliográficas e dados coletados com os atores sociais para a elaboração do diagnóstico e que a dimensão percepção da evolução do espaço permeava a dimensão universidade, pela interdependência das ações para sua efetivação prática, com o qual as propostas de ações desta dimensão estão contidas na dimensão Universidade. Conforme a Figura 9 as recomendações de ações levaram em consideração as dimensões universidade, gestão e sustentabilidade, que em muitos momentos estão amplamente relacionadas entre si.

Figura 9 - Dimensões consideradas na proposta de ações.



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Sendo assim, na continuação seguem as propostas feitas pela autora, iniciando pela dimensão universidade.

7.1 UNIVERSIDADE

Para que a universidade possa de fato desempenhar seu papel social e ser socialmente responsável primeiramente deve promover iniciativas para a utilização

do espaço, buscando sua máxima utilização, assim como quando pertencia à Celesc, por meio das seguintes propostas (a, b, c, d, e, f, g):

a) Prioritariamente deve ser promovida a revitalização do espaço, assim como corroborado pelo Relatório Técnico da Comissão de Trabalho (2014), que sugere que seja feita uma análise das condições reais das edificações do local, bem como propõe, inspeções prediais com profissionais habilitados pelo IBAFE – Instituto Catarinense de Engenharia de Avaliações e Perícias e com experiência comprovada, segundo os critérios que constam na Norma de Inspeção Predial Nacional IBAPE de 2012. Tal iniciativa já se iniciou por meio do projeto do PET de Engenharia Civil da UFSC.

Em posse do Relatório das Condições da análise devem-se buscar as manutenções necessárias para adequação das edificações aos novos usos, para que passem a ser utilizadas no curto, médio e longo prazo, como por exemplo: salas de aula, espaços de convivência, restaurante universitário, auditórios.

Além desse Relatório, conforme sugestão do Memorando nº 595/2012/DPAE, deverá ser feito ainda um levantamento topográfico, para que seja feita a demarcação dos limites, conforme consta na escritura pública em nome da UFSC. Recomendam-se também sondagens e levantamentos para caracterização do solo e subsolo, buscando a definição das reais aptidões do local para efetivar as suas possíveis utilizações.

b) A outra recomendação feita na dimensão da universidade é a transferência de alguns cursos do CCA para a Unidade Sul da Ilha, o que proporcionaria que a instituição preservasse e criasse o capital social do saber e do pensamento, por meio da reflexão e da pesquisa interdisciplinar, difundindo-o por diversos caminhos:

Formação de intelectuais e profissionais; apoio ao planejamento de políticas públicas, de iniciativas particulares relacionadas ao desenvolvimento; atendimento às necessidades do movimento social e cultural dos diferentes segmentos, para que se torne de fato eficaz sua missão de colaborar para o desenvolvimento sustentável e melhoria do conjunto da sociedade. (LA JARA; FONTECILLA; TRONCOSO, 2006, p. 62)

Além disso, segundo os autores ainda tal mudança intentaria o atingimento de uma universidade socialmente responsável, por meio da formação de pessoas altamente qualificadas, íntegras e totalmente comprometidas com os valores que

ativamente defendem, difundem e que enxergam sua formação profissional como uma possibilidade de servir aos demais e que na qualidade de cidadãos, contribuem para a construção da sociedade e respondem de forma criativa às demandas. Neste sentido tal transferência possibilitaria que os discentes se relacionassem de maneira direta em projetos que envolvam as comunidades do entorno e externa, aplicando o conhecimento adquirido em sala de aula ao caso concreto, e concomitantemente desenvolvendo habilidades cidadãs.

A percepção geral dos discentes confirma a proposta, pois de acordo com os entrevistados eles sentem falta de aproveitar a área da Fazenda com aulas práticas, o que agregaria imensamente ao curso e ainda possibilitaria o desenvolvimento de projetos que possibilitassem uma aproximação da comunidade.

Os acadêmicos acreditam que quanto mais tempo passarem dentro da Unidade Sul da Ilha, mais poderão contribuir com as comunidades do entorno, sendo de suma importância que mais professores ministrem aulas no local, trazendo seus aparatos de laboratórios, de aulas, de fluxo de alunos. Acrescentam ainda que seria possível o desenvolvimento de ações voltadas ao modelo das escolas agrícolas.

Agindo como uma universidade socialmente responsável a instituição incentivaria nas equipes de docentes e de alunos o ensejo de prestar serviços a pessoas e grupos sem condições de alcance aos benefícios do desenvolvimento, educando para o exercício da cidadania e participação ativa na sociedade e ainda abrindo espaço para as mudanças, valorizando e incorporando o conhecimento e as experiências do entorno, fomentando espaços para debates no cerne da instituição (LA JARA; FONTECILLA; TRONCOSO, 2006).

Nesse contexto o que se busca com a proposta de ações é confirmado por Vallaeys (2006), que diz que o novo contrato social entre universidade e sociedade deve buscar: a responsabilidade social da ciência, em que a sociedade democrática poderá recuperar o poder sobre a produção e o uso do saber tecnocientífico, agora ligado às problemáticas da sociedade; a formação visando à cidadania democrática de todos os atores sociais e a capacitação para o desenvolvimento, no caso específico o desenvolvimento local sustentável.

O autor ainda complementa que cabem às universidades, por intermédio do seu duplo papel de produtora de ciência e educadora do indivíduo, articular esforços com a sociedade civil, as empresas e o setor público. (VALLAEYS, 2006).

Neste sentido buscou-se extrair das entrevistas as principais demandas feitas pelos atores envolvidos nas propostas de ações para promoção do desenvolvimento local sustentável, conforme o Quadro 9.

Quadro 9 - Demandas da comunidade e dos discentes

Comunidade	Alunos
Projetos para crianças e adolescentes no contra turno das aulas;	Vivenciar o ambiente da Fazenda de acordo com a aptidão do curso;
Atividades para a terceira idade;	Alojamentos;
Ciclos de palestras e cursos;	Áreas de lazer;
Eventos culturais, esportivos e de lazer;	Prática de esportes;
Estudos populacionais das comunidades;	Espaço para eventos acadêmicos;
Hortas comunitárias;	Aulas práticas;

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Essas necessidades poderiam ser atendidas com o desenvolvimento dos mais variados projetos que integrassem o ensino, pesquisa e extensão incluindo os diversos centros da UFSC, como CFH, CED, CCS, CTC, pois assim como foi ressaltado por Almeida (2015), a tríplice função das instituições de ensino superior tem como objetivo contribuir não só para a formação profissional dos alunos, como também para a sua formação integral, ética e humanística.

Portanto, com base no que foi expresso, recomenda-se:

c) O desenvolvimento de projetos envolvendo os núcleos de pesquisa já existentes na instituição, buscando atender, por exemplo, a demanda feita pela comunidade de um estudo populacional no bairro da Tapera. Além de projetos de extensão, que buscassem atender às necessidades da comunidade envolvendo a terceira idade; as oficinas culturais; as palestras sobre assuntos como: controle de natalidade, câncer de mama, Lei Maria da Penha, empoderamento feminino, incentivando o aprendizado de conceitos democráticos e de participação cidadã.

Tal proposta é corroborada pelo segmento dos diretores, que destacam que o espaço seja utilizado para aplicação da teoria por meio de projetos de extensão (D1; D2, 2017).

d) Postos de atendimento com os alunos dos cursos da área da saúde; Escola de aplicação; convênios com outras instituições para a criação de uma escola comunitária, também seriam sugestões para a busca da união entre a teoria à prática possibilitando atender as necessidades das comunidades.

Essas ações buscam trazer retornos para a comunidade, que acaba visualizando a UFSC como sua colaboradora, incentivando o sentimento de pertencimento e participação.

Corroborando com as alternativas para as necessidades das comunidades carentes do entorno, os organizadores Dowbor e Pochmann (2010) trazem a afirmação que com toda a problemática existente nas necessidades de serviços públicos à população de baixa renda deve-se pensar no desenvolvimento local como forma de restabelecer as condições urbanas e criar caminhos de emprego, assim como construir o projeto de desenvolvimento de maneira democrática e compartilhada.

A escolha dessas ações ainda pode ser reforçada pelo conteúdo do artigo terceiro do Estatuto da UFSC que rege que a finalidade da Universidade é a de produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, com o viés da construção para uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida.

E como afirmam Bernheim e Chauí (2008) não há dúvidas de que a academia deve se envolver mais com os processos sociais, econômicos e culturais, sem esquecer as características que a distinguem como academia, suas competências primordiais. Vallaey (2006) acrescenta que a responsabilidade social das universidades deve ser tratada pelas instituições de ensino superior como “apêndice” da sua função central que é a formação estudantil e a produção de conhecimentos.

e) Utilização do espaço para atender as demandas de alojamentos de alunos da instituição.

Reforçando a sugestão com a percepção dos discentes que acreditam que seria oportuno e conveniente para as atividades desenvolvidas no curso utilizar os alojamentos já existentes no antigo CeFA, facilitando a locomoção e logística das pesquisas que são e serão realizadas, aproximando-os ainda mais das atividades dos cursos.

f) Refeitórios ou restaurantes universitários, uma demanda bastante referendada entre os segmentos entrevistados, que possibilitaria que o local possuísse as condições mínimas para permanência de alunos, professores e servidores no local, além do fato de que poderia ser frequentado pelas

comunidades, que poderiam ter acesso a uma alimentação mais balanceada, feita pelos profissionais da nutrição da instituição, tal qual acontece no Restaurante Universitário do Campus Central da Trindade.

Política de resíduos, além de ter sido uma crítica feita por professor serviria como alicerce para mitigação dos possíveis riscos de que o ascarel continue poluindo e para o uso de agrotóxicos utilizados pela FER em algumas de suas plantações, protegendo as comunidades do entorno.

7.2 SUSTENTABILIDADE

Em complemento às sugestões feitas na dimensão da universidade propõem-se outras iniciativas que propiciem a integração da comunidade e o envolvimento dos alunos da UFSC em prol da sustentabilidade (a, b).

a) Projetos de extensão que busquem as competências, habilidades e vocação para o assunto da sustentabilidade, possibilitando que os alunos, professores e comunidade de forma integrada interajam, trabalhando ainda todas as áreas do desenvolvimento humano, por intermédio de recursos do meio ambiente, de maneira interdisciplinar.

A1: Desenvolvimento da Equoterapia, já realizado pelo CCA, que segundo Borowsky (2007) proporciona que se estabeleça uma relação com o cavalo e com a natureza durante as sessões, proporcionando mudanças de comportamentos refletidos no convívio social daqueles que a praticam. Além de ser uma prática desenvolvida plenamente em contato com a natureza, que complementa as terapias tradicionais. Ou seja, por meio da equoterapia é possível que se trabalhe a educação ambiental, que vai muito além do mero ensino ou defesa da ecologia, ela trabalha os campos histórico, social, cultural e econômico, se tornando, inclusive, uma educação política.

Destaca-se ainda que equoterapia favorece o desenvolvimento de melhores percepções sobre a natureza daqueles que a praticam, passando a se sentir integrantes dela, exacerbando a valorização e o respeito ao meio ambiente, desenvolvendo princípios de consciência ambiental, no momento que o ambiente se torna imprescindível ao desenvolvimento dessa ação.

A2: Desenvolvimento de projetos de arborização, afetando de maneira direta as comunidades do entorno, no sentido de reflorestar com a vegetação nativa tanto

o CeFA quanto a Fazenda Ressacada, utilizando a técnica já desenvolvida em São Paulo, SP pelo botânico Ricardo Cardim, que por meio das especificidades de cada local desenvolve as Florestas de Bolso, partindo do pressuposto de que a mata nativa se desenvolve melhor do que uma vegetação que naturalmente não pertence aquele espaço.

A3: Para o plantio dos projetos desenvolvidos no âmbito da arborização sugere-se que se realizem eventos com o corpo técnico da universidade, alunos e comunidade local e externa, proporcionando incentivo de sentimento de pertencimento além de proporcionar a educação ambiental, o envolvimento, possibilitando inclusive que a fauna e a flora típica possam se desenvolver.

A4: Ações junto à Secretaria de Esportes, para que se desenvolvam atividades relacionadas com esportes como os campeonatos e treinamentos de rúgbi. Tal proposta leva em consideração, por um lado o espaço já existente para a prática de esportes, e por outro, a demanda eminente para o desenvolvimento de ações no contra turno das aulas de crianças e adolescentes, bem como a problemática existente em certas comunidades, tal qual a da Tapera, de ser negativamente influenciada pelo poder do tráfico de drogas e por uma cultura política vigorosamente marcada pelas relações de clientelismo e assistencialismo. (MONTEIRO; MENDONÇA, 2004).

As intervenções nesse aspecto poderiam ainda estar relacionadas com eventos culturais, esportivos e de lazer para as comunidades do entorno, construção de praças, incentivando a prática de esportes, estimulando que as crianças e adolescentes se ocupem e desenvolvam hábitos mais saudáveis que são estimulados pelas atividades esportivas.

A5: Ações diversas que proporcionem renda, novos hábitos alimentares e acesso a alimentos, concomitantes a maior capacitação e formação profissional. Tais ações levariam em consideração alguns dos problemas da comunidade da Tapera, limítrofe ao CeFA, que assim como Monteiro e Mendonça (2004) demonstram os locais em que são observados elevados índices de desemprego e subemprego, além das sérias carências de serviços básicos, levam a uma situação de vulnerabilidade e de insegurança alimentar e nutricional.

Os autores complementam que essa é uma característica que se apresenta de forma recorrente em meio às famílias, constituída pela combinação de dois fatores interdependentes: dificuldade de acesso aos alimentos, em virtude dos

baixos níveis de renda familiar, e tendência à homogeneização dos hábitos alimentares, em que grande parte das vezes prepondera a baixa qualidade nutricional das dietas, carentes de vitaminas e sais minerais.

Para mitigar a problemática existente estas ações diversas que poderiam ser implementadas no curto prazo, poderiam incluir o desenvolvimento de hortas comunitárias, que poderiam ser realizadas englobando conceitos da agricultura orgânica e urbana; compostagem; permacultura; ervas medicinais, e outras que segundo Monteiro e Mendonça (2004) aumentam a autoestima existente entre as famílias mais pobres, e que muitas vezes acabam por restringir fortemente a participação dos mesmos em atividades comunitárias. Os autores ainda complementam com o fato de que a agricultura tem se demonstrado um elemento para elevação da autoestima dos moradores, que passam a se sentir mais como partícipes do contexto em que vivem.

b) Poderia ainda ser implementado neste sentido, diversos cursos voltados à comunidade, como o de capacitações profissionais, de educação ambiental, de hábitos saudáveis de alimentação, de processamento de alimentos, de reciclagem e manuseio do lixo, de poda, de culinária. Aqui os alunos poderiam participar auxiliando as comunidades nessas atividades, aplicando seus conhecimentos e possibilitando que seu aprendizado faça sentido e seja aplicado, estimulando-os para que, para cada caso concreto busquem soluções adequadas.

Nesse aspecto, a importância das interações entre alunos e comunidade é reforçada por Almeida (2015) que acrescenta que uma das missões das universidades é a de encarar a construção, desconstrução e reconstrução de conhecimentos, assim sendo suas iniciativas têm que fazer sentido na vida dos discentes, pois o processo de aprendizagem só ocorre na sua integralidade quando o que se é aprendido torna-se significativo e traga resultados.

7.3 GESTÃO

As ações propostas no contexto desta dimensão tiveram a intenção de propiciar melhorias estratégicas e de gestão para a unidade, que no momento não tem definição quanto a sua autonomia financeira e administrativa, o que oportunizaria uma melhor gestão dos conflitos através da definição de sua unidade

responsável e do senso de responsabilidade. Além disso, todas as ações propostas tiveram como objetivo integrar a comunidade a Unidade Sul da Ilha, portanto, dentro da dimensão da gestão temos as seguintes diretrizes de projetos e de gestão administrativa (a, b, c):

a) Apesar de a proposta considerada ideal ser a implementação de uma gestão participativa efetiva envolvendo, assim como citado por Baylão, Cherrine e Schettino (2014), no processo de participação todos os diferentes atores, e como complementa Motta (2004), possibilitando que os envolvidos tanto como indivíduos ou como coletividade, possam vir a influenciar os destinos da ocupação do espaço, como forma de pertencimento ao processo. No caso específico a administração da UFSC, comunidades, associações, alunos, professores e técnicos.

Entretanto, esse modelo não seria de fácil implementação, pois a cultura da hierarquia e da subordinação é bastante forte dentro da UFSC.

Portanto, de acordo com a análise dos dados, verificou-se que devido às questões culturais, organizacionais e políticas, no momento não seria possível envolver a comunidade na gestão de fato, apenas no fomento aos debates e participação para a proposição de ações baseadas nas demandas das comunidades.

Assim propõe-se que um processo decisório inter-centros poderia ser mais factível no curto prazo, utilizando os moldes já existentes dentro da instituição e inicialmente priorizando os centros que estivessem mais relacionados com a aptidão do local.

b) Para a autonomia administrativa da Unidade Sul da Ilha propõe-se a adaptação do modelo utilizado pela Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos (FZEA/USP) com o Campus Fernando Costa – USP/Pirassununga, administrada por uma Coordenadoria do Campus, assim como atualmente já existe um Coordenador específico para a FER – UFSC.

Essa coordenadoria seria responsável pela manutenção de toda a infraestrutura necessária ao bom funcionamento das futuras unidades de ensino presentes no Campus.

Tal modelo seria interessante para o caso da UFSC, pois com uma forte integração entre as unidades (UFSC Trindade e Unidade Sul da Ilha – UFSC) e os diversos outros setores do Campus seria possível garantir ensinos de graduação e

de pós-graduação de maior qualidade, desenvolver pesquisas de alto nível e realizar projetos de extensão focados nas reais necessidades dos atores sociais.

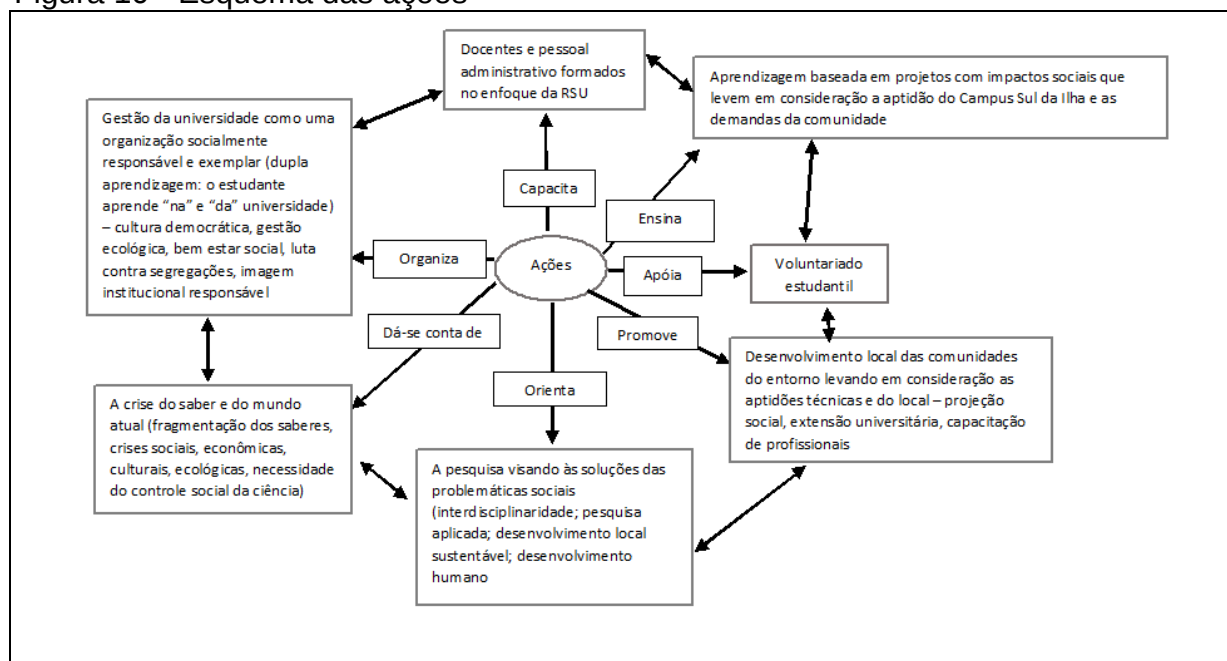
c) Além da coordenadoria própria para a Unidade Sul da Ilha, recomenda-se a formação de uma comissão, amplamente divulgada que contenha representantes da comunidade, alunos, professores, servidores técnicos, terceirizados, gestores, representantes da Administração Central da UFSC; para que possam dialogar, debater e se sentirem responsáveis pelas tomadas de decisão do que pode ser concretizado no curto, médio e longo prazo com o intuito de promover o desenvolvimento local sustentável.

A comissão seria uma forma de buscar efetivar a promoção das estratégias para a participação, pois assim como De Paula (2005) complementa elas contribuem para as premissas necessárias ao desenvolvimento sustentável por meio do engrandecimento do capital humano e do capital social; da expansão, do empoderamento da população local e ainda dos alicerces necessários para a boa governança.

Percepções de entrevistados corroboram a importância do envolvimento dos *stakeholders*, pois possibilitaria o compartilhamento das problemáticas na busca por soluções, diluindo as responsabilidades e proporcionando que todos os envolvidos estejam inteirados dos acontecimentos e decisões tomadas.

Para finalizar, na Figura 10 a autora de forma adaptada ao que foi criado por Vallaey (2006) retrata de maneira simplificada o que se buscou atingir com as propostas de ações feitas para a ocupação do espaço da Unidade Sul da Ilha.

Figura 10 - Esquema das ações



Fonte: Elaborado pela autora (2017) por adaptação do autor Vallaeys (2006).

Para a Gestão do local buscou-se que a universidade fosse vista como uma instituição socialmente responsável, por isso envolvendo os diversos atores e nesse caso principalmente a comunidade do entorno que é fortemente influenciada pelas ações que acontecem ali, estando elas diretamente ou indiretamente relacionadas a eles.

Na Universidade, na formação dos docentes e técnicos o foco seria proporcionar os alicerces da responsabilidade social universitária. Já para os discentes busca-se que sua absorção do conhecimento seja baseada em projetos com impactos sociais, que levem em consideração ainda as aptidões do local e as demandas sociais, buscando desenvolver o local por meio da projeção social, extensão universitária, além da capacitação profissional. Além disso, nas pesquisas o foco deveria ser o de apoiar nas soluções para as problemáticas sociais de forma interdisciplinar, com pesquisas aplicadas, buscando o desenvolvimento local sustentável e humano.

E como plano de fundo as propostas relacionadas com essas dimensões anteriores devem estar amplamente relacionadas com a dimensão da Sustentabilidade.

8 CONCLUSÕES

A presente pesquisa buscou realizar um diagnóstico a partir da percepção dos atores sociais envolvidos para, então, propor ações de desenvolvimento local sustentável para a Unidade Sul da Ilha - UFSC.

Com base em uma análise interpretativista amparada pelos referenciais teóricos do desenvolvimento local sustentável, gestão participativa e papel da universidade, realizou-se, desta forma, um diagnóstico e também proposições de ações para a Unidade Sul da Ilha – UFSC, que foram resultado do trabalho de campo, que buscou assimilar as demandas e necessidades dos atores sociais envolvidos aplicadas ao contexto da pesquisa.

Como consequência da triangulação dos dados, que incorporou além das percepções das entrevistas, a análise documental, a observação não participante e o referencial teórico, foi possível embasar as propostas de ações com o intuito de proporcionar as ferramentas necessárias para utilização do espaço de maneira mais participativa, integrando comunidade e Universidade, por meio do seu pilar constitucional e indissociável de ensino, pesquisa e nesse caso especialmente extensão para promoção do desenvolvimento local sustentável.

Recapitulando os objetivos específicos buscados com essa pesquisa, a começar, procurou-se identificar os principais atores sociais envolvidos e responsáveis pela gestão do espaço da Unidade Sul da Ilha – UFSC. Por meio de documentos, observações não participante e entrevistas foram escolhidos intencionalmente quarenta atores sociais, dentre eles professores com algum envolvimento no local, representante de centro comunitário, alunos participantes de dois dos diretórios acadêmicos do CCA, servidores, terceirizados e direção do CCA.

Para caracterizar as necessidades dos gestores do espaço, dos profissionais da UFSC e das comunidades localizadas no entorno e, com o intuito de concretizar o diagnóstico com os atores sociais para verificar a relevância de implementação de ações de desenvolvimento local sustentável no antigo CeFA, procurou-se responder às categorias de análise englobadas nas dimensões: Sustentabilidade, Percepção do espaço, Gestão e Universidade.

A percepção dos diversos atores envolvidos sobre a temática alicerçou a elaboração das propostas para o plano de transformações e sua análise se constituiu segmentada nas categorias de análise de conteúdo adaptada de Bardin

(2009) que foram: Evolução do espaço e desenvolvimento da área; Papel da Reitoria e do CCA; Expectativas para a área e necessidades; Ações (Para utilização do espaço; Para Envolvimento dos Alunos; Para interação com as comunidades); Percepção da área pela diretoria; Ideias de ações e Ideias de ações sustentáveis; Gestão atual; Gestão participativa; Projetos de sustentabilidade depois do vazamento; Mudança do CCA para o CeFA. Já os resultados, pela inter-relação entre os dados, que dificultaram a segmentação foram apresentados pelas dimensões utilizadas.

No intuito de auxiliar o atendimento das diferentes expectativas sobre as possíveis intervenções sobre a referida área, e diante do contexto apresentado é que se justificaram os objetivos específicos da pesquisa e o atingimento do objetivo geral de propostas de ações para o desenvolvimento local sustentável da Unidade Sul da Ilha.

Observou-se uma inconstância na percepção dos entrevistados sobre os mais diferentes aspectos, há ainda um desencontro no que diz respeito ao que foi respondido nas perguntas feitas e no que de fato ocorre na prática, por exemplo o aspecto da gestão participativa, não ficou expressamente claro se os atores sociais entrevistados de fato concordam com essa prática ou se responderam de tal forma direcionados pelo assunto ter sido abordado no roteiro de entrevistas aplicado.

Ressalta-se também pelo resultado da análise que pelas questões culturais instaladas dentro da instituição, como hierarquia e subordinação que são muito fortes dentro da UFSC e pelos modelos de poder já enraizados, que uma gestão efetivamente participativa integrando comunidade não seria factível no curto prazo, porém a universidade poderia fomentar, de acordo com o proposto pela pesquisa a formação de docentes e técnicos com foco na responsabilidade social universitária, por meio de práticas integrativas.

Portanto, para que pudesse ser efetivamente implementada uma gestão participativa, primeiramente a Universidade deveria deixar claro quais os atores possuem responsabilidade pelo local, qual o modelo de gestão atual e o desejado, demandando tempo para que pequenas ações nessa direção possam ser realizadas e proporcionem transformações culturais na gestão feita na universidade.

Por meio dos resultados do diagnóstico, verificou-se a importância de se implementarem projetos para promoção do desenvolvimento local sustentável na área de forma participativa, multidisciplinar, cooperando para o estímulo de cidadãos

com comportamentos mais proativos, propiciando a troca de saberes populares e acadêmicos, unindo comunidade, docentes, demais interessados e ainda discentes aglutinando os conceitos teóricos de sala de aula aplicados em prol da obtenção de soluções práticas empregadas no caso concreto, entretanto, esse pensamento da importância das ações participativas não está efetivamente pacificado na percepção dos entrevistados.

As propostas de intervenção para a utilização do espaço levaram em consideração ainda a relevância territorial do local para a universidade. O espaço se encontra em uma área limítrofe a uma comunidade carente com variadas demandas, ao lado de um aeroporto e em uma área de amplo crescimento populacional que é o Sul da Ilha, fatos, entretanto que nem sempre são considerados e observados pela UFSC ao incorporar ações em sua agenda institucional, percebe-se que atualmente não está nos planos da instituição a busca pela realização de iniciativas efetivas para a promoção do desenvolvimento local sustentável nas comunidades do entorno do local, onde realiza ações pontuais.

Prevaleceu o entendimento de que na realidade brasileira as instituições de ensino superior e principalmente as públicas podem ser qualificadas como amostras da realidade percebida na sociedade, seu contexto democrático se assemelha muito com a estrutura política do Brasil e suas problemáticas também podem ser relacionadas, como o clientelismo, a falta de participação efetiva dos cidadãos em todo o processo democrático, os jogos de poder, a não perenização dos direcionamentos, ideais e modelos de gestão decorrentes das trocas de lideranças.

Preponderou a concepção de que para transformar essa realidade, a instituição é a responsável pela inclusão do plano de transformações e seus alicerces em sua agenda institucional e, portanto, necessita qualificar os agentes sociais capazes de promover o intercâmbio de informações entre a comunidade e a universidade, convertendo os saberes locais em projetos de extensão que sirvam de base para o desenvolvimento do local.

Ressalta-se, portanto, que dentre outras razões e pela instabilidade da conjuntura política atual da Universidade devido aos acontecimentos de 2017 envolvendo a UFSC não há interesse por parte da instituição em ocupar de forma consciente e sustentável aquele espaço. Não é prioridade no momento a decisão sobre quem são os responsáveis pela gestão do local, a comunidade não é integrada nas decisões e no uso do espaço, mesmo sendo de relevância territorial

para a universidade, ficando, portanto em segundo plano os conceitos de sustentabilidade anteriormente propostos com a pesquisa, pois antes de conseguir efetivar esses conceitos a Universidade deve preparar o local, dar prioridade a ele para que por fim consiga-se implementar ações voltadas para a promoção do desenvolvimento local sustentável envolvendo as comunidades do entorno em uma gestão participativa, promovendo ainda os conceitos de cidadania.

Ou seja, é intrínseco às universidades o protagonismo no processo de transformação da realidade social, amparado pela construção e transmissão do conhecimento e no fomento dos debates e discussões, devendo buscar ser exemplar perante a sociedade na concepção do processo democrático, com agentes efetivamente ativos e não indiferentes à busca de solução para os problemas da comunidade e se não está nos planos da instituição a utilização do local todos os outros conceitos acabam ficando prejudicados e deixados de lado.

Complementa-se ainda que as ações executadas pela instituição no espaço da Unidade Sul da Ilha, mesmo que no âmbito interno, refletem externamente na comunidade e a partir do momento que as boas iniciativas para utilização do espaço se multiplicarem, poderá haver aumento do fluxo de alunos, maior demanda para os restaurantes, mercados, agências bancárias dos arredores e possibilidade de aumento na geração de empregos e renda para a comunidade.

As sugestões de ações foram divididas pelas dimensões propostas na metodologia: Gestão, Universidade e Sustentabilidade, permeando a necessidade de utilização do espaço.

Algumas das ações propostas para a dimensão Universidade não poderão ser implementadas prontamente por razões relacionadas às questões políticas, financeiras e até por falta de reconhecimento por parte do grupo de decisão da universidade da importância que ações desse tipo possuem e necessitam que estudos específicos, assim como os sugeridos na proposição de ações sejam concluídos e manutenções nas edificações sejam feitas, portanto no curto prazo verificou-se não ser possível, pela questão estrutural das edificações a transferência da integralidade dos cursos do CCA para a Unidade Sul da Ilha e a instalação de postos de atendimento da saúde, embora essas alternativas possibilitassem a preservação e criação do capital social do saber e do pensamento, fomentando a reflexão e a pesquisa interdisciplinar, difundindo o conhecimento por diversos caminhos.

Além disso, tais decisões demandam de força política, de organização e de recursos financeiros para sua concretude e por diversas outras questões ressaltadas nessa pesquisa algumas das ações propostas não poderão imediatamente serem implementadas, necessitando de outros subsídios para sua efetivação, o que pela instabilidade política da gestão atual da reitoria não tornaria possível.

Projetos de extensão que busquem as competências, habilidades e vocação para o assunto da sustentabilidade, possibilitando que os alunos, professores e comunidade de forma integrada interajam, trabalhando ainda todas as áreas do desenvolvimento humano, por meio de recursos do meio ambiente, de forma multidisciplinar e que não demandassem do uso de edificações e de recursos financeiro poderiam ser desenvolvidos no curto prazo e trazendo benefícios tanto para a academia quanto para o entorno.

As atividades extensionistas têm como objetivo principal agregar a comunidade em suas práticas, proporcionando que os discentes apliquem no caso concreto os conceitos teóricos aprendidos em sala de aula, ampliando suas experiências nas atividades fim de seus cursos, em prol de uma melhor formação perante o mercado de trabalho. E ainda, de certa forma, buscando trazer ferramentas para que as comunidades possam também aplicar os resultados dessas atividades impulsionando que consigam lidar melhor com as problemáticas, buscando soluções práticas.

Sendo assim, a ascensão das iniciativas de Desenvolvimento Local se faz primordial no contexto em questão, sem esquecer que tais iniciativas devem levar em consideração as particularidades de cada comunidade, além dos aspectos culturais e das variadas demandas específicas.

Isto posto, ao amparar as populações envolvidas em prol de sua organização e aprendizagem para que repensem seus problemas e identifiquem as suas necessidades e os recursos ambientais relacionados ao espaço em questão, propicia que esses agentes tenham as ferramentas necessárias para refletir de maneira mais sustentável frente às soluções, gerando como resultados uma maior articulação comunitária, melhoria da qualidade de vida por meio dos produtos gerados pelas iniciativas aplicadas pela universidade.

A recomendação de direcionamento na autora é a de que a instituição busque alicerçar os subsídios necessários para execução do plano de transformação proposto neste trabalho, mas antes deve deixar clara a gestão para o local e a sua

prioridade, proporcionando que os conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento local possam ser colocados em prática e deixem de estar em segundo plano, além de constantes estudos que envolvam a participação dos diversos atores sociais para que se possa verificar as percepções dos *stakeholders* em relação à gestão e utilização do espaço pela universidade em benefício da sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. P. A extensão universitária no Brasil: processos de aprendizagem a partir da experiência e do sentido. **DIRE-Diversité Recherches et terrains**, n. 7, 2015.

ALONSO, G. J. Revisión del concepto de desarrollo local desde una perspectiva territorial. *Review of concept of local development from a territorial view*, v. 23, p. 9-27, 2013.

ALONSO, M. del C. T.; ACOSTA, D. C. Acerca de los modelos de intervención en trabajo social comunitario. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, Málaga, v. 3, n. 11, p.1-12, nov. 2014. Mensal. Disponível em: <<http://caribeña.eumed.net/intervencion-social/>>. Acesso em: 25 jul. 2017

ARNSTEIN, S. R. A Ladder of Citizen Participation. **JAIP**, v. 35, n. 4, , p. 216-224, jul. 1969.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SC, Lei Ordinária Nº 15.461, 2011. Disponível em: <http://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-15461-2011-santa-catarina-autoriza-a-aquisicao-permuta-e-doacao-de-imovel-no-municipio-de-florianopolis-e-estabelece-outras-providencias?q=15461>. Acesso em: 10 jun. 2017.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente**: as estratégias de mudança da Agenda 21. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som**. Petrópolis: Vozes Ltda, 2002. Cap. 8. p. 189-217.

BAYLÃO, A. L. S.; CHERRINE, L.; SCHETTINO, E. M. O. **Gestão Participativa nas Organizações**: uma Via de Transformação e Aprendizagem. XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Tema: Gestão do Conhecimento para a Sociedade, 2014.

BERCU, A. The Sustainable Local Development in Romania - Key Issues for Heritage Sector. **Procedia - Social And Behavioral Sciences**, [s.l.], v. 188, p.144-150, mai. 2015. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.sbspro.2015.03.350>.

BERNHEIM, C. T.; CHAUÍ, M.. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento**: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior. Brasília: UNESCO, 2008.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BOLAN, V.; MOTTA, M. V. Responsabilidade social no ensino superior. **Responsabilidade Social**, v.3, n.3, p.11-20, 2008.

BOROWSKY, F. **Educação ambiental através da equoterapia: uma possibilidade.** 2007. 52 f. Monografia (Especialização) - Curso de Educação Ambiental, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O MÉTODO DA REVISÃO INTEGRATIVA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS. **Gestão e Sociedade**, [s.l.], v. 5, n. 11, p.121-136, 2 dez. 2011. Revista Gestão e Sociedade. <http://dx.doi.org/10.21171/ges.v5i11.1220>.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 26 out. 2016.

_____. Constituição. 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei nº 9394:** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Aprovada em 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acessada em 20 de março de 2017.

_____. **Plano Nacional de Extensão Universitária.** Ilhéus: Editus, 2001. (Coleção Extensão Universitária; v.1)

_____. **Lei nº. 10.861**, de 14 de abril de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acessada em 20 de março de 2017.

BRUNSTEIN, J.; GODOY, A. S.; SILVA, H. (Org.). **Educação para sustentabilidade:** nas escolas de administração. São Carlos: Rima Editora, 2014. 384 p. Disponível em: <https://issuu.com/rimaeditora/docs/e-book_educaparasustentabilidade>. Acesso em: 04 jul. 2017.

BUARQUE, S. C.. **Construindo o desenvolvimento local sustentável:** Metodologia de planejamento. 4 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável: material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal.** Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Ministro Extraordinário da Política Fundiária – MEPF, 1999. Disponível em <<http://www.iica.org.br/docs/publicacoes/publicacoesiica/sergiobuarque.pdf>>. Acesso em 27 fev. 2016.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis.** Londres: Heinemann Books, 1979.

BURSZTYN, M. (Org.). **Desenvolvimento Sustentável.** 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

CABRAL, E.; SANTOS, A.; GOMES, S. Responsabilidade Social e Ambiental e Desenvolvimento local Sustentável: O Caso do Projeto de Educação Ambiental e Patrimonial - PEAP. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, [s.l.], v. 4, n. 1, p.91-107, 1 abr. 2015. University Nove de Julho.
<http://dx.doi.org/10.5585/geas.v4i1.177>.

CAMARGO, A. L.B. **Desenvolvimento sustentável**: dimensões e desafios. 2. ed. Campinas: Papirus, 2005.

CARVALHO, J. L. F.; VERGARA, S. C. A fenomenologia e a pesquisa dos espaços de serviços. **Revista de Administração de Empresas – RAE**, v. 42, n. 3, jul./set. 2002.

CELESC. Acesso em: 19 de ago de 2017. Disponível em:
<http://www.celesc.com.br/portal/index.php/noticias/581-governador-encaminha-projeto-para-construcao-do-novo-aeroporto-hercilio-luz>.

CHAUÍ, M. S. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2001. 205 p.

CMMAD - COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. 2ed.

COUTO, J. C. D. Descontinuidade das ações públicas em educação. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37., 2015, Florianópolis. **37ª Reunião Nacional da ANPED**. Florianópolis: UFSC, 2015. p. 1 - 7.

DE PAULA, J. **Desenvolvimento e Gestão Compartilhada**. Disponível em <www.ceap.br/material/MAT1504201093203.doc>. Acesso em 10 out. 2016.

DENZIN, N.; LINCOLN, Y; **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa**: Teorias e Abordagens. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DEPIERI, A. et al. Universidade e movimentos populares: diálogo urgente e necessário. In: ONÇA, Luciano Alves; CAMARGO, Eder dos Santos; PIERO, Alexandre. **Cultura e extensão universitária**: a democratização do conhecimento. São João Del-Rei: Malta, 2010. p. 68-76.

DOWBOR, L.; POCHMANN, M. (Org.). **Políticas para o desenvolvimento local**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010. 388 p. Disponível em:
<http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/06/10PochmannLivroLocalPolíticas-1.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

FERNANDES, E. F.; AZEVEDO, V. S. C.. Pesquisas de Evasão Discente no Campo da Administração Universitária: Reflexões sobre a faceta ideológica. **Gestão Universitária**, v. 8, p.1-12, ago. 2017.

FERRARINI, A. V. Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável: uma metodologia para políticas e programas de superação da pobreza. **Interações**, Campo Grande, v. 13, n. 2, p. 233-241, jul./dez. 2012.

FERREIRA, V. C. P. et al. **Modelos de Gestão**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009. 75 p. (Gestão de Pessoas). Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/5514371/modelos-de-gestao---victor-claudio-paradelo-ferreira>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

FILHO, M. V. C. **Projeto de Cooperação Técnica** – INCRA/IICA: Assessoria ao processo de desenvolvimento local. Rio Grande do Norte: IICA, 1999.

FILHO, J. G. L. **Gestão Estratégica Participativa**: teoria e prática para criação de organizações que aprendem. 2ª ed. revisada e atualizada. Curitiba: Editora Juruá. 2007.

FILIMON, L.; NEMEȘ, V.; FILIMON, C. Local Development Model Based on Territorial Identity and Heritage.: The case of Romanian "țara"/lands ". **Romanian Review On Political Geography / Revista Româna Geografie Politica**, Oradea, v. 16, n. 2, p.134-146, nov. 2014.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **I Encontro Nacional FORPROEX**. Brasília: RENEX, 1987.

_____. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Ilhéus: Editus, 2001b. (Coleção Extensão Universitária; v.1).

FRAGA, Nívea Maria. Responsabilidade social de instituições de ensino superior. **Diálogos e Ciência: Revista da rede de ensino FTC, Salvador, ano IV**, n. 13, p. 21-35, 2010.

FRANCO, A. **Porque precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável**. 2. ed. Brasília: Instituto de Política, 2000. 116 p.

_____. **A Revolução do Local**. Globalização, Glocalização, Localização. Brasília: AED, 2003.

FRANTZ, Walter; SILVA, Enio Waldir da. **As funções sociais da Universidade**: O papel da extensão e a questão das comunitárias. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

FREITAS, H.; OLIVEIRA, M.; SACCOL, A.Z.; MOSCAROLA, J. **O método de pesquisa survey**. São Paulo: **Revista de Administração da USP, RAUSP**, v. 35, nr. 3, Jul-Set. 2000, p. 105-112.

FREITAS, H.; MOSCAROLA, J. Da Observação À Decisão: Métodos de Pesquisa e de Análise Quantitativa e Qualitativa de Dados. **Rae Eletrônica**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.1-30, jan. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n1/v1n1a06>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

FREY, K. Desenvolvimento Sustentável Local A Sociedade Em Rede: O Potencial das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 21, p.165-185, 2003.

GARCÉS, R. G.; HURTADO, A. D. ¿El lugar o el vínculo entre actores sociales? Lo comunitario en la gestión del desarrollo local. **Centro de Estudios de Dirección Empresarial Territorial de La Universidad de Camagüey Ignacio Agramonte Loynaz**, [s. L.], v. 9, n. 1, p.218-238, jun. 2015.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOERGEN, P. Ciência, sociedade e universidade. **Educação e sociedade**, v. 19, n. 63, p. 53-79, 1998.

JACOBI, P. R. **Ampliação da cidadania e participação: desafios na democratização da relação poder público-sociedade civil no Brasil**. 2005. 278 f. Tese (Doutorado) - Curso de Faculdade de Educação, Usp, São Paulo, 1996. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/48/tde-25102005-105004/pt-br.php>>. Acesso em: 04 jul. 2017.

JARDIM, A. C. S.; PEREIRA, V. S. Metodologia Qualitativa: É Possível Adequar as Técnicas de Coleta de Dados aos Contextos Vividos em Campo?. In: SOBER CONGRESSO, 47., 2009, Porto Alegre. **Desenvolvimento Rural e Sistemas Agroalimentares: os Agronegócios no Contexto de Integração das Nações**. Porto Alegre: Sober, 2009. v. 1. Disponível em: <<http://cursodegestaoelideranca.paginas.ufsc.br/files/2016/03/Artigo-sobre-Pesquisa-Qualitativa.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

JEKABSONE, I.; SLOKA, B. SUSTAINABLE LOCAL DEVELOPMENT FROM PERSPECTIVE OF CITIZENS: SALASPILS MUNICIPALITY (LATVIA) CASE. **European Integration Studies**, [s.l.], v. , n. 9, p.100-112, 5 nov. 2015. Publishing House Technologija. <http://dx.doi.org/10.5755/j01.eis.0.9.12799>.

KISMAN, Z. A.; VENDEL, A. Development policies in European Union. **Emerging Markets Queries In Finance And Business**, Amsterdã, v. 32, n. 0, p.878-883, 2015.

KLIKSBERG, B. A ética e a responsabilidade social da universidade. **Estudos: Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior**, Brasília, n. 36, p.23-26, jun. 2006

KNOPP, G. Governança Social, Território e Desenvolvimento. **Perspectivas em Políticas Públicas**. Belo Horizonte. Vol. IV, n. 8, p. 53-74, jul/dez 2011.

LAJARA, M. J.; FONTECILLA, J. M. F.; TRONCOSO, C. D. Responsabilidade social universitária: uma experiência inovadora na América Latina. **Estudos: Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior**, Brasília, n. 36, p.57-74, jun. 2006.

LEAL FILHO, J. G. **Gestão Estratégica Participativa e Aprendizagem**

Organizacional: Estudo Multicasos. 2002. 254 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia de Produção, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/82580/PEPS2618-T.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

LOBATO, P. LM; RODRIGUES, T. V.; JÚNIOR, B. W. A indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão no projeto “Tecnologia apropriada à publicação de atos normativos pela agência reguladora ANATEL: estudo de consultas públicas”. **VII Seminário de Extensão Universitária, Universidade Católica de Minas Gerais**, 2011.

MACIEL, A. L. S. et al. A Responsabilidade Social nas Universidades do Rio Grande do Sul: um Estudo de suas Concepções e Práticas. **Revista ADM. MADE**, v. 13, n. 2, p. 48-61, 2009.

MALHOTRA, N. et al. **Introdução à Pesquisa de Marketing**. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

MEDEIROS JÚNIOR, G. J. **Universidade e responsabilidade social**. 2004.

MEZZAROBBA, O.; MONTEIRO, C. S. **Manual de metodologia da pesquisa no Direito**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MINOGUE, K. R. **O conceito de universidade**. Trad. Jorge Eira Garcia Vieira. Brasília: Editora UnB, 1981.

MONTEIRO, D.; MENDONÇA, M. M. Quintais na cidade: a experiência de moradores da periferia do Rio de Janeiro. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 0, p.29-31, set. 2004. Disponível em: <http://orgprints.org/19941/1/Monteiro_quintais.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2017.

MOSCAROLA, J. **Enquêtes et analyse de données**. Paris: Vuibert, 1990. 307 p.

MOSCAROLA, J. **O método de pesquisa survey**. São Paulo: Revista de Administração v. 35, n.3, p. 105-112, jul/set 2000.

MOTTA. P. R. **Gestão Contemporânea: A Ciência e Arte de ser Dirigente**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record. 2004.

MOTTA. P. R. **Transformação Organizacional: A Teoria e a Prática de Inovar**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Qualitymark. 2007.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, set./dez. 2001. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a09.pdf>>. Acesso em 15 jun. 2017.

NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa – características, uso e possibilidades**. Cadernos

de pesquisa em administração. São Paulo. V. 1, nº 3, 2ºsem. 1996

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 155 p. Tradução de Luiz Paulo Rouanet.

PEIXOTO, M. C. L. Relações de Poder na Universidade Pública Brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 78, n. 188, p.195-215, 1997.

PINTO, M. M. Responsabilidade Social Universitária como Indicador de Qualidade para o Ensino Superior? Apresentado no CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DA PUCPR (EDUCERE) - EDIÇÃO INTERNACIONAL, 8., 2008, Curitiba. **Formação de professores**. Curitiba: Champagnat, 2008. 000 p. Disponível em: <<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/trabalhos2.html>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

PIONTEK, F.; PIONTEK, B. The contemporary concepts of development in terms of the diversifying criteria. **Problemy Ekorozwoju**, [s. L.], v. 1, n. 9, p.47-62, jan. 2014.

PREDEBON, E. A.; SOUSA, P. D. B. As organizações, o indivíduo e a gestão participativa. In: **SEMINÁRIO DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**, 2., 2003, Cascavel. **Anais...** Cascavel: UNIOESTE, 2003.

REIS, G. L. et al. A relevância da integração entre universidades e escolas: Um estudo de caso de atividades extensionistas em robótica educacional voltadas para rede pública de ensino. **Interfaces: Revista de Extensão**, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p.52-76, jul. 2014. Semestral. Disponível em <<https://www.ufmg.br/proex/revistainterfaces/index.php/IREXT/article/view/79>> . Acesso em 05 abr. 2017.

RIBEIRO, R. C.; MAGALHÃES, A. M. Política de Responsabilidade Social na Universidade: Conceitos e desafios. **Educação, Sociedade & Culturas**, Porto, v. 26, n. 42, p.133-156, 2014. Semestral. ISSN: 0872-7643. Disponível em: <http://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/ESC42_10RaimundaRibeiro.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2017.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RIGUEIRO, I. C. **Desenvolvimento Local Sustentável: Uma abordagem à sustentabilidade dos Projetos de Empreendedorismo Social**. 2014. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação e Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014. Disponível em: <[https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/25685/3/Tese - Inês Rigueiro.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/25685/3/Tese_-_In%C3%AAs_Rigueiro.pdf)>. Acesso em: 02 maio 2017.

RITTO, A. C. A. **Metodologia para Produção de Conhecimento Socialmente Robusto**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2010.

ROBIROSA, M. La Participación en la Gestión de la Organización: Por qué, Cuándo,

Cómo. **Gestión Social**, Argentina, p.1-12, abr. 2005. Disponível em: <<http://live.v1.udesa.edu.ar/Unidades-Academicas/Centros/Centro-de-Innovacion-Social/GestionSocial>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

RODRÍGUEZ, A. E. R.; SUÁREZ, R. O. La participación ciudadana para el desarrollo local en municipios inteligentes. **Revista de Gestión del Conocimiento y El Desarrollo Local**, Havana, v. 1, n. 1, p.2-6, 2014.

ROWE, G.; FREWER, L. J. Public Participation Methods: A Framework for Evaluation. **Science, Technology, & Human Values**, [s.l.], v. 25, n. 1, p.3-29, jan. 2000. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/016224390002500101>.

SACCOL, A. Z. Um retorno ao básico: Compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, Santa Maria, v. 2, n. 2, p.250-269, mai/ago, 2009. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273420378007>>. Acesso em: 12 out. 2016.

] SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

_____. **A Terceira Margem**: em busca do ecodesenvolvimento. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. **Estudos de Revisão Sistemática**: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007.

SANTIAGO, E. G. Tipologia para análise do desenvolvimento local, integrado e sustentável – DLIS. **Revista Ciências Administrativas**. v. 8, n. 2, p. 119-124, 2002.

SANTOS, B. S. **A Universidade no Século XXI**: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. Disponível em: <https://extensao.milharal.org/files/2013/03/BOAVENTURA-DE-SOUZA-SANTOS-A-UNIVERSIDADE-NO-SEC-XXI.pdf>;. Acesso em: 07 mar. 2017.

SANTOS, M. P. Contributos da Extensão Universitária Brasileira, à Formação Acadêmica Docente e Discente no Século XXI: Um debate necessário. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p.10-15, jan. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/view/3731>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

SCHMITT, V. G. H.; MORETTO NETO, L. Associativismo, Comércio Justo e o Desenvolvimento Territorial Sustentável: a experiência da Toca Tapetes. *Rege*, São Paulo, v. 18, n. 3, p.323-338, 2011.

SEN, A. **As pessoas em primeiro lugar**: a ética do desenvolvimento e os

problemas do mundo globalizado. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. 1. ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos. In: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 4., 2013. Brasília: Anpad, 2013.

SILVA, C. L.; MENDES, J. T. G. (Org.). **Reflexões sobre o Desenvolvimento Sustentável**: Agentes e interações sob a ótica multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 2005. 196 p.

SILVA, E. W. O papel da extensão no cumprimento da função social da universidade. In: FRANTZ, Walter; SILVA, Enio Waldir da. **O papel da extensão e a questão das comunitárias**. Ijuí: Unijuí, 2002.

SILVA, K. C. S. et al. O Empoderamento Feminino na Extensão, uma Proposta de Promoção à Saúde. **Interagir: Pensando a extensão**, Rio de Janeiro, v. , n. 10, p.67-72, ago. 2006.

SILVA, M. S.; VASCONCELOS, S. D. Extensão Universitária e Formação Profissional: avaliação da experiência das Ciências Biológicas na Universidade Federal de Pernambuco. **Estudos em Avaliação Educacional**, [s. L.], v. 17, n. 33, p.119-136, jan. 2006. Quadrimestral.

SILVA, M. M. S. Fases de um Processo de Desenvolvimento Comunitário. **Análise Social**: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa. v. 01, p. 538-58. 1963.

SÍVERES, L. **A Extensão universitária como um princípio de aprendizagem**. Brasília: Liber Livro, 2013, p. 272.

SPINK, P.; CLEMENTE, R.; KEPPKE, R. **CONTINUIDADE E DESCONTINUIDADE ADMINISTRATIVA**: Uma análise de fatores que contribuem para a manutenção de programas, projetos, e atividades públicas de êxito em governos locais brasileiros. 60. ed. São Paulo: FGV, 2001. 63 p. Disponível em: <<http://gvpesquisa.fgv.br/publicacoes/gvp/continuidade-e-descontinuidade-administrativa-uma-analise-de-fatores-que-contribuem>>. Acesso em: 10 set. 2017.

TEIXEIRA, E. B. A Análise de Dados na Pesquisa Científica. Importância e desafios em estudos organizacionais. **Desenvolvimento em Questão** [en linea] 2003, 1 (julho-dezembro). Acesso em: 16 nov. 2016. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75210209>> ISSN 1678-4855.

TONKOVIĆ, Ž.; ZLATAR, J. Sustainable Development in Island Communities: The Case Study of Postira. **European Countryside**, [s.l.], v. 6, n. 3, p.254-269, 1 jan. 2014. Walter de Gruyter GmbH. <http://dx.doi.org/10.2478/euco-2014-0014>.

TRINDADE, H. Saber e poder: os dilemas da universidade brasileira. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 14, n. 40, p.122-133, dez. 2000. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142000000300013>.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TURATO E. R. **Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde**: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. *Revista de Saúde Pública*, 2005. Jun. 39(3):507-14.

UFSC. **Como fazer referências**. Disponível em <<http://www.bu.ufsc.br/home982.PDF>>. Acesso em 04 jul. 2015.

UFSC. **Estatuto UFSC**. Disponível em <http://legislacao.paginas.ufsc.br/files/2012/01/ESTATUTO-revisado-18-01-2012.pdf>. Acesso em 25 out. 2016

UFSC. **Estrutura UFSC**. Disponível em <<http://estrutura.ufsc.br/>>. Acesso em 25 out. 2016.

UFSC. **Metodologia de pesquisa e elaboração de teses e dissertações**. Disponível em <https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf>. Acesso em 04 jul. 2015.

UFSC. **Notícias da UFSC**: UFSC, Celesc e Governo oficializam cessão do Centro de Formação e Aperfeiçoamento. Disponível em: <<http://noticias.ufsc.br/2014/02/ufsc-celesc-e-governo-oficializam-cessao-do-cefa/>>. Acesso em: 10 de ago de 2017.

UFSC. **Organograma CCA**. Disponível em: <<https://arquivos.ufsc.br/d/6560ff7645/files/?p=/Campus%20de%20%20Florian%C3%B3polis/CCA.pdf>>. Acesso em 25 out. 2016.

UFSC. **Regimento Geral da UFSC**. 1982. Publicado no Diário Oficial da União em 28/2/1982. Aprovado pelo Conselho Universitário em sessão realizada no dia 3 de novembro de 1978 - Resolução nº 065/78. Alterado pelas Resoluções nºs 030, 040, 053 de 1980; 029 de 1981; 027 e 109 de 1986; 013-A e 094 de 1987; 045 de 1988; 052 de 1990; 023 e 117 de 1991; 151 de 1992; 66 de 1994; 22 e 26 de 1995; 033 de 1996; 20 de 2012; 55 e 58 de 2015; 74 e 80 de 2016; 99 e 100 de 2017.. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/177812/Regimento_Geral-com_alteracoes_da_R.9-2017.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 ago. 2017.

UFSC. **Estatuto UFSC**. 1982. Alterado pelas Resoluções nºs 030, 031, 032, 040, 053 de 1980; 018 029 e 038 de 1981; 059 de 1983; 039, 105 e 136 de 1984; 107, 129, 131 e 144 de 1985; 082 e 109 de 1986; 009 e 013-A de 1987; 078 de 1988; 045 de 1989; 052 de 1990; 043 de 1991; 081, 082, 095 e 106 de 1993; 48 e 80 de 1994;

011 e 026 de 1995; 032 de 1996; 04 de 1997; 021 de 2002 ; 012 de 2004; 016 de 2008; 012 de 2010; 20 de 2012; 058 e 061 de 2015; 75 e 79 de 2016; 96 e 98 de 2017.. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/176820/ESTATUTO_UFSC-Anexo_RN98_2017.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 ago. 2017.

UNESCO. Conferência Mundial de Educação Superior. **Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação**. Paris:1998.

UNESCO. **Declaração de Santo Domingo**: a ciência para o século XXI; uma visão nova e uma base de ação, Conferência Mundial sobre Ciências, Santo Domingo. Santo Domingo: UNESCO: 2005

VALLAEYS, F.. Que Significa Responsabilidade Social Universitária? **Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior**, Brasília, v. 24, n. 36, p. 38-55, jun. 2006.

VEIGA, J. E. **A emergência socioambiental**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

_____. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VILLELA, L. E.; COSTA, E. G.; CANÇADO, A. C. Perspectivas da agropecuária do município de Itaguaí face a megaprojetos em implementação no local. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, [s. L.], v. 16, n. 2, p.208-219, jan. 2014.

APÊNDICES

Apêndice A – Grupo Focal

SERVIDORES - FAZENDA EXPERIMENTAL DA RESSACADA

1 - Quando foi a primeira vez que você teve contato com o CeFA? Como foi a evolução do espaço de lá para cá desde sua perspectiva? Como você vê o CeFA atualmente?

2 - O que tem sido feito para o desenvolvimento da área? Qual o papel da Reitoria e do Centro de Ciências Agrárias?

3 - Qual a sua expectativa para o CeFA (ou colocamos Unidade Sul da Ilha - UFSC)? O que vem sendo feito em relação a isso?

4 - Qual o envolvimento dos alunos na área? Quais atividades foram ou são desenvolvidas para atender às demandas deles?

5 - Como o CeFA deveria interagir com as comunidades do entorno desde sua perspectiva? Quais projetos, em sua opinião, poderiam ser realizados na área? Que ações a UFSC poderia desenvolver para que a Comunidade da Tapera seja inserida?

6 - Qual a sua visão da gestão que vem sendo feita no CeFA nestes últimos anos? Como deveria ser feita a gestão da área? O que o Sr. pensa sobre a contribuição que a comunidade/professores/alunos podem ter no desenvolvimento do CeFA? Por quê?

7- Qual sua visão sobre a gestão compartilhada (Centros/Universidade/Comunidade), na qual comunidade, técnicos-administrativos, professores e alunos participam das decisões?

8- O que o Senhor pensa a respeito de uma gestão participativa do CeFA entre centros? Sugere algum centro em particular?

9 - Quais contribuições a equipe da Fazenda poderia dar para o desenvolvimento do CeFA?

10- Desde o vazamento de ascarel no ano XXXX, qual atividades de sustentabilidade a Universidade e/ou CELESC vem desenvolvendo?

11- Uma possível mudança da estrutura do CCA para o CeFA, permitiria na sua opinião uma maior interação do centro com a Fazenda? Tal interação poderia ser benéfica tanto para o desenvolvimento do entorno quanto acadêmico? Aponte pontos positivos e negativos.

12- Como você poderia contribuir para o desenvolvimento do CeFA?

Outras considerações

DIREÇÃO - CCA

1- Quando foi a primeira vez que você teve contato com o CeFA? Como foi a evolução de lá para cá? Como você vê o CeFA atualmente?

2- O que tem sido feito para o desenvolvimento da área? Qual o papel da Reitoria e do Centro de Ciências Agrárias em sua opinião? Você enquanto gestor conhece alguma ação que tenha sido desenvolvida para a utilização do CeFA pelo CCA?

3- Qual a sua expectativa para o CeFA? O que vem sendo feito em relação a isso?

4- Qual a visão da Direção em relação ao CeFA? É uma área estratégica para o CCA?

5- Como o CeFA deveria interagir com as comunidades do entorno? Quais projetos poderiam ser realizados na área? Que ações o CCA poderiam desenvolver para que a Comunidade da Tapera seja inserida?

6- Qual a sua visão da atual administração no CeFA? Como deveria ser feita a gestão da área? Qual sua visão sobre a gestão compartilhada, na qual comunidade, técnicos-administrativos, professores e alunos participam das decisões?

7- Quais contribuições a equipe da Fazenda poderia dar para o desenvolvimento do CeFA?

8- Desde o vazamento de ascarel no ano 2012, quais atividades de sustentabilidade a Universidade e/ou CELESC vem desenvolvendo?

9- Uma possível mudança da estrutura do CCA para o CeFA, permitiria na sua opinião uma maior interação do centro com a Fazenda e Tal interação poderia ser benéfica tanto para o desenvolvimento do entorno quanto acadêmico? Aponte pontos positivos e negativos.

10- Quais projetos de sustentabilidade o CCA poderia oferecer à Comunidade?

Qual projeto de extensão da UFSC poderia garantir em um primeiro momento uma aproximação com a Comunidade ao entorno com a participação dos servidores, professores, alunos, moradores e terceirizados?

11- Como o senhor vê a utilização do espaço para práticas de alunos - aprendizado teórico aplicado em projetos de extensão/pesquisa? E esta alternativa, em sua opinião, poderia trazer benefícios, para além dos acadêmicos, e que favorecesse a comunidade do entorno?

Outras considerações

FUNCIONÁRIOS TERCEIRIZADOS

1- Quando foi a primeira vez que você teve contato com o CeFA? Como foi a evolução de lá para cá? Como você vê o CeFA atualmente?

2- O que tem sido feito para o desenvolvimento da área?

3- O que a equipe do CCA e Fazenda Ressacada tem feito para desenvolver a área?

4- Em sua opinião, o que deveria ser feito no CeFA?

5- Você se sente parte da equipe como um todo? Acredita que poderia contribuir para o desenvolvimento do CeFA?

6- Em sua opinião, o que a Universidade poderia oferecer para a comunidade da Tapera?

Outras considerações.

REPRESENTANTES DO DIRETÓRIO ACADÊMICO

1- Quando foi a primeira vez que você teve contato com o CeFA? Como foi a evolução de lá para cá? Como você vê o CeFA atualmente?

2- Qual a sua expectativa para o CeFA (ou colocamos Unidade Sul da Ilha - UFSC) ? O que vem sendo feito em relação a isso?

3- Qual a visão dos alunos sobre a área do CeFA?

4- O conselho já tentou aproximar laços com a Universidade com intuito de desenvolver e utilizar a área? Se sim, como foi o contato?

5- O que os alunos poderiam oferecer para o desenvolvimento da área e do seu entorno?

6- Uma possível mudança da estrutura do CCA para o CeFA, desta forma o centro interagindo como a Fazenda, poderia ser benéfica tanto para o desenvolvimento do entorno quanto acadêmico? Aponte pontos positivos e negativos.

7- Quais projetos de sustentabilidade o CCA poderia oferecer à Comunidade? Qual projeto de extensão da UFSC poderia garantir em um primeiro momento uma aproximação com a Comunidade ao entorno com a participação do servidores, professores, alunos, moradores e terceirizados?

8 - O que você pensa sobre o papel que a comunidade/professores/servidores podem ter para o desenvolvimento do CeFA? Por quê?

9 - Como vocês veem a utilização do espaço para práticas de alunos - aprendizado teórico aplicado em projetos de extensão/pesquisa? E esta alternativa, em sua opinião, poderia trazer outros benefícios, para além dos acadêmicos, e que favorecesse a comunidade do entorno?

Outras considerações.

REPRESENTANTES DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA TAPERA

1- Você conhece o CEFA? Quando foi a primeira vez que você teve contato com o CeFA? Como foi a evolução de lá para cá? Como você vê o CeFA atualmente?

2- Você tem conhecimento sobre o que tem sido feito de atividades nesta área? Qual sua visão da área neste exato momento?

3- Você sabe quem são os responsáveis pelo CeFA atualmente?

4- O conselho já tentou aproximar laços com a Universidade com intuito de desenvolver e utilizar a área? Se sim, como foi o contato?

5- Vocês teriam interesse em participar de projetos em conjunto com a Universidade nesta área? Como poderiam contribuir?

6- O que a comunidade espera do CeFA sob a responsabilidade da Universidade? Vocês acreditam que área poderá desenvolver o entorno? Em sua opinião, o que a Universidade poderia oferecer para a comunidade da Tapera?

6- Que ações você gostaria de ver sendo desenvolvidas no CeFA nesse exato momento? Quais projetos que são necessários para a comunidade que a Universidade poderia participar e apoiar na área?

7- Que projetos com a parceria da UFSC poderiam garantir em um primeiro momento uma aproximação com a Comunidade do entorno promovendo a participação dos servidores, professores, alunos, moradores e terceirizados?

Outras considerações.

PROFESSORES CCA

1- Quando foi a primeira vez que você teve contato com o CeFA? Como foi a evolução de lá para cá? Como você vê o CeFA atualmente?

2- O que tem sido feito para o desenvolvimento da área? Qual o papel da Reitoria e do Centro de Ciências Agrárias em sua opinião? Você enquanto professor conhece alguma ação que tenha sido desenvolvida para a utilização do CeFA pelo CCA?

3- Qual a sua expectativa para o CeFA? O que vem sendo feito em relação a isso?

4- Como o CeFA deveria interagir com os discentes dos cursos da UFSC? Quais projetos poderiam ser realizados na área? Que ações o CCA poderiam desenvolver com ensino pesquisa e extensão para que os acadêmicos sejam inseridos?

5- Qual a sua visão da atual administração no CeFA? Como deveria ser feita a gestão da área? Qual sua visão sobre a gestão compartilhada, na qual comunidade, técnicos-administrativos, professores e alunos participam das decisões?

6- Uma possível mudança da estrutura do CCA para o CeFA, permitiria na sua opinião uma maior interação do centro com a Fazenda e Tal interação poderia ser benéfica tanto para o desenvolvimento do entorno quanto acadêmico? Aponte pontos positivos e negativos.

7- Como o CeFA deveria interagir com as comunidades do entorno? Quais projetos poderiam ser realizados na área? Que ações o CCA poderiam desenvolver para que a Comunidade da Tapera seja inserida?

8- Quais projetos de sustentabilidade o CCA poderia oferecer à Comunidade? Qual projeto de extensão da UFSC poderia garantir em um primeiro momento uma aproximação com a Comunidade ao entorno com a participação do servidores, professores, alunos, moradores e terceirizados?

9- Como o senhor vê a utilização do espaço para práticas de alunos - aprendizado teórico aplicado em projetos de extensão/pesquisa? E esta alternativa, em sua opinião, poderia trazer benefícios, para além dos acadêmicos, e que favorecesse a comunidade do entorno?

Outras considerações